Uma viagem através do tempo

A journey through time

50 anos
1966 2016

SUSEP
Superintendência de Seguros Privados

Uma viagem através do tempo

A journey through time

1ª. edição

JLS COMUNICAÇÃO

RIO DE JANEIRO
2017

Uma viagem através do tempo

A journey through time

Conselho Diretor
Board of Directors

Superintendente
Superintendent
Joaquim Mendanha de Ataídes

Diretoria de Administração – DIRAD
Directory of Administration – DIRAD
Paulo dos Santos

Diretoria de Organização do Sistema de Seguros Privados – DIORG
Directory of Organization of the Private Insurance System – DIORG
Marcelo Augusto Camacho Rocha

Diretoria de Supervisão de Conduta – DICON
Directory of Supervision of Conduct – DICON
Carlos Alberto de Paula

Diretoria de Supervisão de Solvência – DISOL
Directory of Supervision of Solvency – DISOL
Cassio Cabral Kelly

Coordenação
Coordination

Secretaria-Geral – SEGER
General-Secretary – SEGER
Alexandre Penner

Coordenação de Relações Institucionais – CORIN
Coordination of Institutional Relations – CORIN
Flávio Vasconcelos Andrade
Ana Paula Alves dos Santos Camara
Daniele Kamliot Santos
Katia Martins Antunes

Equipe de produção do livro
Book Production Team

Planejamento editorial, de conteúdo e redação
Editorial and content and writing planning
José Luiz Sombra

Coordenação de redação e produção de conteúdo
Coordination of writing and production of content
João Batista de Abreu

Pesquisa e redação
Research and writing
Ângela Cunha

Fotografia
Photography
Zeca Guimarães

Consultoria gráfica
Graphic Consulting
Ildo Nascimento

Tradução
Translate
Amadeu Pumar

Revisão
Review
Vitor Almeida

Agradecimento especial
Special thanks
Escola Nacional de Seguros
National School of Insurance

Sede

RIO DE JANEIRO
Av. Presidente Vargas, 730
Centro – Rio de Janeiro
CEP: 20071-900

SÃO PAULO
Rua Formosa, 367 – 26º andar
Edifício CBI – São Paulo
CEP: 01049-000

BRASÍLIA
Setor Bancário Sul, Quadra 1
BL.K 13º andar – Ed. Seguradora
CEP: 70093-900

RIO GRANDE DO SUL
Rua Coronel Genuíno, 421
11º andar – Centro Histórico
Porto Alegre
CEP: 90010-350

V598 Uma viagem através do tempo = A journey through time / Superintendência de Seguros Privados. – Rio de Janeiro : SUSEP, 2017.
136 p. : il. ; 27 cm

Bibliografia p. 136
ISBN 978-85-63743-01-5

1. Previdência Privada – Brasil 2. Seguros 3. Capitalização 4. Investimento 5.Mercado Financeiro I. Superintendência de Seguros Privados
CDD 368.400981

Todos os direitos reservados ©2017 Escola Nacional de Seguros. Proibida a produção ou reprodução ou transmissão de parte do livro, por qualquer meio, sem prévia autorização por escrito. Rio de Janeiro, outubro de 2017.
All rights reserved ©2017 National School of Insurance. The production, reproduction or transmission of part of the book is prohibited by any means, without prior written permission. Rio de Janeiro, October 2017.

sumário *summary*

7 Apresentação
Introduction

13 Abertura
Opening

19 Estação Pioneiras
Pioneers Station

33 Estação Modernização
Modernization Station

47 Estação Decolagem
Takeoff Station

57 Estação Transparência
Transparency Station

71 Estação Gestores
Managers Station

97 Estação Classe Executiva
Executive Class Station

109 Estação Perfil
Profile Station

113 Estação Tripulantes
Crew Station

apresentação

introduction

Gerenciamento confiável



Henrique de Campos Meirelles

Ministro da Fazenda do Brasil
Minister of Finance of Brazil

Foi com satisfação que aceitei o convite da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para inserir algumas palavras no livro dedicado a comemorar os 50 anos dessa importante autarquia.

A incerteza e o risco acompanham a maioria das atividades humanas. O seguro é o principal serviço para o gerenciamento confiável dos riscos financeiros. Gerenciar riscos e recursos de terceiros é uma tarefa complexa e exige destes agentes o total comprometimento com o seu ofício, uma atuação eficiente e, ao mesmo tempo, diligente.

Os entes supervisionados pela SUSEP contribuem para a redução dos impactos econômicos das adversidades e estabilizam a renda das famílias por meio dos seguros prestamista, habitacional, educacional e de vida, entre outros.

Já no campo empresarial os produtos de seguros aumentam a previsibilidade do retorno da atividade econômica, estimulam o investimento e permitem a viabilidade de empreendimentos de maior risco e complexidade. São exemplos de seguros destinados ao suporte de atividades produtivas os seguros agrícolas, de transportes, de garantia de obras e de equipamentos industriais.

Também são importantes as instituições que oferecem planos abertos de previdência complementar, pois o Brasil atravessa um período de transição demográfica, com possíveis impactos sobre a renda futura das famílias. Um sólido sistema de previdência complementar é uma importante alternativa de poupança, que contribui para a previsibilidade da renda das famílias após a aposentadoria, possibilitando uma transição planejada e segura.

Reliable management

It was with satisfaction that I accepted the invitation of the Superintendence of Private Insurance (SUSEP) to introduce some words in the book dedicated to commemorate the 50 years of this important Autarchy.

Uncertainty and risk accompany most human activities. Insurance is the primary service for the reliable management of financial risks. Managing risks and third parties resources is a complex task and requires of these agents the total commitment with their craft, an efficient and at the same time diligent performance.

The entities supervised by SUSEP contribute to the reduction of the economic impacts of the adversities and stabilize the income of the families through the lender, housing, education and life insurances, among others.

In the business field, insurance products increase the predictability of the returns of economic activity, stimulate investment and allow the viability of ventures of enterprises of greater risk and complexity. Examples of insurance designed to support productive activities are agricultural, transport, civil works and industrial equipment insurance.

Also important are institutions that offer open complementary pension plans, as Brazil is going through a period of demographic transition, with possible impacts on the future income of families. A sound supplementary pension system is an important savings alternative that contributes to the predictability of post-retirement household income, enabling a planned and secure transition.

As entidades de seguros e previdência complementar contribuem para estimular a poupança interna de longo prazo, a qual, por sua vez, deve servir como fonte de recursos para investimentos que possuem maior prazo de retorno, muitos deles relevantes para o desenvolvimento econômico do país.

As sociedades de capitalização apresentam-se como uma alternativa para os brasileiros que desejam preservar o poder de compra de parte de sua poupança. Os títulos de capitalização são produtos flexíveis, que se adequam às necessidades de alguns poupadores.

Uma nação que almeja trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável não pode prescindir do crescimento desse mercado, que contribui para um ambiente econômico estável e para o aumento no bem-estar social das famílias. Ao longo dos anos, os setores de seguro, capitalização e previdência complementar têm-se expandido. Tal fato se deve aos investimentos contínuos e à capacitação de pessoal. O faturamento nominal do setor triplicou nos últimos 10 anos e, em 2016, alcançou 3,74% do PIB.

A SUSEP e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) foram fundamentais para o desenvolvimento equilibrado deste mercado nas últimas décadas. Estas entidades, responsáveis pela regulação e fiscalização do setor, têm o desafio de se adaptarem ao aperfeiçoamento tecnológico que a sociedade exige para os mercados de seguros, capitalização e previdência complementar aberta.

Insurance and private pension entities contribute to stimulate long-term domestic savings, which in turn should serve as a source of resources for investments that have longer term returns, many of which are relevant to the economic development of the country.

The capitalization companies present themselves as an alternative for Brazilians who wish to preserve the purchasing power of part of their savings. Capitalization bonds are flexible products that fit the needs of some savers.

A nation that aims to follow the path of sustainable development cannot do without a developed growth of this market, which contributes to a stable economic environment and to the increase in the social wellbeing of families. Over the years, the insurance, capitalization and supplementary pension sectors have expanded. This is due to ongoing investments and staff training. Nominal industry revenue has tripled in the last 10 years and in 2016 reached 3.74% of the GDP.

SUSEP and the National Council of Private Insurance (CNSP) were fundamental for the balanced development of this market in the last decades. These entities, responsible for regulating and supervising the sector, have the challenge of adapting to the technological improvement that society requires for the insurance, capitalization and open supplementary pension markets.

O papel social do seguro



Joaquim Mendanha de Ataídes

Superintendente da SUSEP
Superintendent of SUSEP

Quando assumi como titular da SUSEP, em julho de 2016, eu já sabia a grande responsabilidade que seria estar à frente do órgão supervisor de um mercado no qual atuo há mais de 30 anos. Cheguei à autarquia no auge do seu amadurecimento de cinco décadas de serviços prestados à sociedade com a missão de auxiliar a SUSEP no desenvolvimento sustentável do setor de seguros, sem deixar de lado o seu protagonista: o consumidor.

Na trajetória constante de contribuir para a expansão do mercado de seguros, estruturei a minha gestão em três pilares de atuação: o fomento à indústria; a busca pela eficiência com a desburocratização de processos internos e externos; e o aperfeiçoamento da supervisão, alinhado às melhores práticas internacionais.

Estou ciente da urgência do aprimoramento da agenda regulatória do mercado para que possam ser desenvolvidos produtos cada vez mais acessíveis e desenhados para atender às reais necessidades dos consumidores. Além disso, entre as prioridades da SUSEP, definidas em consonância com o Ministério da Fazenda, está a questão da conduta ética de todos os segmentos supervisionados.

Para tais demandas, conto com a competência da diretoria colegiada, que trabalha em conjunto com o superintendente nas deliberações e tomada de decisões, e do alto nível técnico do quadro de servidores da SUSEP. São esses ativos que nos permitem fazer a nossa parte, em que pese o momento atual do Brasil. Sei que avançamos muito nos últimos anos. Entretanto, entendo que o ambiente é favorável no sentido de darmos um salto de qualidade na relação do supervisor com o seu mercado supervisionado.

The social role of insurance

When I took the position of Superintendent of SUSEP, in July 2016, I already knew the great responsibility that would be to be in charge of the supervisory body of a market in which I have been working for more than 30 years. I arrived at the municipality at the height of its maturation of five decades of services rendered to society with the mission of assisting SUSEP in the sustainable development of the insurance sector, without leaving aside its protagonist: the consumer.

In the constant trajectory of contributing to the expansion of the insurance market, I structured my management in three pillars of action: the promotion of industry; the search for efficiency with the debureaucratization of internal and external processes; and the improvement of supervision, in line with international best practices.

I am aware of the urgency of improving the regulatory agenda of the market so that products can be developed that are increasingly accessible and designed to meet the real needs of consumers. In addition, among SUSEP's priorities, defined in agreement with the Ministry of Finance, is the question of the ethical conduct of all supervised segments.

For such demands, I count with the competence of the collegiate board, which works together with the superintendent in the deliberations and decision-making, and the high technical level of the SUSEP's staff. These are the assets that allow us to do our part, despite the current situation in Brazil. I know we've made a lot of progress in the last few years. However, I understand that the environment is favorable in order to make a qualitative leap in the supervisor's relationship with his supervised market.

A tendência mundial é que a supervisão seja cada vez mais pautada pela gestão de riscos e não apenas por regras. No âmbito da SUSEP, em alinhamento com a diretoria colegiada da autarquia, tenho trabalhado obstinadamente em prol da revisão de procedimentos internos e sancionadores no sentido de fortalecer o processo de supervisão.

Entendo também que a evolução do processo de supervisão compreende a manutenção de um amplo diálogo com as entidades representativas deste mercado. Mesmo a palavra final sendo sempre do órgão supervisor, acatar sugestões ou realizar ajustes pontuais que possam contribuir efetivamente para o crescimento do mercado é parte do meu legado.

Na tábua de desafios e oportunidades do setor de seguros está a baixa penetração da nossa indústria no mercado brasileiro, que também representa um gigantesco espaço para crescimento. Não podemos esquecer o papel social do seguro, que é o de proteger pessoas, amparar famílias e garantir a continuidade de negócios, provendo à sociedade o suporte necessário quando ela mais necessita.

Muitas mudanças que estamos iniciando hoje só darão frutos a médio ou a longo prazos, mas vejo com otimismo os próximos meses, principalmente o ano de 2018. Estou certo de que o mercado de seguros pode contribuir ainda mais com a poupança interna do País e trazer sólidos investimentos de longo prazo.

The global trend is that supervision is increasingly guided by risk management and not just by rules. In the framework of SUSEP, in alignment with the collegiate board of the local authority, I have worked obstinately for the revision of internal and sanctioning procedures in order to strengthen the process of supervision.

I also understand that the evolution of the supervisory process includes the maintenance of a broad dialogue with the representative entities of this market. Even the final word always being of the supervisory organ, accepting suggestions or making punctual adjustments that can contribute effectively to the growth of the market are part of my legacy.

In the table of challenges and opportunities of the insurance industry is the low penetration of our industry in the Brazilian market, which also represents a gigantic space for growth. We cannot forget the social role of insurance, which is to protect people, support families and ensure business continuity, providing society with the necessary support when it most needs it.

Many changes that we are starting today will only bear fruit in the medium or long term, but I am optimistic about the coming months, especially the year 2018. I am sure that the insurance market can contribute even more to the country's internal savings and bring solid long-term investments.

abertura

opening

Estamos em 1966

O conflito no Vietnã concentra as atenções do mundo polarizado entre Estados Unidos e União Soviética. As ideias do movimento hippie contagiam jovens no Ocidente, que ensaiam as primeiras manifestações pela paz no Sudeste Asiático. Cresce a tensão no Oriente Médio. Na Argentina, militares liderados pelo general Juan Carlos Onganía assumem o poder mais uma vez. Tempo de Guerra Fria.

No cinema, o musical *A Noviça Rebelde*, com Julie Andrews e Christopher Plummer – lançado no ano anterior – fica meses em cartaz contando a história de uma candidata a freira nada convencional e uma família aristocrata antinazista na Áustria dos anos 30. O cineasta Glauber Rocha filma o polêmico documentário Maranhão 66, a pedido do jovem governador José Sarney. Na música, *Yellow Submarine*, comandado pelos Beatles, emerge para o sucesso. A minissaia expõe as pernas das moças que exigem liberdade no vestir. A pílula anticoncepcional estimula a prática do amor livre. Tempo de quebra de tabus.

Em pleno ambiente psicodélico, cérebros privilegiados do Vale do Silício, na Califórnia, desenvolvem as primeiras pesquisas para criar um instrumento que leve as pessoas a se comunicar por meio dos computadores. Em tempo de amor livre, a internet está em processo de gestação.

we are in 1966

The conflict in Vietnam concentrates the attention of the polarized world between the United States and the Soviet Union. The ideas of the hippie movement infect young people in the West, who rehearse the first demonstrations for peace in Southeast Asia. Tension rises in the Middle East. In Argentina, the military led by General Juan Carlos Onganía take over once more. Period of Cold War.

In the movies, the musical The Sound of Music, starring Julie Andrews and Christopher Plummer – released the previous year – stays for months on theaters telling the story of a unconventional nun apprentice and an anti-Nazi aristocratic family in Austria in the 1930s. Glauber Rocha filmed the controversial documentary Maranhão 66, at the request of the young governor José Sarney. In music, Yellow Submarine, commanded by the Beatles, emerges to the success. The miniskirt exposes the legs of girls who demand freedom of dressing. The contraceptive pill stimulates the practice of free love. Time to break taboos.

In the midst of a psychedelic environment, privileged brains in Silicon Valley, California, are conducting their pioneer research to create an instrument to get people to communicate through computers. In the time of free love, the internet is in the process of gestation.



No Brasil do regime militar, o bipartidarismo dá os primeiros passos, com a imposição das legendas Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O governo unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. A política econômica abre as portas do país ao capital internacional e estimula o crédito para o consumo de bens duráveis, preparando terreno para o que viria a ser conhecido mais tarde como "o milagre brasileiro". O controle da inflação é uma das metas prioritárias do Ministério da Fazenda. O Banco Central entra de sola no controle da base monetária.

No futebol, o Cruzeiro do craque Tostão sagra-se campeão da Taça Brasil, goleando o Santos de Pelé. O Bangu põe fim a 33 anos de jejum e conquista o Campeonato Carioca e o Palmeiras leva o título em São Paulo. No Rio Grande do Sul, o Grêmio é o campeão. A seleção brasileira faz feio na Copa do Mundo na Inglaterra e é eliminada logo na primeira fase. Na televisão em preto e branco, o principal telejornal é o *Repórter Esso*, na TV Tupi. A novela *O sheik de Agadir*, de Glória Magadan, estrelada por Yoná Magalhães, Leila Diniz e Amilton Fernandes, faz sucesso e permanece no ar quase um ano. Tempo de audiência.

In Brazil of the military regime, bipartisanism takes its first steps, with the imposition of the Arena (National Renewal Alliance) and MDB (Brazilian Democratic Movement) parties. The government unifies the Retirement and Pension Institutes and creates the National Institute of Social Security. The economic policy opens the country's doors to international capital and stimulates credit for the consumption of durable goods, preparing the ground for what would later be known as the "Brazilian miracle". Inflation control is one of the priority goals of the Ministry of Finance. The Central Bank jumps with both feet to control the monetary base.

In soccer, Cruzeiro of star Tostão becomes champion of the Brazil Cup, beating Santos of Pelé. Bangu ends 33 years without titles and wins the Rio de Janeiro Championship while Palmeiras takes the title in São Paulo. In Rio Grande do Sul, Grêmio is the champion. The Brazilian national squad disappoints at the World Cup in England and is eliminated early in the first round. On black & white television, the main newscast is "Reporter Esso", on TV Tupi. The soap opera "The Sheik of Agadir" by Glória Magadan, starring Yoná Magalhães, Leila Diniz and Amilton Fernandes, is successful and remains on air for almost a year. Time of audience.



É neste cenário que surge, em novembro de 1966, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio destinada a fiscalizar e regulamentar uma importante e promissora atividade econômica no país: o mercado de seguros, que compreende também Previdência Complementar Aberta e Capitalização, representando na época fração significativa do PIB. Hoje este mercado movimenta quase R$ 240 bilhões por ano, o correspondente a 3,8% do PIB, de acordo com dados atualizados da própria autarquia[1]. O setor gera milhares de empregos diretos e indiretos em todo o país, entre seguradoras, corretoras e profissionais autônomos.

Tão importante quanto esses números é a ideia de segurança no investimento e no futuro de milhões de brasileiros que sonham com a garantia dos bens conquistados a muito custo e com uma estabilidade financeira. Tempo de euforia.

Mas esta trajetória que completa 50 anos é apenas parte de uma história mais extensa que ganha impulso em 1808, com a chegada ao Brasil da primeira seguradora, junto com a família real portuguesa que foge das tropas napoleônicas. O seguro segue o desenvolvimento econômico, que tem como definidor de águas o desembarque da Corte no Rio de Janeiro.

Convidamos os leitores a embarcar nesta viagem que pretende contar a história do seguro no Brasil, as regulamentações, as iniciativas, os tropeços e os projetos que ajudaram o setor a consolidar normas e procedimentos. Uma viagem que pretende contar a história da SUSEP. Cada momento, cada iniciativa corresponderá a uma estação do percurso.

Boa viagem.

[1] Os valores e percentuais referem-se a 2016.

It is in this scenario that the Private Insurance Superintendence (SUSEP), an autarchy connected to the Ministry of Industry and Commerce, was created, in November 1966, to supervise and regulate an important and promising economic activity in the country: the insurance market, which also includes Open Complementary Pension Plans and Capitalization, representing, at the time, a significant fraction of the GDP. Today, this market moves almost R$ 240 billion per year, corresponding to about 3.8% of the GDP, according to updated data of the autarchy itself[1]. The industry generates thousands of direct and indirect jobs throughout the country, among insurers, brokers and self-employed professionals.

As important as these numbers is the idea of security in the investment and future of millions of Brazilians who dream of guaranteeing the assets they have conquered at great cost and with financial stability. Time of euphoria.

But this trajectory that is turning 50 years is only part of a more extensive history that gained momentum in 1808, with the arrival in Brazil of the first insurer, along with the Portuguese royal family that flees from Napoleonic troops. The insurance follows the economic development, which has as the definer of waters the disembark of the Court in Rio de Janeiro.

We invite readers to embark on this journey that aims to tell the history of insurance in Brazil, the initiatives, the stumbling blocks and the economic projects that have helped the industry to consolidate standards and procedures. A journey that intends to tell the history of SUSEP. Each moment, each initiative will correspond to a station on the route.

Have a nice trip.

[1] *The values and percentages refer to 2016.*

Ministro Paulo Egydio Instala o CNSP e a SUSEP

Dando cumprimento a dispositivos do Decreto-lei n.º 73, de 21-11-66, que instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, o Ministro da Indústria e Comércio, em solenidade r e a l i z a d a em 29-12-66, instalou o Conselho Nacional de Seguros Privados, empossando os seus membros. Na mesma ocasião, foi empossado na Superintendência de Seguros Privados, órgão que substituiu o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, o Sr. Raul de Souza Silveira, que vinha exercendo a direção daquele Departamento.

Em seu discurso, ressaltou o Ministro Paulo Egydio a importância do CNSP e da SUSEP na implantação e consolidação da reforma geral empreendida pelo Govêrno na área do seguro, afirmando que êsse setor da economia brasileira adquirira condição prioritária na agenda do MIC. "A criação do Conselho Nacional de Seguros Privados — disse — constitui um grande passo no sentido da modernização e dinamização do mercado segurador brasileiro. Mas não é o único dado pela nova legislação. A criação do SUSEP é outra inovação destinada a produzir resultados altamente positivos. Com ela, o Poder Público disporá de Entidade melhor aparelhada para o exercício de uma ação fiscalizadora e normativa mais pronta e eficiente. Cuida-se, portanto, de que a presença salutar e disciplinadora do Estado, através de um órgão mais ágil e flexível, ganhe em eficácia pela ação imediata e oportuna."

Referindo-se à criação do Sistema Nacional de Seguros Privados, considerou o Ministro Paulo Egydio como medida de largo alcance e grande profundidade introduzida pela nova legislação. Prosseguindo, afirmou: "Uma das causas primaciais do processo de enfraquecimento do mercado segurador residia na sua subdivisão em áreas distintas e autônomas, cada qual sujeita a regime e comando próprios. A essa descoordenação se acrescentava, para agravar quadro tão desfavorável, a dispersão desarmôniosa das leis e regulamentos e das fontes de decisão. Integrando tôdas as operações de seguros privados em um só Sistema, a nova lei dá ao mercado a unidade indispensável à sua boa ordenação e, portanto, essencial ao seu progresso."

A respeito da obrigatoriedade de algumas coberturas de seguros determinada pelo Decreto-lei n.º 73/66, disse o Sr. Paulo Egydio: "Não falta a êsse elenco de elementos novos, ditados pela concepção finalística de que o Seguro deve progredir para fazer a economia nacional por sua vez também progredir, o preceito básico da obrigatoriedade de determinadas espécies de cobertura, igualmente benéfico ao interêsse público, pela maior disseminação que dá à proteção de interêsses individuais, e ao mercado de seguros, pelo considerável alargamento de suas bases operacionais e pela perspectiva que abre à restauração necessária do equilíbrio entre oferta e procura", Ainda sôbre o mesmo tópico, declarou o Ministro, noutro trecho de seu discurso, que os estudos realizados pelo MIC permitiam concluir que a implantação dos novos seguros obrigatórios, assim como a regulamentação dos estímulos criados pelo Decreto-lei 73 para os seguros voluntários, deverão proporcionar substancial acréscimo das reservas das Sociedades Seguradoras. "Prevê-se a sua elevação, de 200 para 800 bilhões de cruzeiros, logo no primeiro exercício do nôvo regime econômico legal."

Revista de Seguros,
dezembro de 1966,
nº 546

Insurance Magazine
december 1966
nº 546

estação

pioneiras

pioneers station

Aventuras ultramarinas

Em pleno século XV, no limiar da Idade Moderna, aventureiros se lançam em mares nunca dantes navegados, nas palavras do poeta Luís de Camões, numa empreitada que tinha o apoio das casas bancárias de Genova e Veneza. O destino era o caminho marítimo para as Índias, após a tomada de Constantinopla pelos muçulmanos. As coroas de Portugal e Espanha avalizam a aventura.

O risco das viagens marítimas no período das grandes navegações, diante de mapas imprecisos, tripulação inexperiente em travessias ultramarinas e parcas condições de navegação, torna o empreendimento um negócio que exige avaliação rigorosa por parte dos investidores.

> "O contrato de seguro vinha como uma solução financeira em caso de perdas, quando os investidores recebiam prêmios sobre embarcações sinistradas de acordo com seu porte, valor da carga e rota. Para os estados mercantilistas, a atividade seguradora era de tamanha importância que são registradas diversas instituições nos países europeus voltadas para a proteção do mercado internacional, para as caravelas e também dos armazéns dos produtos 'a grosso'. Com a iniciativa dos mercadores e investidores de se associar para proteger os bens individuais e enfrentar conjuntamente as perdas de forma coletiva, surgiu o conceito do mutualismo." [1]

Em Portugal, o rei João III – conhecido como o colonizador – cria em 1529 o cargo de escrivão de seguros, com o objetivo de zelar pelo êxito da operação. Cabia ao fidalgo registrar os contratos e analisar eventuais litígios, enfim, garantir a transparência dos negócios. Requisito para o cargo? Saber ler e escrever. Pode parecer fácil, mas o domínio da escrita não era muito comum naquela época, nem mesmo para os fidalgos. Do lado de cá do Atlântico, as primeiras preocupações com o futuro dos súditos da Coroa partiram das Santas Casas de Misericórdia, que criaram os pioneiros planos de benefícios e de pensão. Inicialmente, em 1543, foi criada a Santa Casa de Misericórdia de Santos, fundada por Brás Cubas nos moldes da Santa Casa de Lisboa. Historiadores contam que se trata do primeiro hospital construído no Brasil. Logo em seguida vieram a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a de Salvador.



[1] SILVESTRE, Rafael. ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA – ANSP (org.). Evolução Histórica do Seguro no Brasil. São Paulo: BB Editora, 2017.

Overseas adventures

In the middle of the fifteenth century, on the threshold of the Modern Age, adventurers set sail in seas never before navigated, in the words of the poet Luís de Camões, in a project that had the support of the banking houses of Genoa and Venice. The destination was the maritime route to the Indies, after the conquest of Constantinople by the Muslims. The crowns of Portugal and Spain endorse the adventure.

The risk of sea voyages in the period of the great navigations, in the face of imprecise maps, inexperienced crew in overseas crossings and poor navigational conditions, makes the enterprise a business that requires rigorous evaluation by the investors.

> "The insurance contract came as a financial solution in case of losses, when investors received premiums on vessels lost according to their size, cargo value and route. For the mercantilist states, the insurance activity was of such importance that several institutions are registered in the European countries aimed at protecting the international market, for the caravels and also for the warehouses of the 'wholesale' products. With the initiative of the merchants and investors to associate in order to protect individual assets and jointly face losses collectively, the concept of mutualism arose." [1]

In Portugal, King João III – known as The Colonizer – created, in 1529, the position of insurance clerk, in order to ensure the success of the operation. It was up to the nobleman to register the contracts and analyze eventual disputes, in short, to guarantee the transparency of the business. Prerequisite for the position? Knowing how to read and write. It may seem easy, but the mastery of writing was not very common then, not even for noblemen. On this side of the Atlantic, the first concerns about the future of the Crown's subjects came from the Holy Houses of Mercy, which created the pioneer benefits and pension plans. Initially, in 1543, the Holy House of Mercy of Santos was created, founded by Brás

Era o tempo das capitanias hereditárias, em que o capital privado e o Estado se associavam numa espécie de concessão para a exploração das novas terras de Ultramar. Qualquer semelhança com as parcerias público-privadas dos tempos atuais não é mera coincidência. Fronteiras agrícolas precisavam ser desbravadas para tornar viável economicamente o novo território. As iniciativas extrativistas começaram a ceder lugar à agricultura, particularmente à lavoura de cana-de-açúcar. A atividade seguradora sempre acompanhou o desenvolvimento econômico do Brasil e a natureza desse desenvolvimento. Nos ciclos agro-exportadores de açúcar, café e algodão, por exemplo, e no ciclo mineral de ouro, prata e pedras preciosas, o seguro foi importante para mitigar os riscos do transporte desses produtos entre o Brasil e a Europa.

Vamos dar um salto no tempo e ingressar no século XIX. Na época, a cidade do Rio de Janeiro se comprimia entre São Cristóvão e a foz do Rio Carioca, no bairro do Flamengo. Muitos sobrados no centro, mansões e algumas fazendas em bairros afastados caracterizavam a capital da colônia que em breve se tornaria vice-reino. Há registro de instalação de instituições de seguros a partir da chegada da família real, em janeiro de 1808. Tempo da abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, para satisfazer os interesses britânicos em intensificar os negócios com a colônia promissora.

Na mesma época, o príncipe regente D. João, atendendo a comerciantes da Bahia, autorizou o funcionamento da Companhia de Seguros Boa Fé – nomeando como responsável o governador daquela capitania, Conde da Ponte. Na capitania da Bahia, foram autorizadas as atividades da Cia. De Seguros Conceito Público e, em 1810, no Rio de Janeiro, permitiu-se o funcionamento da Identidade. Essas companhias, voltadas para operações de seguros marítimos, foram fundadas por comerciantes que buscavam auferir lucros a partir da decisão de D. João VI de abrir os portos brasileiros ao comércio internacional. As empresas da época seguiam regulações da Lei da Boa Razão, elaborada em 1769 pela Casa de Seguros de Lisboa e reformada em 1791.[2]

Após a independência, a primeira entidade autorizada a funcionar no Império foi a Sociedade de Seguros Mútuos Brasileiros, em 1828. No ano seguinte, ainda durante o reinado do imperador Pedro I, por ocasião da regulação dos Correios, passa-se a admitir o seguro de

Cubas in the molds of the Holy House of Lisbon. Historians say that this was the first hospital built in Brazil. Soon afterwards came the Holy House of Mercy of Rio de Janeiro and the one of Salvador.

It was the time of the hereditary captaincies, in which private capital and the State were associated in a kind of concession for the exploration of the new lands of Ultramar. Any resemblance to the public-private partnerships of the present times is not mere coincidence. Agricultural frontiers needed to be cleared to make the new territory economically viable. Extractive initiatives began to give way to agriculture, particularly to sugar cane plantations. The insurance activity has always accompanied Brazil's economic development and the nature of this development. In the agro-export cycles of sugar, coffee and cotton, for example, and in the mineral cycles of gold, silver and gems, insurance was important to mitigate the risks of transporting these products between Brazil and Europe.

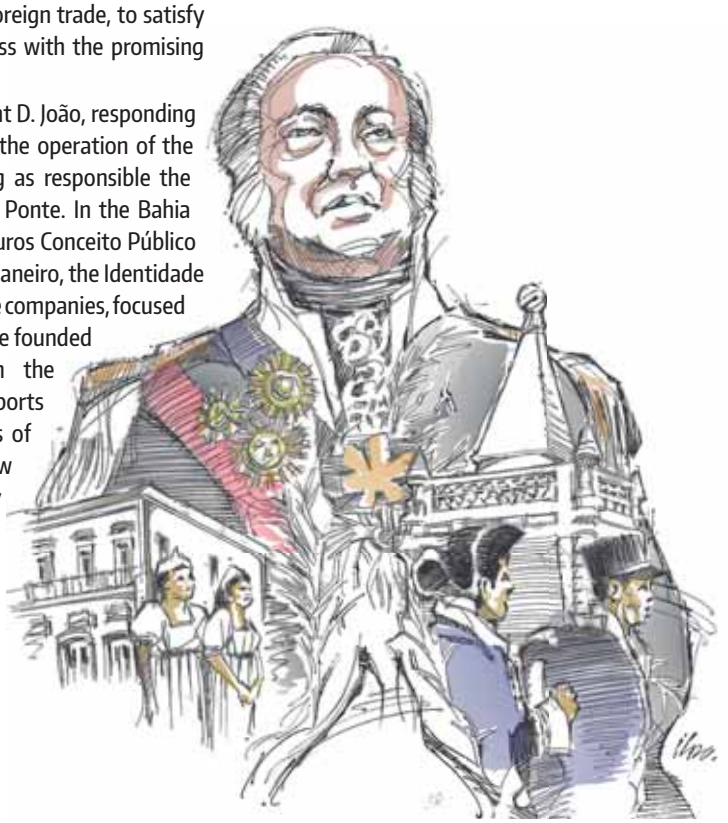
Let's take a leap back in time and enter the nineteenth century. At the time, the city of Rio de Janeiro was compressed between São Cristóvão and the mouth of the Carioca River, in the neighborhood of Flamengo. Many townhouses downtown, mansions, and some plantations in outlying districts characterized the capital of the colony that would soon become a viceroyalty. There are records of the installation of insurance institutions since the arrival of the royal family in January 1808. A time for the opening of the Brazilian ports to foreign trade, to satisfy British interests in intensifying business with the promising colony.

At the same time, the Prince Regent D. João, responding to merchants from Bahia, authorized the operation of the Boa Fé Insurance Company – naming as responsible the governor of that captaincy, Conde da Ponte. In the Bahia captaincy, the activities of Cia. De Seguros Conceito Público were authorized, and in 1810, in Rio de Janeiro, the Identidade company was allowed to operate. These companies, focused on maritime insurance operations, were founded by merchants seeking profit from the decision of D. João VI to open Brazilian ports to international trade. The companies of the time followed regulations of the Law of Good Reason, elaborated in 1769, by the House of Insurance of Lisbon and reformed in 1791.[2]

[2] http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/OR/108523/pdf/108523.pdf

A chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, significou a abertura dos portos ao comércio internacional, principalmente com a Inglaterra

The arrival of King João VI to Brazil, in 1808, meant the opening of ports to international trade, especially with England



cartas e maços de papéis com previsão do pagamento de indenização pelo administrador em caso de extravio.

Em 1831, a Assembleia Geral do Império extingue as provedorias de seguros, cartórios que registravam e cobravam impostos sobre as operações de seguros de acordo com a Casa de Seguros de Lisboa. Surgem as apólices, escrituras lavradas pelos antigos escrivães ou, na ausência deles, por qualquer pessoa idônea. Conflitos seriam resolvidos por árbitros nomeados pelas partes. Estavam rompidos os laços que vinculavam o mercado de seguros de Brasil e Portugal.

Em 22 de junho de 1835, um grupo de empreendedores ligados à Corte criou o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, mais tarde conhecido como Mongeral, para prover o futuro dos funcionários públicos da capital imperial. Um destes mentores foi Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Foi este advogado maçom, formado na Universidade de Coimbra, que, como ministro dos Estrangeiros e da Justiça, fez do Rio de Janeiro um município neutro.[3] O Mongeral foi o primeiro montepio criado no Brasil, lançando o alicerce do que no século XX viria a ser a Previdência Social.[4]

Em 1850, o Código Comercial Brasileiro é promulgado e passa a regular o seguro marítimo. A proibição do tráfico negreiro pela Coroa britânica tornou arriscado o transporte por conta da ameaça de ataques a embarcações estrangeiras que desrespeitassem a decisão da Inglaterra que se apresentava na época como "xerife do mundo". Não se tratava de nenhuma ação humanitária dos lordes ingleses, mas de uma imposição do capitalismo que necessitava da implementação de mão-de-obra livre para se consolidar como modo de produção hegemônico no Ocidente. A medida encareceu o transporte intercontinental de escravos.

Nos anos seguintes, surgem 11 companhias nacionais autorizadas a operar no ramo marítimo. Na mesma época, aparecem as primeiras empresas brasileiras que oferecem coberturas contra o risco de incêndio e para o seguro de vida. Duas seriam fundadas especificamente para atuar "contra a mortalidade de escravos", segurados como mercadorias ou bens. É que até então o Código Comercial proibia seguro de vida de homens livres, permitindo apenas o de escravos, vistos aqui como investimento.

[3] Município neutro corresponde à designação administrativa da cidade do Rio de Janeiro, atribuída em 12 de agosto de 1834 pelo Ato Adicional à Constituição de 1824. Após a Proclamação da República, a unidade administrativa ganhou o nome de Distrito Federal.

[3] *Neutral municipality corresponds to the administrative designation of the city of Rio de Janeiro, attributed on August 12, 1834 by the Additional Act to the Constitution of 1824. After the Proclamation of the Republic, the administrative unit was renamed the Federal District.*

[4] MIRANDA, Osvaldo. 180 anos Mongeral Aegon – Construa seu amanhã. Rio de Janeiro: Rona Editora, 2014.

After the Independence, the first entity authorized to operate in the Empire was the Brazilian Mutual Insurance Society in 1828. The following year, during the reign of Emperor Pedro I, on the occasion of the regulation of the Post Office, it is allowed the insurance of letters and packets of papers with anticipation of the payment of compensation by the administrator in case of loss.

In 1831, the General Assembly of the Empire extinguished the insurance providers, registries that registered and collected taxes on the insurance operations according to the House of Insurance of Lisbon. Then, the policies appear, contracts written by the former clerks, or, in their absence, by any suitable person. Conflicts would be resolved by arbitrators appointed by the parties. The bonds that linked the insurance market of Brazil and Portugal were broken.

On June 22, 1835, a group of entrepreneurs connected to the Court created the General Montepio of Economy of State Servants, later known as Mongeral, to provide for the future of public servants of the imperial capital. One of these mentors was Aureliano de Souza and Oliveira Coutinho. It was this masonic lawyer, graduated at the University of Coimbra, who, as Minister of Foreigners and Justice, made of Rio de Janeiro a neutral municipality.[3] The Mongeral was the first montepio created in Brazil, laying the foundation of what in the twentieth century would become Social Security.[4]

In 1850, the Brazilian Commercial Code was enacted and began to regulate maritime insurance. The ban on slave trade by the British Crown made transportation risky because of the threat of attacks on foreign vessels that would disrespect the decision of England, which presented itself then as "sheriff of the world". It was not a question of humanitarian action by the English lords, but of an imposition of capitalism at the time which required the implementation of free labor to consolidate itself as a hegemonic mode of production in the West. The measure made costly the intercontinental transport of slaves.

In the following years, there were created 11 national companies authorized to operate in the maritime sector. At the same time, the first Brazilian companies that offer fire insurance and life insurance coverage appear. Two would be specifically founded to act "against the mortality of slaves", insured as commodities or goods. It is that until then, the

Em 1853, a companhia Interesse Público torna-se a primeira a oferecer contratos de seguro terrestre e a Tranquilidade passa a administrar seguros de vida para pessoas livres. O seguro de vida sai do terreno do homem escravo, sem qualquer direito e tratado como mercadoria, para envolver seres humanos com direitos e deveres. Não custa lembrar que o Brasil foi o último país do continente a abolir a escravatura, que deixou um legado de desigualdade até os dias de hoje.

A primeira companhia estrangeira a receber autorização para funcionar foi a Garantia da Cidade do Porto Companhia de Seguros, em 1862. Em seguida vieram mais 32 companhias: 3 portuguesas, 19 com sede no Reino Unido (uma de origem escocesa e outra neozelandesa), 7 alemãs, 2 dos EUA e 1 da Suíça, a Schweizerische Lloyd Rückversicherungs – Gesellschaft, a primeira a operar com resseguros.

Pouco antes, em 1860, o imperador Pedro II promulgou dois decretos voltados para o mercado segurador. No primeiro, as companhias deveriam apresentar balanço e outros documentos. O segundo obrigava os responsáveis a formalizar um pedido de autorização e aprovação do estatuto. Em 1863, outro decreto estabeleceu o prazo de um ano para a entrega do balanço de operações da empresa. No último quarto do século XIX, o desenvolvimento do seguro no Brasil manteve relação estreita com dois protagonistas da economia do período: a Inglaterra e a cafeicultura. O mercado brasileiro expandiu-se e despertou o interesse de companhias estrangeiras quando a lavoura cafeeira passou a gerar grandes excedentes.

Os primeiros passos da previdência

Apesar das finanças internas debilitadas pela Guerra do Paraguai – o que ocasionou uma pequena entrada de capitais –, 70% dos investimentos estrangeiros foram para 3 setores: ferrovias, bancos e companhias de seguro, das quais 94% eram britânicas. O período seguinte (1876 a 1885) coincidiu com a Grande Depressão inglesa. Os investimentos escassearam e boa parte deles destinou-se à construção de ferrovias. O setor de seguros também sofreu com a queda

Commercial Code prohibited the life insurance of free men, allowing only that of slaves, seen here as investment.

In 1853, the Interesse Público company became the first to offer land insurance contracts and Tranquilidade started to manage life insurance for free people. Life insurance comes out of the territory of the slave, without any right and treated as a commodity, to involve human beings with rights and duties. It is worth remembering that Brazil was the last country on the continent to abolish slavery, which left a legacy of inequality to this day.

The first foreign company to receive authorization to operate was the Garantia da Cidade do Porto Companhia de Seguros, in 1862. Following that, another 32 companies came: 3 Portuguese, 19 based in the United Kingdom (one of Scottish origin and another New Zealander) , 7 Germans, 2 from the USA and 1 from Switzerland, the Schweizerische Lloyd Rückversicherungs – Gesellschaft, the first to operate with reinsurance.

Shortly before, in 1860, the Emperor Pedro II promulgated two decrees aimed at the insurance market. In the first, companies must present balance sheets and other documents. The second required those responsible to formalize an application for authorization and approval of the statute. In 1863, another decree established a one-year deadline for the delivery of the company's balance of operations. In the last quarter of the nineteenth century, the development of insurance in Brazil maintained a close relationship with two protagonists of the economic conjuncture of the period: England and coffee-growing. The Brazilian market expanded and attracted the interest of foreign companies, when coffee plantations began to generate large surpluses.

The first steps of social security

Despite internal finances weakened by the Paraguayan War – which caused a small inflow of capital – 70% of foreign investment went to 3 sectors: railways, banks and insurance companies, of which 94% were British. The following period (1876 to 1885) coincided with the Great English Depression.

de investimentos. Naquele momento, a maioria das companhias autorizadas a funcionar contabilizava apenas o depósito mínimo obrigatório exigido pelo governo.

A previdência começa a despertar a atenção da sociedade. Em 1889, funda-se a Caixa de Pensões dos Operários da Imprensa Nacional, o primeiro fundo de pensão voltado para o trabalhador. O dinheiro provinha dos próprios empregados, que contribuíam com um dia de salário e passavam a ter direito a aposentadoria equivalente a 2/3 dos proventos após 30 anos de contribuição.

A República dava os primeiros passos quando, em 1895, o presidente Prudente de Morais – primeiro civil a governar o Brasil – assina o Decreto nº 294, exigindo que as reservas de seguros de vida fossem aplicadas no país, a fim de gerar caixa suficiente para honrar as indenizações. Em represália, algumas companhias resolvem abandonar os negócios por aqui.

Em 1900, o Código Civil Brasileiro reservava um capítulo para a regulação de todas as modalidades de seguro, incluindo o seguro de vida. O novo código levou 16 anos para entrar em vigor.

Em 1901, primeiro ano do século XX, o presidente Campos Salles assina o Decreto nº 4.270, conhecido como Regimento Murtinho – criando a Superintendência Geral dos Seguros, primeiro órgão de fiscalização do setor na República, com foco na atuação sobretudo das companhias estrangeiras que operavam no país. O decreto levou o nome do ministro da Fazenda, o médico Joaquim Murtinho. Mas teve vida curta. Foi revogado dois anos depois pelo presidente Rodrigues Alves.

A hegemonia da Inglaterra começa a enfrentar concorrência na virada para o século XX, com a ascensão de outras potências da Europa e dos Estados Unidos. A divisão internacional do trabalho transformou a Grã-Bretanha em país banqueiro, segurador e transportador mundial. Cabia ao Brasil o papel secundário de exportar produtos primários, como café, açúcar, algodão e borracha.

Até 1902, o capital britânico permaneceu hegemônico no Brasil – o que vinha acontecendo desde 1808, com a abertura dos portos e a assinatura de acordos comerciais altamente favoráveis aos interesses de Londres. O período de 1860 a 1902, no auge da exportação

Investments were scarce and a good part of them was destined to the construction of railroads. The insurance industry also suffered from falling investments. At that time, most companies authorized to operate accounted only the mandatory minimum deposit required by the government.

Social security begins to arouse the attention of society. In 1889, the Workers' Pension Fund of the National Press was founded, the first pension fund for the worker. The money came from the employees themselves, who contributed one day's salary and became entitled to retirement equivalent to 2/3 of the earnings after 30 years of contribution.

The Republic was taking its first steps when, in 1895, President Prudente de Morais – the first civilian to govern Brazil – signed Decree nº 294, requiring that life insurance reserves were to be invested in the country, in order to generate sufficient cash to honor the indemnities. In retaliation, some companies decide to leave the business here.

In 1900, the Brazilian Civil Code reserved a chapter for the regulation of all types of insurance, including life insurance. The new code took 16 years to come into force.

In 1901, the first year of the twentieth century, President Campos Salles signed Decree nº 4,270, known as the Murtinho Regiment – creating the General Superintendence of Insurance, the first supervising body of the sector in the Republic, focusing mainly on the foreign companies operating in the country. The decree took the name of the Minister of Finance, Doctor Joaquim Murtinho. But it was short-lived and revoked two years later by President Rodrigues Alves.

England's hegemony begins to face competition at the turn of the twentieth century, with the rise of other powers in Europe and the United States. The international division of labor has turned Britain into a banker, insurer and transporter country. Brazil had the secondary role of exporting primary products, such as coffee, sugar, cotton and rubber.

Until 1902, British capital remained hegemonic in Brazil – what had been happening since 1808, with the opening of ports and the signing of trade agreements highly favorable to London's interests. The period from 1860 to 1902, at the height of the coffee exports, recorded a great proliferation of shipping and insurance companies, mainly English – 28

do café, registrou grande proliferação de companhias de navegação e de seguro, principalmente inglesas – 28 no total de 49 seguradoras autorizadas a funcionar no Brasil. Muito lucrativas, essas empresas exigiam poucos recursos para implantação e atraíam investidores da Alemanha e de Portugal. Vivia-se o tempo de uma forte concorrência entre as companhias europeias por novos mercados.

No início do século XX a "República do Café com Leite", praticada pelos dois principais estados – São Paulo e Minas Gerais –, intensificou a atração de novos investimentos. Foi assim até a crise financeira de 1929, que redirecionou a economia e entornou o caldo (do café e do leite). O Brasil ingressa de vez na fase da industrialização.

Os seguros acompanharam o novo modelo que favorecia a associação corporativa. Em maio de 1933 a Associação das Companhias de Seguros, que reunia as empresas da capital, funda o Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro. Seu primeiro presidente foi o empresário João Augusto Alves, da Lloyd Atlântico. Quem ocupava o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio era o gaúcho Lindolfo Collor, vinculado a Getúlio Vargas e ex-diretor da Sul América. Nesta época, foi reformada a Lei das Caixas de Aposentadorias e Pensões, que estendeu o seguro social para os empregados da iniciativa privada.[5]

Seguindo uma ideia de uma cooperativa de mineradores franceses do século XIX, foi fundada, em 1929, a primeira empresa brasileira de capitalização, a Sul América Capitalização (SULACAP), pioneira no segmento de títulos voltados à acumulação de recursos para aquisição de bens de consumo. A ideia é estimular o participante a poupar determinado valor mensalmente, acenando com sorteio de prêmios e o compromisso de devolver os recursos depositados ao final do prazo preestabelecido.

Mas cobra-se uma taxa de administração e o valor devolvido sofre desconto das despesas com premiação. A iniciativa teve tanto sucesso que, em menos de duas décadas, surgiram 17 empresas do setor, espalhadas pelas principais capitais do país. Mas este produto, subordinado ao sistema securitário, tornou-se pouco atrativo em tempos de inflação alta. Assim, ao longo dos anos os títulos de capitalização sofreram um baque e só voltaram a crescer após o Plano Real.

of the total of 49 insurers authorized to operate in Brazil. Very profitable, these companies required few resources for implementation and attracted investors from Germany and Portugal. It was the time of strong competition between European companies for new markets.

At the beginning of the 20th century, the "Republic of Coffee with Milk", practiced by the two main states – São Paulo and Minas Gerais – intensified the attraction of new investments. So it went until the financial crisis of 1929, which redirected the economy and overturned the broth (of coffee and milk). Brazil enters the industrialization phase once and for all.

Insurance followed the new model that favored corporate association. In May 1933, the Association of Insurance Companies, which unified the capital companies, founded the Union of Insurance Companies of Rio de Janeiro. Its first president was businessman João Augusto Alves, of Lloyd Atlantic. The Ministry of Labor, Industry and Commerce was occupied by southerner Lindolfo Collor, linked to Getúlio Vargas and former director of Sul América. At that time, the Retirement and Pension Funds Act was reformed, which extended social insurance for private sector employees. [5]

Following an idea of a French mining cooperative of the 19th century, the first Brazilian capitalization company was founded, Sul América Capitalização (SULACAP), pioneer in the segment of bonds aimed at the accumulation of funds for acquisition of consumer goods. The idea is to encourage the participant to save a certain amount of money by waving a prize draw and a commitment to return the funds deposited at the end of the pre-established maturity.

But an administrative fee is charged and the amount returned is discounted from the prize. The initiative was so successful that, in less than two decades, 17 companies appeared in the sector, spread throughout the main capitals of the country. But this product subordinated to the security system became unattractive in times of high inflation. Thus, over the years the capitalization bonds plummeted and only resumed growth after the Real Plan.

World War II boosted maritime and freight transport insurance again. Curiously, it was the risks of war that resulted

[5] ALBERTI, Verena (org.). Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Funenseg/ FGV Editora, 2001, p. 74.

A Segunda Guerra Mundial voltou a impulsionar o seguro marítimo e do transporte de mercadorias. Curiosamente, foram os riscos de guerra que resultaram no fortalecimento do ramo de seguros de transporte marítimo. A ameaça de torpedeamento, por submarinos alemães, de embarcações cargueiras que atravessavam o Oceano Atlântico para abastecer os países aliados tornara a navegação uma operação de alta periculosidade.

Ao longo da História, fica clara a relação entre o risco e o seguro como uma espécie de guarda-chuva do empreendimento. Pode-se concluir que o mercado de seguro atua como alavanca do desenvolvimento econômico em circunstâncias as mais adversas.

O rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – levou o governo Vargas a intervir em associações e companhias instaladas no Brasil. "A Cia Ítalo-Brasileira de Seguros passou a se chamar Cia Brasileira de Seguros. Tempos depois, adotou o nome Itaú Seguros. Outra que sofreu intervenção do governo foi a Seguradora Internacional, que foi vendida para brasileiros."[6]

O governo Vargas começa a retirar espaço das empresas privadas e assume aos poucos a gestão da previdência. O Estado torna-se cada vez mais centralizador e regulador em todos os setores de atuação e se preocupa em limitar a remessa de lucros para o exterior.

[6] SILVESTRE, Rafael. ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA – ANSP (org.). Evolução Histórica do Seguro no Brasil. São Paulo: BB Editora, 2017.

in the strengthening of the maritime insurance business. The threat of torpedoing, by German submarines, of cargo vessels that crossed the Atlantic Ocean to supply the allied countries had made navigation a highly dangerous operation.

Throughout history, the relationship between risk and insurance is clear as a kind of umbrella of the enterprise. It can be concluded that the insurance market acts as a lever of economic development in the most adverse circumstances.

The disruption of diplomatic relations with the Axis countries – Germany, Italy and Japan – led the Vargas government to intervene in associations and companies established in Brazil. "The Italo-Brazilian Insurance Company was renamed Cia. Brasileira de Seguros. Sometime later, it adopted the name Itaú Seguros. Another that was intervened by the government was the Seguradora Internacional, which was sold to Brazilians."[6]

The Vargas government begins to remove space for private companies and gradually assumes the management of social security. The State becomes increasingly centralizing and regulatory in all sectors of activity and is concerned with limiting the remittance of profits abroad.



Moeda de 50 centavos com efígie do presidente Vargas, 1944

50 cents coin, with effigy of President Vargas, 1944



Revista dos Seguros, abril de 1950, nº 346, p. 569

Insurance Magazine, April 1950, nº 346, p. 569

O Estado regulador

A relação entre a evolução do seguro e a História do Brasil se dá porque o setor, incluindo segurados, corretores, seguradoras e outras instituições de seguro, constituiu-se como grupo, com interesses a defender. O Estado regulador tornou-se personagem fundamental, passando a integrar o mercado. A intervenção pretendia garantir a prevalência do princípio da solidariedade sobre "as leis gerais da concorrência, a aventura comercial e os jogos do dinheiro", como explica o economista e pesquisador francês Michel Albert.[7]

A criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939, em pleno Estado Novo, visava a estabelecer novos padrões de "competência técnica", dentro do novo modelo autoritário, que propunha transferir o seguro de acidente de trabalho das empresas privadas para o Estado. Esta transferência só viria a ocorrer na década de 1960, no governo do marechal Costa e Silva. Mas é preciso lembrar que a decisão governamental atendeu a uma demanda das companhias, que estavam tendo prejuízo com o pagamento de indenizações aos trabalhadores acidentados.

A fundação do IRB, em 1939, permitiu o levantamento das estatísticas do mercado de seguros e de capitalização.

> "O cuidado com o registro das estatísticas era necessário, como requisito do objetivo do IRB de regular o resseguro no Brasil e desenvolver as operações de seguros em geral (Artigo 3, Decreto-Lei 1.186, 03/04/1939). E para regular era preciso conhecer o mercado, e isto explica o trabalho cuidadoso dos técnicos do IRB, numa época em que as estatísticas econômicas eram pouco prezadas – em particular no Brasil – e sem o suporte de sistemas de computação. O período após a Segunda Guerra Mundial dispõe de registros estatísticos consolidados e registrados pelo IRB e publicados no Anuário de Seguros e na Revista do IRB. Até o final da década de 60, a estrutura de coleta e de consolidação de dados pelo IRB não diferia, em linhas gerais, da classificação nos anos 40 e 50. Estas publicações sobreviveram ao tempo graças ao carinho e competência da equipe de bibliotecárias e a compreensão das sucessivas administrações do IRB." [8]

[7] ALBERT, Michel. Capitalisme contre capitalisme. Paris: Seuil, 1991.

[8] CONTADOR, Cláudio. Economia do seguro – fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

The regulatory State

The relationship between the evolution of insurance and the history of Brazil is due to the fact that the sector, including insureds, brokers, insurance companies and other insurance institutions, constituted itself as a group with interests to defend. The regulatory state has become a key player, becoming part of the market. The intervention was intended to guarantee the prevalence of the principle of solidarity over "the general laws of competition, the commercial adventure and the games of money", as explained by French economist and researcher Michel Albert.[7]

The creation of the Brazilian Reinsurance Institute (IRB) in 1939, during the Estado Novo, was aimed at establishing new standards of "technical competence" within the new self-regulatory model, which proposed transferring workers' accident insurance compensation from private companies to the State. This transfer would only occur in the 1960s, under the government of Marshal Costa e Silva. But it must be remembered that the government decision met a demand from the companies, which were taking losses with the payment of indemnities to the injured workers. IRB's founding, in 1939, allowed the collection of statistics on the insurance and capitalization market.

> "Careful recording of statistics was necessary, as a requirement of the IRB's objective of regulating reinsurance in Brazil and developing insurance operations in general (Article 3, Decree-Law 1,186, 04/03/1939). And to regulate it was necessary to know the market, and this explains the careful work of IRB technicians, at a time when economic statistics were not very appreciated – particularly in Brazil – and without the support of computer systems. The period after World War II has statistical records consolidated and registered by the IRB and published in the Insurance Yearbook and the IRB Magazine. By the end of the 1960s, IRB's data collection and consolidation structure did not differ, in general lines, from the classification in the 1940s and 1950s. These publications survived through time thanks to the care and competence of the library staff and the understanding of successive administrations of the IRB." [8]

Em 1953, durante o segundo Governo Vargas, uma portaria determinou que parte das reservas técnicas das empresas do setor fosse investida em projetos governamentais de infraestrutura. O objetivo era aproveitar os recursos gerados pelo mercado de seguros no desenvolvimento do país. Os períodos de maior intervenção do Estado no mercado de seguros compreendem a Era Vargas e o regime militar (1964-1985).

Até os anos 1960 o funcionamento do mercado financeiro no Brasil poderia ser classificado como singelo. Se tivéssemos que compará-lo a um meio de transporte, seria o caso de pensar em um bonde com poucos passageiros, que andava devagar e com dificuldade para se manter nos trilhos.

O estoque de ativos financeiros na década de 1960 se limitava a papel-moeda, depósitos à vista e a prazo, e às então desconhecidas cadernetas de poupança.

"Alguns poucos ativos e instrumentos financeiros eram negociados através de corretoras e financeiras, por ordem de pequeno número de aplicadores, e poucos serviços eram providos pelos bancos comerciais. Os ativos de curto prazo de emissão privada mais conhecidos eram as Letras de Câmbio, em estoque reduzido. As operações na Bolsa de Valores eram restritas a especuladores e poucos tinham a visão de longo prazo. A inflação era instável, agravada por duas distorções: a ausência de mecanismos de indexação e a imposição de tetos para a taxa de juros. Os contratos ajustados em ouro, bastante comuns até o início do século XX e com correção monetária automática pelo preço do ouro, tinham sido banidos. E a Lei da Usura de 1933 (Decreto 23.501) estabeleceu o teto de 12% ao ano para as taxas nominais de juros, num ambiente de expectativa de inflação crescente e instável."[9]

In 1953, during the second Vargas government, an ordinance determined that part of the technical reserves of the companies of the sector were invested in governmental projects of infrastructure. The objective was to take advantage of the resources generated by the insurance market in the country's development. The periods of greater State intervention in the insurance market include the Vargas Era and the military regime (1964-1985).

Until the 1960s, the operation of the financial market in Brazil could be classified as simple. If we were to compare it to a means of transport, it would be the case of thinking of a streetcar with few passengers, which moved slowly and with difficulty to stay on the rails.

The stock of financial assets in the 1960s was limited to paper currency, demand and time deposits, and to the hitherto unrecorded savings accounts.

"A few assets and financial instruments were traded through brokers and financing companies, in the order of a small number of investors, and few services were provided by commercial banks. The best-known short-term private-sector assets were the Bills of Exchange, in reduced inventory. Stock market operations were restricted to speculators and few had long-term vision. Inflation was unstable, exacerbated by two distortions: the absence of indexation mechanisms and the imposition of interest rate caps. The gold-adjusted contracts, very common until the early twentieth century and with automatic monetary correction for the price of gold, had been banned. And the Usury Law of 1933 (Decree 23.501) established the ceiling of 12% per annum for nominal interest rates, in an environment of increasing and unstable inflation expectations."[9]

[9] Idem, ibidem

Mudando de mãos

A política de seguros passou ao longo do século XX por diferentes ministérios. Até os anos 30, as instituições de fiscalização e controle do mercado – Superintendência Geral dos Seguros (1901-1903) e Inspetoria de Seguros (1903-1934) – respondiam ao Ministério da Fazenda. Em 1933, a Inspetoria foi transferida para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No ano seguinte foi extinta a Inspetoria de Seguros e criado o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização-DNSPC. Com o desmembramento deste ministério, o Departamento foi para a pasta do Ministério da Indústria e Comércio, em 1961.

A oferta de ativos permaneceu bastante tímida até meados da década de 1960. O economista Francisco Galiza, no ensaio *Um retrato do Seguro no Brasil*, afirma que "o pouco crédito subsidiado fornecido pelos bancos estatais era fortemente disputado e canalizado para empresas e atividades selecionadas por motivos não necessariamente de eficiência econômica". [10]

Após 1964, no Governo Castelo Branco, com as reformas econômicas propostas pelo ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, o setor foi-se deslocando para o campo financeiro. O então recém-criado Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a ter ingerência sobre as reservas técnicas das seguradoras.

A SUSEP se insere nesta história em novembro de 1966. Desde seu surgimento, passa a dividir responsabilidades com o IRB na fiscalização do setor. Em 1979, a supervisão de seguros integrou-se ao Ministério da Fazenda, onde permanece até hoje. A partir dos anos 90, assume papel preponderante na regulação e supervisão do mercado de seguros no Brasil.

[10] GALIZA, Francisco. 50 anos da SUSEP – um retrato do seguro no Brasil. Rio de Janeiro, 2016.

Changing hands

Insurance policy passed through the twentieth century by different ministries. Until the 1930s, the institutions of market supervision and control – General Superintendence of Insurance (1901-1903) and Insurance Inspection (1903-1934) – responded to the Ministry of Finance. In 1933, the Inspection was transferred to the Ministry of Labor, Industry and Commerce. The following year the Insurance Inspection was abolished and the National Department of Private Insurance and Capitalization – DNSPC was created. With the dismemberment of this ministry, the Department went to the Ministry of Industry and Trade portfolio in 1961.

The supply of assets remained rather timid until the mid-1960s. Economist Francisco Galiza, in his essay "A Portrait of Insurance in Brazil", states that "the little subsidized credit provided by state-owned banks was heavily disputed and channeled to selected businesses and activities for reasons not necessarily of economic efficiency". [10]

After 1964, in the Castelo Branco Government, with the economic reforms proposed by the Minister of Finance, Octavio Gouvêa de Bulhões, the sector began moving to the financial sector. The newly created National Monetary Council (CMN) came to have control over the technical reserves of insurers.

SUSEP is inserted in this story in November 1966. Since its inception, it began to share responsibilities with the IRB in overseeing the sector. In 1979, insurance supervision was integrated with the Ministry of Finance, where it remains to this day. Since the 1990s, it has played a leading role in the regulation and supervision of the insurance market in Brazil.

Até a República, o mercado de seguros no Brasil tinha como seus pontos principais:

Until the Republic the insurance market in Brazil had as its main points:

1

Maior presença do capital inglês

Major presence of British capital

2

Baixo nível de controle do Estado em relação aos valores movimentados

Low level of control of the State in relation to the values moved

3

Importância do know-how das seguradoras britânicas na formação do incipiente mercado brasileiro

Importance of the know-how of British insurers in the formation of the emerging Brazilian market

1886.1896

Com a crise na economia cafeeira, o Brasil se salvou graças à entrada do capital das grandes potências em competição pelos mercados

With the crisis in the coffee-based economy, Brazil was saved thanks to the influx of capital from the great powers in competition for the markets

1897.1902

Cresceram as lavouras de café no Sudeste e setores vinculados à exportação atraíram maiores investimentos: seguradoras, 30,7% do capital investido e 26% de companhias de navegação

Coffee plantations in the Southeast grew and export-related sectors attracted larger investments: insurers, 30.7% of invested capital and 26% of shipping companies

Cerca de

80%

desse capital foi para as companhias de seguro e serviços básicos, como energia elétrica e transporte urbano

Around 80% of this capital went to insurance companies and basic services, such as electric power and urban transportation

Perto de

73%

do capital vinha da Inglaterra, seguida de Canadá, Bélgica e França

About 73% of the capital came from England, followed by Canada, Belgium and France



estação

modernização

modernization station



Iniciado o Processo de Encampação Das Refinarias Além de Assinado o Decreto Desapropriador da SUPRA

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964 — N.º 11 611

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO — Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO — Diretor-Substituto: ROGÉRIO MARINHO

O Presidente João Goulart firmou os dois decretos pouco antes de seguir para o comício da Praça Cristiano Ottoni. A Petrobrás terá 30 dias para promover a desapropriação das ações das refinarias, executando a, amigável ou judicialmente, com seus próprios recursos. No comício, o Presidente afirmou que tudo continuará fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico; para que sejam derrubados os barreiras que impedem a conquista de novas etapas e do progresso (TEXTO NA 6.ª PÁG.).

A Direção de Capuava Vai Defender Seus Interêsses Diante do Ato do Govêrno

Embora ainda desconhecesse os têrmos do decreto de encampação, o diretor-técnico da refinaria ressaltou que serão defendidos, pacífica ou judicialmente, os direitos da emprêsa. E os dirigentes das refinarias de Manguinhos e Ipiranga vão estudar o decreto presidencial TEXTO NA QUINTA PÁGINA.

ESTA EDIÇÃO É COMPOSTA DE 3 CADERNOS

O Presidente afirmou que continuará lutando, pacificamente, pelas reformas que deseja. A seu lado, no palanque, esteve D. Maria Teresa

Ainda de dia, a Praça Cristiano Ottoni já apresentava êste aspecto. A assistência foi aumentando, enquanto falavam os treze oradores. O Presidente foi o último a falar. Pregou as reformas que considera essenciais para o progresso do País. Prometeu, também, continuar a luta contra os especuladores

Treze Oradores Falaram no Comício Das Reformas

Uma grande multidão encheu a Praça Cristiano Ottoni para ouvir o Presidente da República. A manifestação transcorreu em ordem, apenas com ligeiras incidências, não políticas, logo abafadas. O acidente mais grave ocorreu quando uma faísca pegou fogo e, em conseqüência do pânico, 140 pessoas se feriram. Antes de começar o comício, a explosão de uma bomba feriu sete pessoas (TEXTO NA OITAVA PÁGINA)

Uma faísca pega fogo e põe em pânico parte da assistência

A PE do Exército restabelece a calma. Mas o pânico já ferira cento e quarenta pessoas

ULTIMATO TURCO A CHIPRE: CONVOCADO O CONSELHO DA ONU

A TURQUIA comunicou oficialmente ao Arcebispo Makarios que intervirá na ilha se não fôr ustado o que qualifica de massacre da comunidade turca. Makarios retornou de Atenas a Nicósia afirmando que a intervenção significaria a guerra. Também o Govêrno grego declarou que reagirá a uma invasão de Chipre, que estaria iminente. (TELEGRAMAS EM "O GLOBO EM FOCO", NA OITAVA PÁGINA).

Quando a faísca pegou fogo e surgiu o pânico, o Sr. José de Sousa teve um princípio de enfarte. Foi socorrido e salvou-se

Este cartaz com foice e martelo estava no comício

Lacerda Pede ao Carioca Que Eleja Hélio Beltrão

Disse o Governador, na concentração de Cascadura, que preciso, eleito Presidente da República, ter uma retaguarda tranqüila na Guanabara, com um Govêrno sereno e capaz. Acentuou que qualquer um tem o direito de se candidatar ao que quiser, mas o povo tem o direito de escolher quem entender, e êle, o direito de declarar de público em quem vai votar (TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)

Milhares de pessoas concentraram-se ontem na Praça N. S.ª do Amparo, em Cascadura, para ouvir o Governador Carlos Lacerda

Kubitschek Passará à Ofensiva em Defesa de Sua Candidatura

O candidato pessedista tomou duas decisões importantes: procurará atrair desde já as áreas ligadas ao Presidente da República e anunciará uma definição reformista moderado. Os últimos acontecimentos políticos levaram-no a abandonar a defensiva em que se encontrava, mesmo sabendo que, com a disposição que adotou, poderá contrariar tanto os extremistas como os conservadores (NA 13.ª PÁG.)

LÁGRIMAS APÓS A SENTENÇA

Betty Ansley esposa de Joseph Clyde Ansley, não pode conter as lágrimas ao deixar o tribunal federal de Los Angeles, após a sentença que condenou seu marido e outros dois indivíduos como autores do seqüestro do jornal Frank Sinatra Junior. Ainda de Betty, sua negra, Sra. Madelyn Ansley. (Foto UPI — Exclusivo para O GLOBO)

O Globo
nº 11 611 – capa
14 de março de 1964

O Globo – nº 11.611 cover March 14th, 1964

Um mergulho no tempo nos convida a voltar ao início dos anos 1960, no governo de João Goulart. As Reformas de Base, que mobilizaram o país, pretendiam atingir diversos setores da atividade econômica, com a garantia de estabilidade no emprego para os empregados da indústria e direitos trabalhistas para camponeses no meio rural, incluindo mudança na estrutura fundiária. A reforma agrária tornara-se uma bandeira de setores progressistas. Conflitos sociais, greves, quebra de hierarquia nas Forças Armadas deixaram o País em ebulição permanente, criando condições favoráveis à intervenção militar, com o apoio de parte do empresariado, setores expressivos da classe média, da igreja católica e dos Estados Unidos.

A dive in time invites us to return to the early 1960s, under the government of João Goulart. The Base Reforms, which mobilized the country, aimed at reaching several sectors of economic activity, with the guarantee of job stability for industry employees and labor rights for peasants in rural areas, including a change in the land structure. Agrarian reform had become a banner of progressive sectors. Social conflicts, strikes, a breakdown of the hierarchy in the Armed Forces left the country in permanent boil, creating favorable conditions for military intervention, with the support of the business community, expressive sectors of the middle class, the Catholic Church and the United States.

Parada obrigatória

A partir de abril de 1964, outro ciclo de reformas, de cunho liberal, tomou conta do país. Com a ajuda do capital internacional, o Brasil alcançou patamares expressivos de desenvolvimento econômico e significativas taxas de crescimento. Mas os problemas sociais persistiram, entre eles o da concentração de riquezas.

No campo político, o regime militar cassou direitos, despachou para o exílio os principais líderes de oposição, reprimiu movimentos sociais e sufocou manifestações populares. A censura aos meios de comunicação, à literatura e às produções culturais transformou o País em uma ilha de silêncio. A política repressiva estimulou o descontentamento. Vieram as ações de guerrilha nos meios urbano e rural, o que resultou em violência, tortura e morte.

No campo econômico, o País assistiu a reformas profundas e modernizadoras na economia. Além da SUSEP, foram criados o Banco Central e o Banco Nacional da Habitação, e aprovadas ações de investimento em infraestrutura. A adoção desta política, no entanto, implicou a elevação da dívida externa, que trouxe sérios problemas para as décadas seguintes.

No primeiro governo civil-militar, do marechal Castelo Branco (1964-1967), o diagnóstico da situação econômica e financeira baseava-se no pressuposto de que haveria excesso de demanda, o que gerava efeitos inflacionários e causava os seguintes problemas:

- a inflação desestimulava a canalização de poupança para o sistema financeiro;
- a Lei do Inquilinato desestimulava a aquisição de imóveis e a construção civil; e
- a desordem tributária inibia as operações de mercado.

As principais medidas do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foram:

- reforma tributária;
- reforma monetária e financeira; e
- reforma do setor externo.

Mandatory stop

As of April 1964, another cycle of reforms, of a liberal nature, took over the country. With the help of international capital, Brazil achieved significant levels of economic development and significant growth rates. But social problems persisted, among them the concentration of wealth.

In the political field, the military regime stripped rights, dispatched the main opposition leaders to exile, suppressed social movements, and stifled popular demonstrations. The censorship of the media, literature and cultural productions transformed the country into an island of silence. Repressive politics fueled discontent. Guerrilla actions in urban and rural areas resulted in violence, torture and death.

In the economic field, the country witnessed profound and modernizing reforms in the economy. In addition to SUSEP, the Central Bank and the National Housing Bank were created, and investment in infrastructure was approved. The adoption of this policy, however, implied the increase of the external debt, which brought serious problems for the following decades.

In the first civil-military government of Marshal Castelo Branco (1964-1967), the diagnosis of the economic and financial situation was based on the assumption that there were excess demand, which generated inflationary effects and caused the following problems:

- inflation discouraged the channeling of savings to the financial system;
- the Tenancy Law discouraged the acquisition of real estate and construction; and
- the taxation disorder inhibited market operations.

The main measures of the Government's Economic Action Plan (PAEG) were:

- tax reform;
- monetary and financial reform; and
- external sector reform.

Em dezembro de 1964, o Congresso aprovava a lei que regularia a profissão de corretor de seguros de vida e capitalização – Lei nº 4.594, regulamentada pelo Decreto nº 56.903, de setembro de 1965. Ficou instituída, como obrigatória, a comissão de corretagem.

Em 1966, por indicação do general Golbery do Couto e Silva, chefe e idealizador do Serviço Nacional de Informações (SNI), o governo escolheu como novo diretor do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), órgão que antecedeu a SUSEP nas operações de fiscalização do mercado, o advogado acreano Raul Silveira, funcionário de carreira do Banco do Brasil. Antes da nomeação, ele foi sabatinado por uma banca formada por Olavo Egydio Setúbal (Banco Itaú e Seguradora Brasileira), Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, Benedito Fonseca Moreira e pelo ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egydio Martins.

No Departamento, Raul Silveira logo constatou a precariedade do órgão e a situação de insegurança do mercado segurador. Decidiu sanear o mercado e reformar a legislação. O modelo adotado foi o da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), criada em 1945 para ser o embrião do Banco Central. Estruturou-se a SUSEP e idealizou-se o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), a partir do Conselho Monetário Nacional (CMN). Raul Silveira tornou-se o primeiro superintendente da SUSEP, a nova autarquia do setor.

Os ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio lançaram, em setembro de 1966, a Lei de Cobrança Bancária dos Prêmios (LCB) e a Lei do Sorteio de Seguros de Bens Públicos (LSB). A LCB atendeu ao pedido dos seguradores queixosos da falta de liquidez e da diferença de captação dos prêmios, então feita pelos corretores, que nem sempre repassavam diretamente os valores às seguradoras.

Já a LSB – ou Lei das Bolinhas – previa que as empresas estatais deveriam adotar um rodízio das seguradoras, a cada dois anos, nos contratos de garantia de seu patrimônio. Os dirigentes não poderiam mais escolher entre as maiores e melhores companhias de cada área, teriam que se submeter a um sorteio. A Lei das Bolinhas teria desagradado boa parte dos proprietários de seguradoras de grande porte.

Historiadores do setor de seguros afirmam que a chamada Lei das Bolinhas, como ficou conhecido o sorteio, visava atingir o empresário Celso da Rocha Miranda, dono da corretora Ajax, uma gigante do setor,

In December 1964, Congress approved the law regulating the profession of life insurance and capitalization broker – Law nº 4,594, regulated by Decree nº 56,903, of September 1965. The brokerage commission was established as mandatory.

In 1966, at the appointment of General Golbery do Couto e Silva, head and founder of the National Information Service (SNI), the government chose as the new director of the National Department of Private Insurance and Capitalization (DNSPC), the agency that preceded SUSEP in the market surveillance operations, the Acrean lawyer Raul Silveira, career officer of Banco do Brasil. Prior to the appointment, he was approved by a bench consisting of Olavo Egydio Setúbal (Banco Itaú and Seguradora Brasileira), Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, Benedito Fonseca Moreira and the Minister of Industry and Commerce, Paulo Egydio Martins.

At the Department, Raul Silveira soon noticed the precariousness of the agency and the insecurity situation on the insurance market. He decided to clean up the market and reform the legislation. The model adopted was of the former Superintendency of Currency and Credit (SUMOC), created in 1945 to be the embryo of the Central Bank. SUSEP was structured and the National Council of Private Insurance (CNSP) was conceived, based on the National Monetary Council (CMN). Raul Silveira became the first superintendent of SUSEP, the new autarchy of the sector.

In September 1966, the Finance and Industry and Commerce ministers introduced the Premiums Bank Collection Act (LCB) and the Public Assets Insurance Lottery Act (LSB). The LCB complied with request by insurers complaining of the lack of liquidity and the difference in premium collection, which was then made by the brokers, who did not always directly pass on the amounts to insurers.

As for the LSB, or Law of the Little Balls, it provided that state-owned companies should adopt a rotation of insurers every two years in the guarantee contracts of their assets. Managers could no longer choose among the largest and best companies in each area, they would have to undergo a lottery. The Law of the Little Balls apparently displeased a large part of the owners of large insurers.

Historians from the insurance industry say that the so-called Law of the Little Balls, as the lottery was known, was aimed at hitting entrepreneur Celso da Rocha Miranda, owner

responsável pelo seguro do Banco do Brasil e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A Companhia Internacional de Seguros também era de Rocha Miranda, ligado ao ex-presidente Juscelino Kubitscheck, que na campanha à presidência em 1955 arrecadou apoio eleitoral e financeiro do empresariado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em 1966, quando do lançamento da Frente Ampla de oposição ao governo Castelo Branco – formada pelos ex-presidentes Juscelino e João Goulart e o ex-governador Carlos Lacerda – Rocha Miranda voltou a ser convidado para obter apoio financeiro de empresários que apoiavam a eleição direta.

O advogado Raul Silveira, primeiro superintendente da SUSEP, deu um depoimento em 1997 para os pesquisadores Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

"Do ponto de vista técnico, não havia paralelo. Não havia ninguém que pudesse ombrear-se com ela (corretora Ajax). Era a melhor que existia, e o Banco do Brasil estava muito satisfeito. Até que o governo, por questões de sua conveniência, a meu ver, pessoais, contra o dono da Ajax, que era o Celso da Rocha Miranda, criou a lei que eu chamei na época de lei ad hominem, para o homem. Por causa de um homem, eles arrasaram uma floresta. Fizeram a lei que tirava dos corretores de seguros a administração. Fizeram o artigo 23, do decreto-lei nº 73, pelo qual o seguro dos bens dos órgãos do poder público, da administração direta e indireta, seriam feitos através de sorteio. Aí a Ajax teve que sair, não pôde mais manter o monopólio da administração de corretagem de seguros do Banco do Brasil, porque se entendia que o Banco do Brasil era um órgão do poder público, contra a nossa opinião. Foi uma querela, uma briga tremenda entre mim e o presidente do IRB, Thales José de Campos. Ele entendia que o Banco do Brasil estava incluído, e eu entendia que não, que o regime do Banco do Brasil era do direito do trabalho, da legislação trabalhista, legislação privada." [1]

Rocha Miranda também era dono da Panair do Brasil, que teve suspensa a autorização de operação de voo pelo regime militar e a maior parte de suas rotas entregues à Varig. A Internacional de Seguros acabou sendo vendida.

of broker Ajax, a giant in the sector, responsible for the insurance of Banco do Brasil and the National Steel Company (CSN). The Companhia Internacional de Seguros also belonged to Rocha Miranda, linked to former president Juscelino Kubitscheck, who in the 1955 presidencial campaign raised electoral and financial support from Rio de Janeiro and Sao Paulo businessmen.

In 1966, during the launch of the Frente Ampla in opposition to the Castelo Branco government – formed by former presidents Juscelino and João Goulart and former governor Carlos Lacerda – Rocha Miranda was again invited to obtain financial support from entrepreneurs who supported direct election.

Lawyer Raul Silveira, SUSEP's first superintendent, gave a statement in 1997 to researchers at the Center for Research and Documentation in Contemporary History of Brazil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas:

"From the technical point of view, there was no parallel. There was no one who could compete with it (Ajax broker). It was the best there was, and Banco do Brasil was very pleased. Until the government, for convenient reasons, in my personal opinion, against the owner of Ajax, who was Celso da Rocha Miranda, created the law that I called in the time of law ad hominem, for man. Because of a man, they ravaged a forest. They made the law that removed insurance brokers out of management. They made Article 23 of Decree-Law nº 73, whereby insurance of the assets of public bodies, under direct and indirect administration, would be made by lottery. Then Ajax had to leave, it could no longer maintain the monopoly of brokerage administration of Banco do Brasil, because it was understood that Banco do Brasil was an organ of the public power, against our opinion. It was a quarrel, a tremendous fight between me and IRB president Thales José de Campos. He figured that Banco do Brasil was included, and I figured it was not, that Banco do Brasil regime was labor law, private law." [1]

Rocha Miranda was also the owner of Panair do Brasil, which had its flight operations authorization suspended by the military regime and most of its routes delivered to Varig. The Internacional de Seguros was eventually sold.



[1] Entrevista concedida em 1997 pelo advogado Raul Silveira aos pesquisadores do CPDOC, em convênio com a Funenseg. http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista232.pdf

[1] Interview granted in 1997 by the lawyer Raul Silveira to the researchers of the CPDOC, in agreement with Funenseg. http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista232.pdf

Em busca de solidez

Em 1966, antes da criação da SUSEP, o DNSPC determinou a suspensão do funcionamento de diversas companhias de seguro. Havia dois objetivos: sanear o mercado e criar uma nova legislação. Fecharam as portas: Segurança Industrial, Protetora, Aliança Riograndense, Sul-Riograndense, Interestadual, Brás Lusitana, Real, Planalto e A Equitativa, cujos responsáveis tiveram que responder a inquérito no SNI.

A cobrança bancária trouxe rápida liquidez às empresas de seguro, que passaram a vincular a vigência dos contratos ao comprovante de pagamento no banco. Além disso, a direção do DNSPC criou o modelo único de apólice e disciplinou o pagamento das comissões de corretagem.

Seguindo a Lei de Reforma Bancária, de dezembro de 1964, as reservas técnicas das seguradoras já estavam sob o controle do Conselho Monetário Nacional (CMN), que orientava a aplicação dessas reservas de acordo com a nova política monetária. Visando elaborar uma legislação mais adequada ao mercado de seguros, Raul Silveira formou uma comissão consultiva com representantes de seguradoras – Olavo Setúbal (Itaú Seguros), Ângelo Mário Cerne (Internacional de Seguros e presidente da Fenaseg), Aldo Augusto Souza Lima (Sólida Corretora de Seguros), Florentino de Araújo Jorge (Aliança da Bahia e membro do Conselho Técnico do IRB) e Célio Nascente, também do IRB.

A comissão preparou um anteprojeto encaminhado ao ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egydio Martins, pelo qual o Departamento seria extinto e substituído pela SUSEP. A ideia era cobrar uma taxa de fiscalização a fim de captar recursos para o novo órgão. A proposta previa ainda a criação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Pela nova legislação, todas as empresas do mercado segurador deveriam participar do seguro de acidente de trabalho, até então restrito a apenas 21 seguradoras. O bonde começava a ganhar perfil de metrô de superfície, com mais segurança e eficiência na operação.

Segundo depoimento de Silveira ao CPDOC, da FGV, o presidente do IRB, Thales José de Campos, indicado em 1966 pelo marechal Castelo Branco, elaborou outro anteprojeto para a criação da SUSEP.

In search of solidity

In 1966, before the creation of SUSEP, the DNSPC determined the suspension of the operation of several insurance companies. There were two objectives: to clean up the market and create a new legislation. Companies that closed the doors: Segurança Industrial, Protetora, Aliança Riograndense, Sul-Riograndense, Interestadual, Brás Lusitana, Real, Planalto and A Equitativa, whose managers had to respond to an inquiry in the SNI.

The bank collection brought quick liquidity to the insurance companies, which started to link the validity of the contracts to the payment receipt at the bank. In addition, the DNSPC management created the single policy template and regulated the payment of brokerage commissions.

Following the Banking Reform Law of December 1964, the technical reserves of the insurance companies were already under the control of the National Monetary Council (CMN), which guided the investment of these reserves in accordance with the new monetary policy. In order to elaborate a more adequate legislation for the insurance market, Raul Silveira formed a joint commission with representatives of insurance companies – Olavo Setúbal (Itaú Seguros), Ângelo Mário Cerne (Internacional de Seguros and president of Fenaseg), Aldo Augusto Souza Lima (Sólida Corretora de Seguros), Florentino de Araújo Jorge (Aliança da Bahia and member of the IRB Technical Council) and Célio Nascente, also from the IRB.

The commission prepared a preliminary draft submitted to the Minister of Industry and Commerce, Paulo Egydio Martins, by which the Department would be extinguished and replaced by SUSEP. The idea was to charge an inspection fee to raise funds for the new agency. The proposal also foresaw the creation of the National Council of Private Insurance (CNSP). Under the new legislation, all companies in the insurance market should participate in work accident insurance, so far restricted to only 21 insurers. The tram began to gain the profile of surface subway, with more safety and efficiency in the operation.

According to Silveira's testimony to CPDOC, of FGV, the president of the IRB, Thales José de Campos, appointed in 1966 by Marshal Castelo Branco, prepared another preliminary

Assim, faltando poucos meses para encerrar o mandato, o presidente aprovou "às pressas" o Decreto-Lei nº 73, em seguida ao Decreto nº 72, que reformava a Previdência. Castelo Branco queria deixar um legado de reformas entre as quais se destacava a nova Constituição Federal, aprovada pelo Congresso no início de 1967.

O Decreto-Lei nº 73/66 surpreendeu os empresários de seguro, que no regime autoritário só foram consultados sobre questões pontuais e não conheciam as novas medidas. O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) mantinha os princípios básicos do modelo do Estado Novo, com ligeiras adaptações. Ao Estado caberia a exclusividade da regulação das operações de seguro, cosseguro, resseguro e retrocessão, com o monopólio do resseguro pelo IRB. O Governo temia que o sistema segurador provocasse evasão de divisas. A política de seguros deveria manter-se em sintonia com a política de investimentos do país.

O IRB manteve a estrutura de empresa de economia mista e autonomia administrativa e financeira, mas no que diz respeito ao papel de operador, ficou com o Instituto a função de colocar o resseguro no exterior. Mas o Decreto-Lei nº 73 concedeu ao superintendente da SUSEP a atribuição de exercer a função de presidente do CNSP na ausência do titular, o ministro da Indústria e Comércio.

Eis o Decreto-Lei nº 73 que fez nascer a SUSEP, com as 10 atribuições que lhe cabiam:

"Art. 35: Fica criada a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), entidade autárquica, jurisdicionada ao Ministério da Indústria e do Comércio, dotada de personalidade jurídica do Direito Público, com autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único: A sede da SUSEP será na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até que o Poder Executivo a fixe, em definitivo, em Brasília.

Art. 36: Compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras:

a) processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos Estatutos das Sociedades Seguradoras, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao CNSP;

project for the creation of SUSEP. Thus, with only a few months to pass before the end of the term, the President approved – in a hurry – the Decree-Law nº 73, following Decree nº 72, which reformed the social security system. Castelo Branco wanted to leave behind a legacy of reforms, among them the new Federal Constitution, approved by the Congress in early 1967.

The Decree-Law nº 73/66 surprised the insurance businessmen, who in the authoritarian regime had only been consulted on specific issues and were not aware of the new measures. The National Council of Private Insurance (CNSP) maintained the basic principles of the Estado Novo model, with slight adaptations. The State would have the exclusive right to regulate the insurance, coinsurance, reinsurance and retrocession operations, with the reinsurance monopoly by the IRB. The Government feared that the insurance system could cause currency evasion. The insurance policy was to remain in line with the country's investment policy.

The IRB maintained the mixed-economy company structure and administrative and financial autonomy, but with respect to the role of the operator, the Institute was responsible for placing the reinsurance overseas. But the Decree-Law nº 73 granted to the Superintendent of SUSEP the attribution to exercise the function of president of the CNSP in the absence of the titular, the Minister of Industry and Commerce.

This is the Decree-Law nº 73, which created SUSEP, with its 10 attributions given:

"Art. 35: The Superintendency of Private Insurance (SUSEP) is created, an autarchy entity, which is a subsidiary of the Ministry of Industry and Commerce, with legal personality of Public Law, with administrative and financial autonomy.

Sole Paragraph: The seat of SUSEP shall be in the city of Rio de Janeiro, State of Guanabara, until the Executive Branch settles it, definitively, in Brasília.

Art. 36: SUSEP, in the quality of executor of the policy outlined by the CNSP, as supervising organ of the constitution, organization, management and operations of the Insurance Companies:

a) To process the requests for authorization, for constitution, organization, operation, merger, encamping, grouping, transfer of share control and reform of the Articles of Association of the Insurance Companies, to express an opinion on them and forward them to CNSP;

linha do tempo time line

1966

O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco assina o Decreto-lei nº 73, criando a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, e com sede no Rio de Janeiro.

President Humberto de Alencar Castelo Branco signs Decree-Law nº 73, creating the Superintendence of Private Insurance (SUSEP), linked to the Ministry of Industry and Commerce, and headquartered in Rio de Janeiro.

b) baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP;

c) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;

d) aprovar os limites de operações das Sociedades Seguradoras, de conformidade com o critério fixado pelo CNSP;

e) examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis;

f) autorizar a movimentação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;

g) fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras;

h) fiscalizar as operações das Sociedades Seguradoras e aplicar as penalidades cabíveis;

i) proceder à liquidação das Sociedades Seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no país;

j) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento."[2]

O artigo 32 do mesmo decreto-lei criou o CNSP com o objetivo de fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados e estabelecer as diretrizes das operações de resseguro. O Conselho era presidido pelo ministro da Indústria e Comércio e composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e Previdência Social, da Saúde e da Agricultura, além do presidente do IRB, do superintendente da SUSEP, de um representante do Conselho Federal de Medicina e de três representantes da iniciativa privada nomeados pelo presidente da República. A composição do CNSP mostra que o governo federal detinha controle absoluto sobre a política do setor de seguros.

Em 1967, porém, o Decreto-Lei nº 73 foi regulamentado pelo Decreto nº 60.459, que deixava a presidência do CNSP com o ministro da Indústria e Comércio e, na ausência deste, com outros membros da equipe econômica. O quadro funcional da nova autarquia passou a ter duas origens: os egressos do DNSPC e os que vinham da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, uma empresa de economia mista dissolvida pelo Decreto-Lei nº 73, sendo seus funcionários aproveitados pelo Ministério da Agricultura ou, os que optassem, poderiam ser

b) To publish instructions and issue circulars regarding the regulation of insurance operations, according to CNSP guidelines;

c) To establish conditions of policies, operations plans and tariffs to be used obligatorily by the national insurance market;

d) To approve the limits of operations of the Insurance Companies, in accordance with the criterion established by CNSP;

e) To examine and approve the conditions of special coverages, as well as to fix the applicable taxes;

f) To authorize the movement of the goods and values mandatorily inscribed in guarantee of the technical reserves and the bound capital;

g) To supervise the implementation of the general accounting and statistical standards established by the CNSP for the Insurance Companies;

h) To supervise the operations of the Insurance Companies and apply the applicable penalties;

i) To proceed with the liquidation of the Insurance Companies that have their authorization to work in the country canceled;

j) To organize its services, elaborate and execute its budget."[2]

Article 32 of the same decree-law created the CNSP with the objective of establishing the guidelines and norms of private insurance policy and establishing the guidelines for reinsurance operations. The Council was chaired by the Minister of Industry and Commerce and composed of the Ministers of Finance, Planning, Labor and Social Security, Health and Agriculture, as well as the president of the IRB, the superintendent of SUSEP, a representative of the Federal Council of Medicine and three representatives of the private sector appointed by the President of the Republic. The composition of the CNSP shows that the federal government had absolute control over insurance policy.

In 1967, however, Decree-Law nº 73 was regulated by Decree 60.459, which left the presidency of the CNSP with the Minister of Industry and Commerce and, in the absence of this, with the other members of the economic team. The functioning staff of the new autarchy began to have two origins: the DNSPC and those who came from the National Agricultural Insurance Company, a mixed-economy company dissolved by

[2] Publicação original / Original publication Disponível em/Available in: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-73-21-novembro-1966-374590-publicacaooriginal-1-pe.html>

linha do tempo time line

1967

Regulamentação do Decreto-Lei nº 73/1966, que organiza o funcionamento da nova autarquia. (Decreto nº 60.459)

Adoção do Sistema Nacional de Capitalização, que transfere para a SUSEP a supervisão das sociedades que operam com títulos de capitalização. (Decreto-Lei nº 261)

Regulation of Decree-Law nº 73/1966, which organizes the operation of the new autarchy. (Decree nº 60,459)

Adoption of the National Capitalization System, which transfers to SUSEP the supervision of companies that operate with capitalization securities. (Decree-Law nº 261)

transferidos para a SUSEP. Com o tempo, servidores do Ministério da Fazenda, da Indústria e Comércio e de outros órgãos públicos foram se agregando ao quadro da SUSEP.

Cabe lembrar que, em 1969, três incêndios de grandes proporções – o da TV Paulista (que mudaria o nome depois para TV Globo de São Paulo), o da fábrica de biscoitos Marilu, no Rio de Janeiro, e o da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista – movimentaram o mercado de seguros, criando uma nova realidade.

O IRB pagou as indenizações, mas ao cobrar das seguradoras, estas ficaram em situação de risco. Não acostumadas à concorrência e assustadas com os grandes sinistros, as seguradoras ressentiam-se, ainda, da mudança do seguro de acidente de trabalho advinda do Estado, além do seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória de Veículos Automotores Terrestres (RCOVAT) e das operações de cosseguro. As companhias se queixaram de que a legislação do seguro obrigatório limitou sua capacidade de retenção do capital. O RCOVAT foi o embrião do seguro obrigatório de acidentes de trânsito, que seria aperfeiçoado na década de 1970.

Outro espaço aberto para a atividade seguradora foi no campo, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que provocou um salto de qualidade e de produtividade na agropecuária. O seguro estava presente nesta empreitada. Em 1970 o CNSP, através da Resolução CNSP nº 05, aprovou condições e normas tarifárias do Seguro Rural. Foi a primeira manifestação no sentido de dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 73/66 no tocante à implementação do Seguro Rural, porém de forma gradativa e regionalizada.

Especialistas argumentam que o seguro agrícola tem especificidades que dificultam o cálculo atuarial, como as pragas e intempéries da natureza. Antes da assinatura do contrato, o banco vinculado à seguradora envia um agrônomo à propriedade para avaliar o solo e as condições técnicas do plantio para medir o risco, mas a ocorrência de geadas, por exemplo, é algo imponderável.



the Decree-Law nº 73, with employees disposed by the Ministry of Agriculture or, those who chose, could be transferred to SUSEP. Over time, public servants of the Ministry of Finance, Industry and Commerce and other public agencies were added to the SUSEP framework.

It should be remembered that in 1969, three major fires – that of TV Paulista (which later changed its name to TV Globo de São Paulo), the Marilu biscuit factory in Rio de Janeiro, and the Volkswagen factory in São Paulo Bernardo do Campo, in the ABC of São Paulo – brought a sudden movement to the insurance market, creating a new reality.

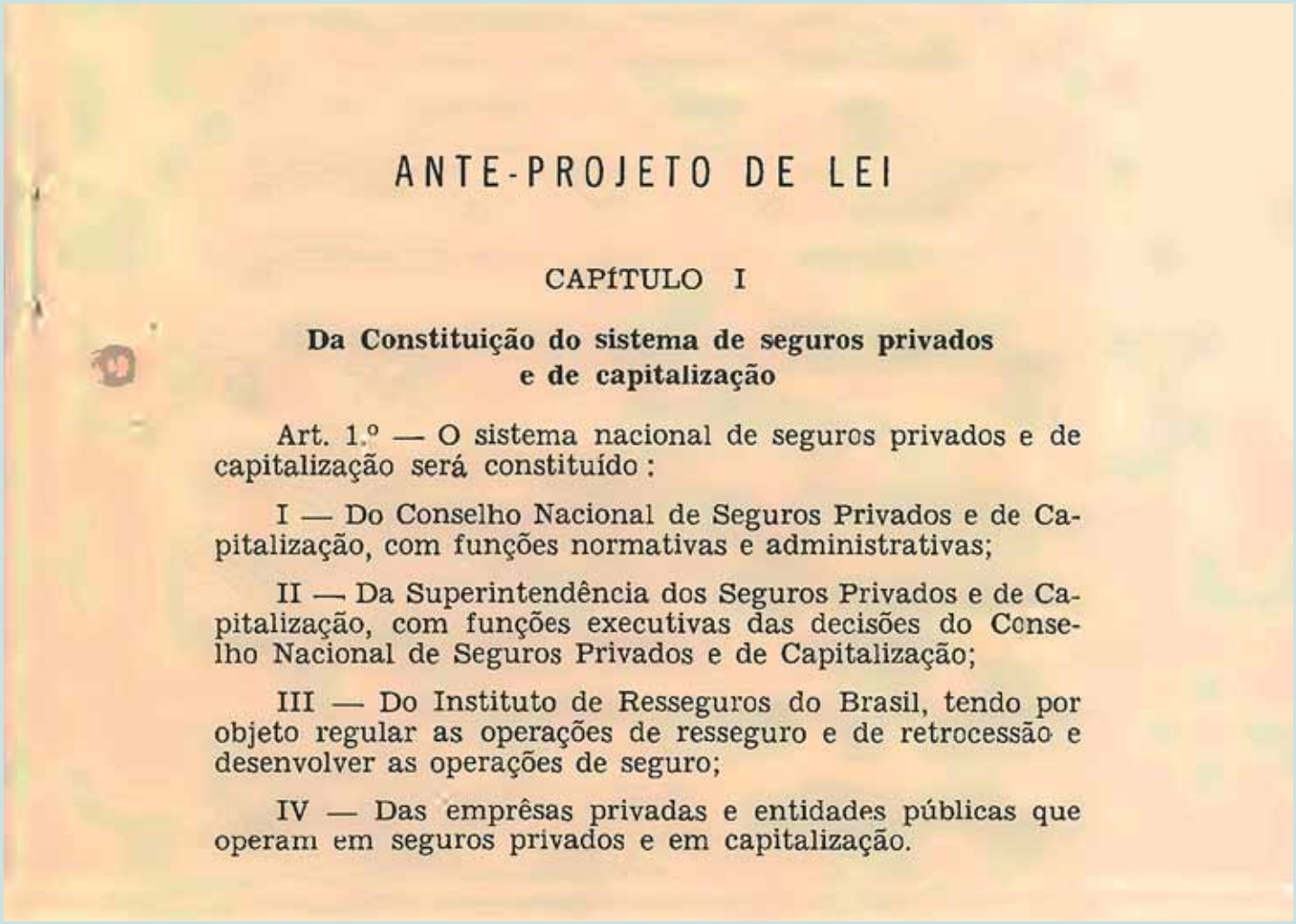
The IRB paid the damages and indemnities, but when charging the insurers, these were at a position of risk. Unaccustomed to the competition and frightened by the large claims, the insurance companies were also resentful of the change in the work-related accident insurance coming from the State, in addition to the Obligatory Civil Liability for Land Auto Vehicles (RCOVAT) and of coinsurance operations. The companies complained that compulsory insurance legislation limited their ability to withhold capital. The RCOVAT was the embryo of mandatory traffic accident insurance, which would be perfected in the 1970s.

Another open space for insurance activity was in the rural field, with the creation of the Brazilian Agricultural Research Company (Embrapa), which provoked a jump in quality and productivity in agriculture. Insurance was present in this endeavor. In 1970, the CNSP, through Resolution CNSP nº 05, approved conditions and tariff rules for the Rural Insurance. It was the first manifestation in order to comply with Decree-Law nº 73/66 regarding the implementation of Rural Insurance, but in a gradual and regionalized manner.

Experts argue that agricultural insurance has specificities that make actuarial calculations difficult, such as the blights and inclemency of nature. Before signing the contract, the insurer bank sends an agronomist to the property to evaluate the soil and the technical conditions of the plantation to measure the risk, but the occurrence of frosts, for example, is something imponderable.

Atos Legislativos contam a história da autarquia

Legislation acts tell the history of the autarchy



ANTE-PROJETO DE LEI

CAPÍTULO I

Da Constituição do sistema de seguros privados e de capitalização

Art. 1.º — O sistema nacional de seguros privados e de capitalização será constituído :

I — Do Conselho Nacional de Seguros Privados e de Capitalização, com funções normativas e administrativas;

II — Da Superintendência dos Seguros Privados e de Capitalização, com funções executivas das decisões do Conselho Nacional de Seguros Privados e de Capitalização;

III — Do Instituto de Resseguros do Brasil, tendo por objeto regular as operações de resseguro e de retrocessão e desenvolver as operações de seguro;

IV — Das emprêsas privadas e entidades públicas que operam em seguros privados e em capitalização.

Anteprojeto de lei sobre a constituição do Sistema de Seguros Privados e Capitalização

Preliminary draft law on the constitution of the Private Insurance and Capitalization System

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Proc. CNSP nº 659/68-I - folha 3

-CÓPIA-

EM/GM/Nº 360/66. Em 19 de novembro de 1966.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Com vistas aos princípios essenciais que regem o pensamento revolucionário do Govêrno honrado e eficaz de Vossa Excelência, no sentido de ampliar, melhorar e tornar mais produtiva a máquina do Estado, garantindo ao mesmo passo o bem estar do povo, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-Lei que reforma a legislação de seguros privados e dá outras providências.

O Brasil já não suporta mais a atual estrutura do mercado de seguros.

Daí porque se impõe dotar o instrumental administrativo de podêres capazes de eliminar de vez os óbices, as controvérsias e as dificuldades que, no particular, entravam e até podem anular esforços construtivos.

2. O projeto contém a filosofia e os princípios doutrinários que devem reger as operações de seguros, adaptando-as às complexas exigências da conjuntura econômica atual.

3. Consagra postulados fundamentais, isto é:

./.

MinC SUSEP - 02/11

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Proc. CNSP nº 659/68-I - folha 4

2.

a) - O seguro é uma atividade privada; cabe ao Estado, ùnicamente, a garantia de aposentadoria e pensões;

b) - a política de seguros é de interêsse nacional e deverá harmonizar-se com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional;

c) - firma o princípio da reciprocidade nas operações de seguro com o estrangeiro;

d) - autoriza o Govêrno Federal a assumir os riscos catastróficos e excepcionais, desde que interessem à economia e segurança do País;

e) - institui o seguro por emissão de simples bilhete de seguro, visando a simplificar e flexibilizar as operações, aumentando substancialmente seu número;

f) - restringe as operações de seguros privados às Sociedades Anônimas ou Cooperativas;

g) - autoriza a contratação de seguro com a cláusula de correção monetária;

h) - institui o seguro-saúde, em caráter obrigatório, para todos os assalariados do País;

i) - estabelece novos seguros obrigatórios, de interêsse público, visando à dilatação do mercado;

j) - sanciona pessoas jurídicas e firmas individuais que não realizem os seguros obrigatórios;

./.

MinC SUSEP - 02/11

Em ofício enviado à Presidência da República em novembro de 1966, o ex-ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egydio Martins , propõe a reforma da legislação do sistema privado de seguros e a criação da SUSEP, como autarquia

In official letter sent to the Presidency of the Republic in November 1966, the former Minister of Industry and Commerce, Paulo Egydio Martins, proposes the reform of the legislation of the private insurance system and the creation of SUSEP, as autarchy

1) - reforma o seguro rural, instituindo-se nôvo regime de exploração, articulados com um Fundo que cubra os prejuízos excepcionais;

m) - condiciona a aplicação das reservas técni - cas às diretrizes do Conselho Monetário Nacional;

n) - assegura condições adequadas de segurança , rentabilidade e liquidez aos investimen - tos compulsórios das Seguradoras;

o) - proíbe a concessão do rebate de comissões e vantagens especiais aos segurados;

p) - garante ampla defesa aos réus de infrações à nova lei.

4. Para consecução dêsses alevantados objetivos, o sistema nacional de seguros privados passa a compor-se do Conse - lho Nacional de Seguros Privados, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto de Resseguros do Brasil, das Sociedades auto rizadas a operar no País, e dos Corretores de Seguros, sendo que:

a) - O Conselho Nacional de Seguros Privados di- ta as normas gerais da política de segu - ros privados;

b) - a Superintendência de Seguros Privados orienta e fiscaliza as operações de seguros;

c) - o Instituto de Resseguros do Brasil regula as operações de resseguro e de retroces - sões;

d) - as Sociedades operam conforme a políti - ca preconizada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados;

e) - os Corretores aproximam as partes contra - tantes.

./.

5. Na instrumentação do sistema, foi dado especial relêvo à disciplinação das operações de seguros, à sua fiscalização e à repressão das infrações cometidas.

6. Do nôvo regime legal ainda resulta:

a) . A extinção do DNSPC;

b) a criação, sob forma autárquica, da Supe - rintendência de Seguros Privados;

c) a dissolução da Companhia Nacional de Segu ros Agrícola;

d) a incorporação de Fundos já existentes ao Fundo de Estabilidade de Seguro para o Crédito Rural;

e) a graduação da passagem do atual regime de assistência médica para o do seguro-saúde, ouvido o Ministério da Saúde;

f) - a transferência da fiscalização financeira e administrativa das Sociedades de Capita- lização para o Banco Central da República do Brasil.

7. Em suma, focaliza o projeto todos os aspectos que, de uns anos a esta parte, constituem problemas para a ativida - de securitária, e oferece, através de sua estrutura jurídica, a solu - ção adequada a todos êles.

8. Desde a criação de nôvo órgão fiscalizador, até às disposições que dizem respeito às atividades paralelas ou marginais, teve o cuidado de estabelecer condições que favoreçam o desenvolvimento

./.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Proc. C-SP nº 59168 I - folha 7

de tão importante setor da economia do País, como é o seguro privado.

9. Manteve-se a atual estrutura do Instituto de Resseguros do Brasil, visto que nela se têm introduzido, modernamente, alterações que a atualizaram e lhe permitem desenvoltura e eficácia de sua intervenção no mercado de seguros, como órgão essencialmente ressegurador obrigatório.

10. São essas, Senhor Presidente, as considerações que esta Secretaria de Estado julgou de seu dever alinhar em tôrno do presente Decreto-Lei-, o qual virá dotar o Govêrno e o mercado segurador dos instrumentos indispensáveis ao almejado cumprimento de suas importantes tarefas.

aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu mais profundo respeito.

PAULO EGYDIO MARTINS.

Mod. SUSEP - 02/01

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Proc. C-SP nº 59168 I - folha 8

Arquive-se.

Em 30.8.68

MALDIDO ALVES DE CASTILHO
Secretário de S. R. S. P.

De ordem a fim Arquive
Geral
Em 14 7 2008

MARCOS JOSÉ LIMA
Secretário de Chefe

Mod. SUSEP - 02/01



estação

decolagem

takeoff station

Apesar do processo de industrialização do país ter começado nos anos 50 – um dos seus maiores símbolos foi o "Fusca" – para superar um momento crítico da economia, o governo Médici lançou uma nova estratégia econômica. Grandes linhas de crédito foram abertas para estímulo ao consumo. E para não gerar forte inflação, esse crescimento econômico procurou aumentar a produção e estimular a concorrência, particularmente no setor industrial. Mas grandes obras de infraestrutura foram realizadas, atraindo mão de obra de todo o país, como a Ponte Rio-Niterói, as rodovias Transamazônica, Rio-Santos, Manaus-Porto Velho e Perimetral Norte.



Although the country's industrialization process began in the 1950s – one of its greatest symbols was the "Fusca" – to overcome a critical moment in the economy, the Médici government launched a new economic strategy. Large credit lines were opened to stimulate consumption. And as to not generate strong inflation, this economic growth sought to increase production and stimulate competition, particularly in the industrial sector. However, major infrastructure works were carried out, attracting workforce from all over the country, such as the Rio-Niterói Bridge, the Transamazônica, Rio-Santos, Manaus-Porto Velho and Perimetral Norte.









Propaganda institucional do período do governo militar, 1970

Institutional propaganda of the military government period, 1970

Tempos de ufanismo

Os militares no poder se dividiram no processo sucessório. Três anos após o golpe militar, o marechal Castelo Branco acabou sendo pressionado a passar a faixa presidencial para o marechal Arthur da Costa e Silva, seu ministro da Guerra e identificado com a chamada "linha dura". Mas antes de terminar o mandato, começou a organizar com setores políticos um movimento contra o endurecimento do regime. Castelo Branco morreu em um acidente aéreo em Fortaleza, poucos meses após deixar o governo.

Costa e Silva tomou posse na presidência em 15 de março de 1967, mesma data em que entrava em vigor a nova Constituição, que restaurava alguns direitos individuais. Sem essas garantias, o grupo que apoiava Costa e Silva quis recuperar poderes extraordinários para fazer frente às críticas da oposição e ao descontentamento de parte da população. Começaram a surgir manifestações de protesto nas principais cidades do país. Usando como pretexto a recusa do Congresso em autorizar processo contra o deputado federal do MDB da Guanabara, o jornalista do Correio da Manhã Márcio Moreira Alves, o presidente fechou o parlamento, cassou o deputado e decretou o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 suspendia os direitos civis e cerceava a liberdade de imprensa.

Em maio de 1969, Costa e Silva anunciou a convocação de uma comissão de juristas para elaborar a reforma política, por meio de emenda constitucional que incluiria a extinção do AI-5, voltando a ter plena vigência a Constituição de 1967 – aquela que havia institucionalizado o regime militar e que entrou em vigor no dia da posse de Costa e Silva. Segundo o jornalista Carlos Chagas – então assessor de imprensa do Governo Federal – Costa e Silva pretendia assinar a emenda em 7 de setembro de 1969.

Porém, uma semana antes da data prevista para assinatura, o presidente sofreu um derrame cerebral. O vice-presidente Pedro Aleixo, um civil, foi impedido de tomar posse. Em seu lugar assumiu o poder uma junta militar formada pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Costa e Silva morreu poucas semanas depois. A Junta Militar assumiu a presidência provisória da república, pelo período de

Times of boasting

The military in power was divided in the process of succession. Three years after the military coup, Marshal Castelo Branco was eventually pressured to pass the presidential belt to Marshal Arthur da Costa e Silva, his war minister and identified with the so-called "hard line". But before ending his term, he began to organize with political sectors a movement against the hardening of the regime. Castelo Branco died in a plane crash in Fortaleza, a few months after leaving the government.

Costa e Silva took office in the presidency on March 15, 1967, the same date that the new Constitution came into force, restoring certain individual rights. Without these guarantees, the group that supported Costa e Silva wanted to regain extraordinary powers to deal with opposition criticism and discontent on the part of the population. Protest demonstrations began to appear in the main cities of the country. Using as a pretext the Congress's refusal to authorize litigation against the federal deputy of the MDB of Guanabara, Correio da Manhã journalist Márcio Moreira Alves, the president dismissed the parliament, sacked the deputy and decreed the Institutional Act nº 5 in 13 of December 1968. The AI-5 suspended civil rights and restricted freedom of the press.

In May 1969, Costa e Silva announced the convocation of a commission of jurists to elaborate the political reform, by means of a constitutional amendment that would include the extinction of the AI-5, returning to full effect the Constitution of 1967 – the one that had institutionalized the military regime and that came into force on the day of Costa e Silva's inauguration. According to journalist Carlos Chagas – then press officer of the Federal Government – Costa e Silva intended to sign the amendment on September 7, 1969.

However, a week before the date scheduled for the signature, the president suffered a stroke. Vice-President Pedro Aleixo, a civilian, was barred from taking office. In its place a military junta formed by the ministers of the Army, the Navy and the Air Force took over. Costa e Silva died a few weeks later. The Military Junta assumed the provisional presidency of the republic for a period of 60 days. Then, it promoted a consultation with all the four-star generals of the

60 dias. Em seguida promoveu uma consulta a todos os oficiais generais de quatro estrelas das Forças Armadas, para escolher entre Emílio Garrastazu Médici, que chefiava o SNI, e o general Albuquerque Lima, ex-ministro do Interior e de formação nacionalista. Médici foi escolhido.

Logo em seguida, a Junta Militar outorgou uma nova constituição. De 1969 a 1974, o Brasil viveu um período ambíguo: de um lado a propaganda e a política de créditos voltada para a classe média vendiam a ideia do "milagre econômico". Do outro lado, a censura à imprensa e o cerceamento da liberdade varriam para debaixo do tapete os atos de repressão, como prisões arbitrárias, sequestros e sessões de tortura. O país ingressava na era dos "anos de chumbo".

No campo econômico, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) reuniu um conjunto de estratégias para conter a inflação e o desemprego. Mas o controle da inflação acabou por trazer a recessão. O desemprego foi combatido pela construção de obras públicas. O governo também promoveu o saneamento das contas públicas. O "milagre" teve origem no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Grandes linhas de crédito foram abertas, como medida de incentivo ao crescimento e estímulo ao consumo. Grandes obras de infraestrutura buscavam atrair trabalhadores sem emprego de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e estados do Nordeste. Empreendimentos "faraônicos" como a rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói foram realizados, além de terem sido criadas empresas estatais como Embrapa, Infraero, Telebras e Itaipu Binacional. Vale destacar o Plano de Integração Nacional (PIN), o Plano de Integração Social (PIS) e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (ProRural).

O novo papel do IRB

Como consequência do processo político centralizador, no setor de seguros, o IRB, que então tinha o monopólio de operações de resseguro no país, tomou a frente das mudanças na atividade. José Lopes de Oliveira assumiu a presidência do Instituto, indicado pelo general Garrastazu Médici.

O executivo promoveu uma nova política de seguros, que representou, além de mudanças internas no IRB e no mercado, um movimento externo, que pretendia transformar o Brasil em um país ressegurador, por meio do próprio instituto e das empresas privadas.

Armed Forces, to choose between Emilio Garrastazu Médici, who was head of the SNI, and General Albuquerque Lima, former minister of the Interior and of nationalist formation. Médici was chosen.

Soon after, the Military Junta promulgated a new constitution. From 1969 to 1974, Brazil lived an ambiguous period: on the one hand propaganda and the credit policy directed toward the middle class sold the idea of the "economic miracle". On the other hand, censorship of the press and the restriction of freedom swept under the carpet acts of repression, such as arbitrary arrests, kidnappings and torture sessions. The country was entering the era of the "years of lead".

In the economic field, the Government's Economic Action Plan (PAEG) brought together a set of strategies that have been focused on containing inflation and unemployment. But inflation control eventually brought recession. Unemployment was attacked by the construction of public works. The government also promoted the reorganization of public accounts. The "miracle" originated in the National Development Plan (PND).

Large lines of credit were opened as a measure to stimulate growth and stimulate consumption. Large infrastructure projects sought to attract unemployed workers from São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro and Northeastern states. "Pharaonic" projects such as the Trans-Amazonian Highway, Rio-Niterói Bridge and the creation of State-owned companies such as Embrapa, Infraero, Telebras and Itaipu Binacional were done. It is worth highlighting the National Integration Plan (PIN), the Social Integration Plan (PIS) and the Rural Worker Assistance Program (ProRural).

New Role of the IRB

As a consequence of the centralizing policy process, in the insurance sector, the IRB, which had then a monopoly on reinsurance operations in the country, took to the frontlines over the changes in activity. José Lopes de Oliveira took the position of the presidency of the Institute, appointed by General Garrastazu Médici.

The executive promoted a new insurance policy, which represented, in addition to internal changes in the IRB and in the market, an external movement that sought to transform Brazil into a reinsurance country, through the institute itself and private companies.

Em tempos de milagre econômico, o mercado segurador tinha de se expandir e aumentar a capacidade de retenção das empresas. Lopes de Oliveira resolveu enxugar o mercado, incentivando fusões e incorporações de seguradoras, com base no Decreto-Lei nº 1.115, de julho de 1970. Reestruturou o patrimônio das empresas, formou profissionais para o mercado de seguros e estabeleceu limite máximo de retenção de seguros. O decreto concedia incentivos fiscais às companhias que se fundissem. Havia dois objetivos: acabar com empresas satélites, que apenas recebiam o cosseguro das controladoras, e reduzir o número de operadoras no mercado. Resultado: das 189 companhias existentes em 1966 – ano de criação da SUSEP – o número caiu para 93 em 1980.

Com a suspensão da abertura de novas seguradoras, o mercado se manteve congelado até a década de 1980. A política de fusões causou um efeito: os bancos entraram no mercado de seguros, atraídos pelo volume de prêmios. O Governo estimulou também um processo de fusões na rede bancária, dando incentivos à compra de pequenos bancos. Nasciam aí os conglomerados financeiros, com o setor de seguros operando como bancos-seguradoras – bancassurance, no conceito francês. Nesse cenário, a Seguradora Brasileira tornou-se, em 1972, a Itaú Seguros (anterior ao banco). Assim como o Itaú, outros bancos-seguradoras surgiram, como o Bradesco, Bamerindus, Unibanco, Nacional, Econômico, Banerj, que, desde 1975, já apareciam entre os dez maiores no ranking do mercado segurador, firmando-se ao longo da década de 1980.

Antes, nos anos 1970, o mercado brasileiro já passara a fazer seguros de transporte de produtos importados, seguros de navios (cascos marítimos) e de aviões. A SUSEP analisava e controlava, a cada três meses, as reservas técnicas das empresas – metade deveria ser aplicada nas ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que eram títulos do Governo. As empresas também assumiram alguns riscos, o que antes cabia ao IRB. As seguradoras foram se capitalizando, passo a passo, e o IRB transferiu-lhes a tarefa de calcular sua capacidade de retenção e liquidação de sinistros.

As corporações passaram a contar com o atuário, profissional de nível superior responsável pelo cálculo de risco do negócio de seguros. Até então, o atuário só fazia parte dos quadros do IRB.

In times of economic miracle, the insurance market had to expand and increase the retention capacity of companies. Lopes de Oliveira decided to reduce the market, encouraging mergers and incorporations of insurers, based on Decree-Law nº 1,115, July 1970. It restructured corporate assets, trained professionals for the insurance market and established maximum limit for insurance retention. The decree granted tax incentives to merging companies. There were two objectives: ending satellite companies, which only received the coinsurance from the controllers, and reducing the number of operators in the market. The result: of the 189 existing companies in 1966 – the year SUSEP was created – the number fell to 93 in 1980.

With the suspension of the opening of new insurers, the market remained frozen until the 1980s. The merger policy had an effect: banks entered the insurance market, attracted by the volume of premiums. The government also stimulated a process of mergers in the banking network, giving incentives for the purchase of small banks. The financial conglomerates were born there, with the insurance sector operating as insurance-banks – bancassurance, in the French concept. In this scenario, the Seguradora Brasileira became, in 1972, Itaú Seguros (anterior to the bank). Like Itaú, other insurance-banks were created, such as Bradesco, Bamerindus, Unibanco, Nacional, Econômico, Banerj, which, as of 1975, were already among the ten largest in the insurance market, establishing themselves throughout the 1980s.

Previously, in the 1970s, the Brazilian market had already begun to insure the transportation of imported products, insurance of ships (maritime hulls) and aircraft. SUSEP analyzed and controlled, every three months, the companies' technical reserves – half of which had to be applied to the ORTNs (National Treasury Readjustable Obligations), which were government bonds. The companies also took some risks, which were previously the responsibility of the IRB. The insurers were capitalizing step by step and the IRB transferred to them the task of calculating their claims retention and settlement capacity.

The corporations were now counting on the actuary, a senior professional responsible for calculating the risk of the insurance business. Until then, the actuary was part only of the IRB staff.

linha do tempo time line

1973

Realização do primeiro concurso público para o quadro de funcionários da SUSEP.

Conduct of the first public tender for the SUSEP staff.

Novos tempos, novos quadros

Inspirada no modelo francês, foi criada uma escola de seguros para formar profissionais e técnicos para esse mercado. Em 1972, surgiu no Rio de Janeiro a Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg), visando formar técnicos e corretores de seguros, além de especialistas em resseguros.

A presidência do IRB acelerou o processo de financeirização do seguro, para sincronizar as aplicações das reservas do Instituto e das seguradoras às tendências do mercado financeiro. Também fez cumprir a cláusula da reciprocidade do Decreto-Lei nº 73/66 – o seguro de transporte de mercadorias importadas passou para as seguradoras brasileiras, mesmo estando em portos no exterior. Por outro lado, as seguradoras estrangeiras poderiam efetuar o seguro das exportações brasileiras em seus países.

Até então o IRB operava quase que exclusivamente no exterior com o Lloyds britânico. Em meados da década de 70, passou a negociar com outros países como os da Escandinávia e os Estados Unidos, logo espalhando-se por todos os continentes. Além disso, estreitou os negócios com países da América do Sul, como Argentina, Bolívia e Uruguai. O ressegurador brasileiro, que antes recebia comissão de 23% no contrato de resseguros de incêndio, passou a exigir os 35% comuns aos outros países.

O IRB abriu subsidiárias em Londres e Nova York, sendo que a do Reino Unido tinha um escritório de operações de resseguros. Nos Estados Unidos, operava por meio de uma firma local, a Duncanson & Holt Ltd. Mais tarde, em 1978, o Brasil abriu uma empresa com capital de US$ 25 milhões, tendo o IRB como controlador associado a empresas brasileiras – a United Americas Insurance Company (UAIC). Neste mesmo 1978, registrou-se pela primeira vez superavit no setor na balança de pagamentos.

A alta de preços do petróleo abalou a economia mundial após a Guerra do Yom Kippur, em 1973, entre Israel e os países árabes. A redução do comércio exterior afetou a encomenda de navios de carga.

linha do tempo / time line

1974

Regulamentação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), de responsabilidade social, que garante indenização às vítimas de acidentes de trânsito. (Lei nº 6.194)

Regulation of the Compulsory Insurance of Personal Injury Caused by Road Vehicles (DPVAT), of social responsibility, which guarantees indemnification to the victims of traffic accidents. (Law nº 6,194)

New times, new staffs

Inspired by the French model, an insurance school was created to train professionals and technicians for this market. In 1972, the National School of Insurance Foundation (Funenseg) was founded in Rio de Janeiro, aiming to train insurance technicians and brokers, as well as reinsurance specialists.

The IRB presidency accelerated the process of insurance financing to synchronize the investments of the Institute and insurers' reserves to financial market trends. It also enforced the reciprocity clause of Decree-Law nº 73/66 – the insurance of imported goods transport passed to the Brazilian insurers, even being in ports abroad. On the other hand, foreign insurers could insure Brazilian exports in their countries.

Until then the IRB operated almost exclusively abroad with British Lloyds. In the mid-1970s, it began to negotiate with other countries such as those from Scandinavia and the United States, soon spreading to all continents. In addition, it tightened the business with South American countries such as Argentina, Bolivia and Uruguay. The Brazilian reinsurer, which previously received a commission of 23% in the fire reinsurance contract, started to demand the 35% common to other countries.

The IRB opened subsidiaries in London and New York, with the one in the United Kingdom having a reinsurance operations office. In the United States, it operated through a local firm, Duncanson & Holt Inc. Later, in 1978, Brazil opened a company with a capital of US$ 25 million, with the IRB as controller associated with Brazilian companies – United Americas Insurance Company (UAIC). In this same year, the sector's balance of payments had its first surplus.

The rise in oil prices rocked the world economy after the Yom Kippur War in 1973 between Israel and the Arab countries. The reduction of foreign trade affected the orders of cargo ships. The vessels in activity had their useful life extended, which compromised the maintenance. The result: the number of claims increased. The Brazilian office in London, as well as the other global insurance companies, began to generate a

As embarcações em atividade tiveram ampliada sua vida útil, o que comprometeu a manutenção. Resultado: o número de sinistros cresceu. O escritório brasileiro em Londres, bem como as demais companhias de seguro mundiais, começou a dar prejuízo, em parte pela inexperiência do IRB e de suas associadas, em parte pela crise mundial do seguro com perdas acima do previsto.

O dinheiro ficou mais caro e afetou os investimentos do Estado em infraestrutura e os planos de crescimento em diversos setores da economia. A alta do petróleo exigiu um redirecionamento do mundo econômico.

Um dos pontos marcantes do setor de seguros neste período foi a regulamentação, em 1974, do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), por meio da Lei nº 6.194, em substituição ao RCOVAT. Esta modalidade de seguro é obrigatória para todos os proprietários de veículos automotores, com o objetivo de garantir a indenização das vítimas do trânsito. O DPVAT representou uma inovação no seguro. A partir daquele momento, todas as pessoas envolvidas em acidentes passaram a ter direito a indenização, independentemente da investigação do dolo.

Veja as indenizações previstas:

"A seguradora efetuará o pagamento das indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada:

Morte: Caso a vítima venha a falecer por causa do acidente de trânsito, seus beneficiários terão direito ao recebimento de uma indenização correspondente à importância segurada vigente na época da ocorrência do sinistro.

Invalidez Permanente: Caso a vítima de acidente de trânsito venha a se invalidar permanentemente devido ao acidente, ou seja, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela de Danos Corporais Totais, constante do anexo à Lei nº 6.194/74, com a alteração dada pela Lei nº 11.945/09, tendo como indenização máxima a importância segurada vigente na época da ocorrência do sinistro.

Despesas de Assistência Médica e Suplementares (DAMS): Caso a vítima de acidente de trânsito venha a efetuar, para seu tratamento,

loss, in part because of the inexperience of the IRB and its associates, in part because of the global crisis of insurance losses above the expectation.

Money became more expensive and it affected State investments in infrastructure and the growth plans in several sectors of the economy. The rise in oil prices demanded a redirection of the economic world.

One of the highlights of the insurance industry in this period was the regulation, in 1974, of the Compulsory Insurance of Personal Injury Caused by Road Vehicles (DPVAT), through Law nº 6,194, replacing the RCOVAT. This modality of insurance is mandatory for all owners of motor auto vehicles, with the purpose of guaranteeing the compensation of the victims of traffic accidents. The DPVAT represented a breakthrough in insurance. From that moment, every person involved in accidents became entitled to compensation, regardless of the investigation of the motive.

Observe the indemnities regulated:

"The insurer will pay the indemnities specified below, per victim:

Death: In case the victim dies because of the traffic accident, the beneficiaries will be entitled to receive an indemnity corresponding to the insured amount in force at the time of the occurrence of the accident.

Permanent disability: If the victim of a traffic accident is permanently disabled due to the accident, that is, as long as the treatment is completed and the character of the disability is definitive, the amount to be determined, based on the percentage of the incapacity according to the table of Total Bodily Injury, contained in the annex to Law nº 6,194/74, with the amendment given by Law nº 11,945/09, having as maximum indemnity the insured amount in force at the time of the occurrence of the claim.

Medical and Supplementary Care Expenses (DAMS): If the victim of a traffic accident incurs in medical and supplementary care expenses for medical treatment, the victim will be entitled to receive an indemnity, by way of reimbursement, corresponding to the value of the respective expenses, up to the limit defined in a table of wide acceptance in the market, having as maximum ceiling the value in force at the time of the occurrence of the claim.

1977

Regulamentação da previdência privada. Subordina o sistema privado à legislação federal. (Lei nº 6.435)

Regulation of private pension. Subordinates the private system to federal law. (Law nº 6,435)

sob orientação médica, despesas com assistência médica e suplementares, a própria vítima terá direito ao recebimento de uma indenização, a título de reembolso, correspondente ao valor das respectivas despesas, até o limite definido em tabela de ampla aceitação no mercado, tendo como teto máximo o valor vigente na época da ocorrência do sinistro.

Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.'' [1]

Lei nº 6.194 de 19 de Dezembro de 1974:

''Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas Seguradoras participantes do Consórcio.''[2]

The amounts corresponding to the indemnities, in the event of non-compliance with the period for payment of the respective pecuniary obligation, are subject to monetary correction according to a regularly established official index and moratory interest based on criteria established in the specific private insurance regulation.'' [1]

Law nº 6.194, of December 19, 1974:

''Art. 7º The indemnity for a person victimized by an unidentified vehicle, with an unidentified insurer, non-existent or expired insurance, shall be paid in the same amounts, conditions and terms of other cases by a consortium constituted, compulsorily, by all insurance companies that operate in the insurance subject of this law. (Redaction provided by Law nº 8.441 of 1992)

§ 1º The consortium dealt with in this article may regressively recuperate from the owner of the vehicle the amounts to be disbursed, taking the vehicle as a guarantee of the obligation, even if linked to a fiduciary alienation contract, domain reservation, leasing or any other. (Redaction given by Law nº 8.441 of 1992)

§ 2º The National Council for Private Insurance (CNSP) will establish rules to address the payment of indemnities provided for in this article, as well as the manner in which they are distributed by the participating insurers of the Consortium.'' [2]

[1] http://www.susep.gov.br/download/menuatendimento/DPVAT2008_mod2.pdf

[2] http://www.susep.gov.br/textos/Lei6194-74-mar09.pdf



Revista dos Seguros,
março de 1974,
nº 633, p. 317

Revista dos Seguros,
March 1974,
nº 633, p. 317



Revista dos Seguros,
dezembro de 1974,
nº 642, p. 194

Revista de Seguros,
December 1974,
nº 642, p. 194

estação

transparência

transparency station

Seleção treina coletivo hoje

Carlos Alberto, Jairzinho e Paulo César são os titulares ausentes. (Página 26)

ANO XLIX - Rio de Janeiro, 4.ª-feira, 20 de março de 1974 - N.º 14 782

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO

EXCLUSIVO

Os Kennedy, vistos por Rose Kennedy

O GLOBO começa a publicar hoje, em resumo, o livro "A Saga dos Kennedy", escrito por Rose F. Kennedy — mãe do ex-Presidente norte-americano —, que está sendo lançado em todo o Brasil. (Na página 17)

O novo Presidente anuncia, na primeira reunião do Ministério, as diretrizes de sua administração

AS GRANDES METAS DO GOVERNO GEISEL

1. Aperfeiçoamento democrático e institucionalização dos princípios da Revolução de 64
2. Eliminação definitiva do analfabetismo
3. Combate à inflação e à crise de energia
4. Fortalecimento da empresa privada nacional
5. Melhor distribuição de rendas
6. Mudanças no Imposto de Renda

O Presidente Ernesto Geisel anunciou ontem, em reunião ministerial de cinqüenta minutos, as grandes metas de seu Governo. Na reunião, iniciada exatamente às 16 horas, no Palácio do Planalto, em Brasília, Geisel leu um documento de mais de 40 laudas datilografadas, no qual estão resumidas as diretrizes do Presidente para todos os seus ministros.

Nos pontos principais de seu pronunciamento, o Presidente Geisel afirmou:

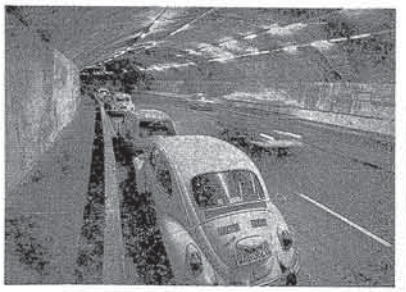
- O Governo realizará sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964.
- Vários preços internos, como os dos derivados do petróleo, sofrerão realinhamentos, em conseqüência da crise internacional de matérias-primas. Mas esses reajustes corretivos não devem servir de pretexto à retomada de expectativas inflacionárias irresponsáveis e corrosivas.
- A longo prazo, a política do Governo no setor energético prevê a intensificação das pesquisas em áreas petrolíferas promissoras, o aproveitamento de novos recursos hidrelétricos, a preparação do País para a era da energia nuclear e a exploração de outras fontes de energia, entre as quais o carvão, o xisto e até mesmo a energia solar.
- A expansão das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira na economia do País foram acompanhadas, em anos recentes, de relativa estagnação da empresa privada nacional. O Governo dará prioridade ao fortalecimento da empresa privada nacional, para que ela venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete.
- Uma das metas no campo social será a redistribuição racional e cuidadosa de rendas, para que se universalizem os benefícios do desenvolvimento e para que o elevado aumento esperado na renda **per capita** do País para esta década — da ordem de 100% — não seja apenas um indicador abstrato, mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.
- No campo educacional, o Governo prevê a erradicação definitiva do analfabetismo, a universalização do ensino de primeiro grau e a reforma universitária.
- A legislação do Imposto de Renda e a do Imposto sobre Circulação de Mercadorias serão revistas, para tornar esses impostos socialmente mais equitativos e economicamente mais funcionais.
- (Integra do pronunciamento e noticiário completo nas páginas 6 e 7).

Venezuela estuda plano da Petrobrás

Em entrevista exclusiva a O GLOBO, o Ministro da Fazenda da Venezuela, Hector Hurtado, informou que o governo de seu país — com a nacionalização da indústria petrolífera — reestudará propostas feitas recentemente pela Petrobrás para a realização de projetos conjuntos de refino na Venezuela. A Petrobrás poderá refinar na Venezuela o petróleo que importa desse país, segundo Hurtado. (Página 21)



Geisel conversa com os ministros antes de dar início à reunião na qual anunciou suas metas



Ato de verdade e de confiança

O GOVERNO da verdade e da franqueza prometido pelo Presidente Ernesto Geisel em seu breve discurso de posse já adquiriu explicitude ampla, e de todo convincente, na reunião ministerial de ontem, que marcou o início efetivo do quarto mandato revolucionário. Ao expor as diretrizes do seu programa governamental, o Presidente da República usou de cristalina nitidez para definir não só um estilo de ação política e administrativa, mas também para demarcar perante as expectativas nacionais o exato horizonte de aprimoramento democrático que poderemos atingir, se cumpridas lealmente as regras destinadas a alargar a participação das elites responsáveis e do povo em geral na condução dos destinos do País.

A PARTIR de um governo de equipe, cioso em seus objetivos e nas suas decisões, aberto ao débate interno e aos subsídios de cooperação ou de crítica construtiva de todos os setores atuantes da vida nacional, o Presidente Geisel ajustará os compromissos irrenunciáveis da continuidade revolucionária aos fatos novos da realidade do Brasil e do mundo exterior, sem perder de vista os parâmetros do desenvolvimento e da segurança sob os quais construímos uma estabilidade geradora do progresso e de justiça social.

ESSE PATRIMÔNIO, onde se contêm "os maiores indicadores de prosperidade da história moderna do País", terá que ser especialmente preservado em função das drásticas mudanças e pressões do cenário mundial e num período em que assistiremos a importantes acontecimentos políticos internos. Entretanto, as cautelas e os realinhamentos necessários para minimizar as repercussões negativas não obstruirão os propósitos do diálogo honesto e mutuamente respeitoso que o Governo Geisel deseja ver somando as aspirações comuns em favor de uma nação cada vez mais engrandecida, realizada e feliz.

A BUSCA do pleno consenso brasileiro em torno das opções revolucionárias constitui uma nota dominante na palavra do Presidente. E ele deixa claro que esse consenso conquistará terreno decisivo quando os instrumentos excepcionais do atual sistema de poder — aos quais só recorrerá em oportunidades também estritamente excepcionais — encontrarem na imaginação criadora da nossa classe política, e na fidelidade ao espírito regenerador do Movimento de 1964, remédios prontos e eficazes de superação. Mas a obra de constitucionalização de todo o instrumental concebido para assegurar os valores da nossa formação espiritual, humanística e democrática, e o desenvolvimento sócio-econômico do País em bases autênticas, dependerão de que as minorias contestatórias, transviadas e irresponsáveis acabem por exaurir-se no fel de suas próprias frustrações.

O ALINHAMENTO da verdade e da franqueza balizará as atividades em todos os campos, no político, como no econômico ou no social. Certos reajustes e correções já anunciados pelo Presidente Geisel ao Ministério produzirão impactos e esforço de assimilação, mas traduzem desde logo um comportamento de destemida e segura responsabilidade assumida perante os sacrifícios e as esperanças do povo, após dez anos de consagração aos objetivos de um futuro propício e digno.

PM e Bombeiros ganham mais 20%

O Governador Chagas Freitas assinou decreto ontem concedendo aumento de 20 por cento, a partir de 1 de março último, ao pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara. (P. 12)

Caetano reúne o Gabinete

Em meio a fortes rumores de que haverá profundas modificações nos principais postos do Governo, o Primeiro-Ministro de Portugal, Marcelo Caetano, presidiu ontem a primeira reunião de Gabinete após a crise militar. (Página 15)

ESTA EDIÇÃO:

O País	2 a 7
O Grande Rio	9 a 12
Educação	13 e 14
O Mundo	15 a 17
Economia	18 a 22
Esporte	23 a 26
Ibrahim Sued	29
Nélson Rodrigues	29
Nélson Mota	31
Rio-Show	34 e 35
Televisão	36

Classificados: 10 páginas

Preço deste exemplar: Cr$ 1,00

Estacionamento no túnel

O Túnel Major Rubens Vaz, que liga a Rua Toneleros à Rua Pompeu Loureiro, em Copacabana, foi transformado por alguns motoristas no mais novo local de estacionamento da cidade. Apesar do perigo, a pista esquerda tem sido ocupada por automóveis que ali permanecem estacionados à noite toda e cuja presença aumenta os riscos de colisão para os carros que entram no túnel. (Página 2)

Saenz Peña terá também calçadão

Dentro do prazo de 120 dias será construído um calçadão de vinte metros de largura na Praça Saenz Peña, com a eliminação da pista lateral em frente ao cinema Metro e às Lojas Americanas. Segundo o Secretário Emilio Ibrahim, as obras vão disciplinar o tráfego na área e dar maior comodidade aos pedestres. As Ruas General Roca e Santo Afonso serão ligadas — uma velha aspiração dos tijucanos. (Pág. 9)

Os anos 1970 foram marcados pela Guerra Fria, cristalizada na polarização Estados Unidos versus União Soviética, ou mundo capitalista versus mundo socialista. Mas, justamente nesse período conturbado, surgem visões que ofereciam a alternativa de uma terceira via de sociedade. Os países não alinhados começavam a disputar espaço e voz nas entidades internacionais, como a Unesco. Um mundo e muitas vozes.

The 1970s were marked by the Cold War, crystallized in the polarization United States vs. Soviet Union, or capitalist world versus socialist world. But precisely in this contested period, there are visions that offered the alternative of a third way of society. The non-nationalized countries began to vie for space and voice in international organizations, such as Unesco. One world and many voices.

O Globo
nº 14.782 – capa
20 de março
de 1974

O Globo nº 14.782 cover March 20th, 1974

Tempos de crescimento

A presidência da República foi ocupada de 1974 a 1979 pelo general Ernesto Geisel, que fora chefe do gabinete militar de Castelo Branco e presidente da Petrobras. A gestão Geisel coincidiu com o fim do chamado "milagre econômico" da ditadura. O encerramento desse ciclo coincidiu, por sua vez, com a crise do petróleo e o aumento tanto da inflação quanto da dívida externa. Para enfrentar as adversidades, o governo elaborou o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento e instituiu o Programa Nacional do Álcool, de modo a diversificar a matriz energética.

Estava em andamento a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, em parceria com o Paraguai, e em negociação um acordo de cooperação com a Bolívia para compra de gás natural. Com a crise do petróleo, o Brasil voltou os olhos para outras fontes de energia. Deu incentivos ao Proálcool, para produzir combustível através da cana-de-açúcar, e firmou, em 1975, com a então Alemanha Ocidental, um acordo nuclear que previa a transferência de tecnologia.

O aumento do custo de vida e da inflação causou a reação dos trabalhadores, que passaram a protestar com mais ênfase, liderados pelos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo e, particularmente, do ABC paulista. A repercussão do movimento levou o governo a proibir greves em setores essenciais.

Enquanto isso, no mercado de seguros e de previdência, o governo Geisel promulgava, em 1977, a Lei nº 6.435, regulamentando a previdência privada, que até então operava sem nenhum controle do governo. O investimento neste setor passou a se subordinar à legislação federal, para oferecer garantia ao consumidor. Mas a reforma da previdência privada só seria efetivamente implementada a partir de 1978, com a regulamentação dos fundos de pensão das empresas estatais e da previdência complementar aberta.

Em 1983, já no governo Figueiredo (1979-1985), as seguradoras passaram a exigir o fim da esta-



Growth times

The presidency of the Republic was occupied from 1974 to 1979 by the general Ernesto Geisel, who had been head of the military office of Castelo Branco and president of Petrobras. The Geisel administration coincided with the end of the so-called "economic miracle" of the dictatorship. The closing of this cycle coincided, in turn, with the oil crisis and the increase in both inflation and external debt. In order to face adversities, the government published the 2nd National Development Plan and established the National Ethanol Program in order to diversify the energy matrix.

The construction of the Itaipu hydro power plant was in progress, in partnership with Paraguay, and a cooperation agreement was being negotiated with Bolivia for the acquisition of natural gas. With the oil crisis, Brazil turned its eyes to other sources of energy. Incentives were given to Proálcool to produce fuel from sugarcane, and a nuclear agreement signed in 1975 with then-West Germany that provided for the transfer of technology.

The increase in the cost of living and inflation caused a reaction of the workers, who began to protest more strongly, led by the unions of the metallurgists of São Paulo and, particularly, of São Paulo's ABC. The repercussion of the movement led the government to ban strikes in key sectors.

Meanwhile, in the insurance and pension market, the Geisel government enacted Law nº 6.435 in 1977, regulating private pension, which until then had operated without any government control. Investment in this sector became subordinate to federal legislation to provide consumer guaranties. But private pension reform would only be effectively implemented from 1978, with the regulation of pension funds of state-owned enterprises and complimentary private pension funds.

In 1983, already under the Figueiredo administration (1979-1985), insurers began demanding an end

linha do tempo / time line

1985
Fundação da Associação dos Servidores da SUSEP (ASSUP).
Foundation of the Association of Public Servants of SUSEP (ASSUP).

1986
Adoção do Plano Cruzado, que impõe o congelamento de preços de todas as mercadorias.
Adoption of the Cruzado Plan, which imposes the freezing of prices of all commodities.

tização, visando uma massificação do seguro. Reunidas na capital mineira para a 11ª Conferência Brasileira de Seguro Privado e Previdência, as empresas brasileiras lançaram a Declaração de Belo Horizonte, que exigia mais autonomia.

A revolução tecnológica, com a popularização do computador pessoal (PC) e o avanço das telecomunicações, aliada a uma crise do sistema financeiro internacional, viabilizou o surgimento de novos tipos de seguros. Deu-se a expansão dos fundos de pensão e operações com derivativos e securitização. A tecnologia permitia operações financeiras online. Os bancos comerciais passaram a atuar em novas áreas, novos negócios, atividades financeiras não bancárias ainda não regulamentadas.

O novo quadro aumentou o risco de insolvência de bancos nos anos 80 e 90. A flexibilização das regras de operações resultou em grande crise financeira, que se estendeu por toda a década de 80.

No exterior, a economia assistiu à desregulação em países como Reino Unido, Canadá, França, Japão e até mesmo nos Estados Unidos, onde bancos estrangeiros não podiam operar. Os bancos também não podiam oferecer seguro aos clientes. A companhia de seguros passa a ser vista como uma investidora no mercado financeiro. No Brasil, nos últimos anos do regime militar, o mercado viveu uma verdadeira revolução, com a fusão de bancos e seguradoras, antes independentes.

A tendência à concentração se estendeu do setor de bancos e seguros a todas as outras áreas que operavam com serviços. Surge a economia em escala, com o consumo massificado visando reduzir preços. Com a Constituição de 1988, o setor de seguros ficou sujeito às incertezas decorrentes da falta de regulamentação do artigo 192 [1], o que não impediu a entrada de mais de 20 empresas estrangeiras no mercado brasileiro, nem que o monopólio do IRB fosse gradualmente chegando ao fim.



Computador / *Computer IBM PC 5150*

linha do tempo / timeline

1987

Indexação dos contratos de seguro. Impõe atualização mensal dos contratos para compensar os efeitos negativos da inflação para o consumidor. (Resolução CNSP nº 9)

Governo Sarney declara a moratória e suspende pagamento dos juros da dívida externa, para tentar reduzir o deficit público.

[1] Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

to nationalization, aiming at a massification of insurance. Meeting in the capital of Minas Gerais for the 11th Brazilian Conference on Private Insurance and Social Security, Brazilian companies launched the Declaration of Belo Horizonte, demanding more autonomy.

The technological revolution, with the popularization of the personal computer (PC) and the advancement of telecommunications, coupled with a crisis of the international financial system, enabled the emergence of new types of insurance. There was an expansion of pension funds and operations with derivatives and securitization was carried out. The technology allowed for online financial operations. Commercial banks began to operate in new areas, new businesses, non-banking financial activities which had not yet been regulated.

The new framework increased the risk of bank insolvency in the 1980s and 1990s. The relaxing of operation rules resulted in a major financial crisis, which extended throughout the 1980s.

Abroad, the economy witnessed deregulation in countries such as the United Kingdom, Canada, France, Japan and even the United States, where foreign banks were not allowed to operate. Banks also could not offer insurance to customers. The insurance company starts to be seen as an investor in the financial market. In Brazil, in the last years of the military regime, the market experienced a real revolution, with the merger of previously independent banks and insurers.

The trend towards concentration expanded from the banking and insurance sectors to all other areas that operated with services. Scaled economies arise, with mass consumption wanting reduced prices. With the Constitution of 1988, the insurance sector was subject to the uncertainties arising from the lack of regulation of article 192 [1], which did not prevent the entry of more than 20 foreign companies into the Brazilian market, or that the IRB monopoly was gradually coming to an end.

Indexing of insurance contracts. It imposes a monthly update of contracts to compensate for the negative effects of inflation on the consumer. (CNSP Resolution nº 9)

Sarney administration declares moratorium and suspends payment of interest on foreign debt, to try to reduce public deficit.

[1] Art. 192. The national financial system, structured in such a way as to promote the balanced development of the country and to serve the interests of the collective, in all its constituent parts, encompassing credit cooperatives, will be regulated by complementary laws that will address, inclusively, participation of foreign capital in the institutions that comprise it.

Tempos de turbulência

Nos anos 80, a economia e o mercado de seguros enfrentaram mudança radical. Os choques do petróleo de 1973 e 1979, a crise financeira internacional de 1982, o endividamento externo e interno, a perda de rumo político, os choques heterodoxos, as quebras de contratos e, principalmente, a megainflação comprometeram os registros estatísticos.

Num primeiro momento, o Plano Cruzado, lançado em março de 1986 no governo Sarney, conseguiu frear o crescimento da inflação, mas o efeito durou pouco. O aumento do consumo provocado pelo congelamento de preços não foi acompanhado pela ampliação de oferta, criando uma demanda reprimida e um comércio lateral, no atacado e no varejo, que contribuíram para desarticular a economia. O governo dispendeu parte das reservas cambiais para adquirir bens de consumo no exterior, como alternativa para controlar os preços no mercado interno, mas a iniciativa mostrou-se tímida. Antes animados, os chamados "fiscais do Sarney" desistiram da cruzada contra a carestia. No ano seguinte vieram a decretação de moratória e, com ela, a perda de confiança dos agentes internacionais.

O mercado de seguros sofreu nova fase de desconfiança, dada a dificuldade de regular e controlar as seguradoras com dados imprecisos. Os quadros técnicos da SUSEP eram insuficientes para atender aos objetivos mínimos previstos em sua criação. Porém, em 1985, a autarquia passou por uma reestruturação técnico-administrativa, que lançou as bases para os registros atuais do setor de seguros no Brasil. A burocracia e a falta de recursos que enfrentava foram sendo contornados e a regulação, modificada. Essa foi considerada uma fase áurea de administração inovadora, que marcou o desenvolvimento do setor nos anos seguintes.

Mas havia uma séria distorção: a ausência de correção monetária e a falta de indexação dos contratos. O problema só foi corrigido em 1987, com a Resolução CNSP nº 9, que determinou a atualização mensal de contratos para compensar os efeitos negativos da inflação, que, naquele momento, começava a atingir níveis exorbitantes. O mercado de seguros recebeu um novo gás. Nosso "meio de transporte" se

Times of turbulence

In the 1980s, the economy and the insurance market faced radical change. The oil shocks of 1973 and 1979, the international financial crisis of 1982, external and internal indebtedness, loss of political direction, heterodox shocks, contract breaches, and, particularly, mega-inflation compromised statistical records.

At first, the Cruzado Plan, launched in March 1986 under the Sarney administration, managed to restrain inflation growth, but the effect was short lived. The increase in consumption caused by the freezing of prices was not accompanied by the increase in supply, creating a repressed demand and a lateral trade, in the wholesale and the retail, which contributed to disarticulate the economy. The government spent part of the foreign exchange reserves buying consumer goods abroad as an alternative to control prices in the domestic market, but the initiative was timid. Once high spirited, the so-called "Sarney supervisor" gave up on the crusade against the scarcity. The following year, the moratorium was decreed and, with it, the loss of confidence of the international agents.

The insurance market suffered a new phase of low-trust, given the difficulty of regulating and controlling insurers with inaccurate data. SUSEP's technical staff was insufficient to meet the minimum objectives foreseen in its creation. However, in 1985, the autarchy underwent a technical-administrative restructuring, which laid the foundations for the current records of the insurance industry in Brazil. The bureaucracy and lack of resources it faced were being circumvented and regulation modified. This was considered a golden phase of innovative management, which marked the development of the sector in the following years.

But there was a serious distortion: the lack of monetary correction and the lack of indexation of contracts. The problem was only corrected in 1987, with CNSP's Resolution nº 9, which determined the monthly update of contracts to offset the negative effects of inflation, which at the time was beginning to reach exorbitant levels. The insurance market received a new boost. Our "means of transportation" had finally modernized to suit the new paths imposed by the international routes of the insurance industry.

linha do tempo / time line

1988

Instituição do Formulário de Informações Periódicas (FIP). As companhias de seguro passam a ter obrigação de enviar trimestralmente à SUSEP dados de suas operações.

Fim da exigência da carta-patente para atuar no mercado de seguros.

Aquisição da primeira sede própria da SUSEP, na Rua Buenos Aires, nº 256, no Centro do Rio de Janeiro.

Institution of the Periodic Information Form (FIP). Insurance companies are required to send SUSEP data on a quarterly basis.

End of the requirement of the charter patent to operate in the insurance market.

Acquisition of SUSEP's first headquarters, at Rua Buenos Aires, 256, in Downtown Rio de Janeiro.

modernizara, finalmente, para se adequar aos novos caminhos impostos pelas rotas internacionais do setor de seguros.

Ainda na linha da modernização de procedimentos, a SUSEP intensificou o processo de informatização de sua atuação supervisora do mercado. Em 1988, passou a obrigar as seguradoras a enviar, trimestralmente, por meio do Formulário de Informações Periódicas (FIP), dados atualizados sobre operações realizadas. O objetivo era acompanhar de perto o movimento do setor, a fim de ampliar a eficácia da fiscalização.

A Circular SUSEP nº 2/88 determinou as seguintes medidas:

O SUPERINTENDENTE DA SUSEP RESOLVE

(...)

Artigo 1º Instituir o conjunto de formulários de informações periódicas (FIP), que consolida os quadros demonstrativos a serem encaminhados à SUSEP pelas sociedades seguradoras, referentes à situação econômico-financeira, dados cadastrais e informações operacionais.

Artigo 2º As sociedades seguradoras que o requererem poderão remeter, em substituição ao FIP, disquetes para microcomputadores, compatíveis com IBM/PC, a serem fornecidas gratuitamente pela SUSEP, contendo programas para captação das informações que seriam preenchidas no FIP.

(...)

Artigo 3º As sociedades seguradoras deverão encaminhar à SUSEP o FIP ou o disquete relativo a cada um dos três primeiros trimestres do ano civil em até 45 dias contados do encerramento do trimestre respectivo. As informações referentes ao quarto trimestre deverão ser entregues até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte.

(...)

João Regis Ricardo dos Santos
Superintendente

Um episódio que afetou a credibilidade do país no exterior foi a declaração de moratória, em fevereiro de 1987, com o objetivo de barrar o crescimento do deficit público. O caderno especial do Globo, que circulou em 2013, resumiu aquele acontecimento: "Em fevereiro

Still in the line of modernization of procedures, SUSEP intensified the process of computerization of its market-supervising performance. In 1988, it began to require insurers to submit, quarterly, through the Periodic Information Form (FIP), updated data on operations performed. The objective was to closely monitor the movement of the sector in order to increase the effectiveness of.

SUSEP Circular nº 2/88 determined the following measures:

THE SUPERINTENDENT OF SUSEP DECIDED

(...)

Article 1 Establish the set of periodic information forms (FIP), which consolidates the demonstration tables to be sent to SUSEP by the insurance companies, referring to the economic and financial situation, registration data and operational information.

Article 2 The insurance companies that so request may submit, in replacement of the FIP, diskettes for microcomputers, compatible with IBM / PC, to be provided free of charge by SUSEP, containing programs to capture the information to be filled in the FIP.

(...)

Article 3 The insurance companies shall submit to SUSEP the FIP or the diskette for each of the first three quarters of the calendar year within 45 days after the end of the respective quarterly period. Information for the fourth quarter must be submitted by February 28 of the following year.

(...)

João Regis Ricardo dos Santos
Superintendent

One episode that affected the credibility of the country abroad was the declaration of a moratorium in February 1987, aimed at curbing the growth of public deficit. Globo's special newspaper section, which was circulated in 2013, summed up that event: "In February 1987, Brazil caused a scare in the international market. On the 20th, President José Sarney announced the suspension of interest payments on the foreign debt indefinitely – the principal amount had not been paid for years – besides cutting the currency issuing and adopting an austerity plan".[2] The statement – in effect a

linha do tempo / time line

1990

Plano Collor – enxugamento dos meios de pagamento em circulação e confisco dos depósitos em caderneta de poupança, como estratégia de combate à inflação.

Collor Plan – reduction of the means of payment in circulation and confiscation of deposits in a savings account, as a strategy to combat inflation.

1992

Fim da tarifação única obrigatória. Os valores do prêmio previsto no contrato passam a ser fixados de acordo com o grau de risco de sinistro. (Decreto nº 605)

End of single mandatory charging. The premium amounts provided for in the contract are now set according to the degree of risk of loss. (Decree nº 605)

de 1987, o Brasil deu um susto no mercado internacional. No dia 20, o presidente José Sarney anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado – o montante principal já não era pago havia anos – além do corte da emissão de moeda e da adoção de um plano de austeridade"[2]. A declaração – na prática, uma moratória – caiu como uma bomba nos países e bancos credores. Temia-se que a decisão do Brasil, o maior devedor do mundo entre os países em desenvolvimento (US$ 107 bilhões), fosse copiada. Os grandes devedores da América Latina (México, Argentina e Venezuela, além do Brasil), somavam débitos de US$ 285 bilhões.

Defendida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a moratória surgia quando não havia muita escolha: desde o fracasso do Plano Cruzado, os superavit comerciais minguavam. Em janeiro de 1987, o saldo da balança foi de apenas US$ 129 milhões, o pior desde 1983. Desse modo, não havia como fazer frente ao pagamento dos juros – que tinham consumido US$ 55,8 bilhões em cinco anos. As reservas se aproximavam da raspa do tacho: US$ 3,9 bilhões, segundo dados oficiais, embora muitos acreditassem que o número real fosse ainda mais magro. O Brasil estava quebrado.

A moratória e o repúdio ao Fundo Monetário Internacional (FMI), velhas bandeiras da esquerda nacionalista, não sofreram de falta de apoio interno. Até setores da oposição aplaudiram Sarney. O problema é que tocar a economia dentro da nova realidade mostrou-se inviável. Enquanto se temia o esgotamento das linhas de crédito internacional de curto prazo, que financiavam boa parte da produção e da exportação brasileiras, o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, condenava os "gestos dramáticos" dos países devedores do Terceiro Mundo e classificava de lamentável a moratória de Sarney.

No campo dos direitos sociais, em 1990, entrou em vigor o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078), mais uma medida para garantir o exercício da cidadania nas relações comerciais e de prestação de serviços. Previsto pela Constituição de 1988, o Código foi elaborado por uma equipe de juristas indicados pelo Ministério da Justiça. A nova lei ajudou a fortalecer os direitos sociais e tornou mais transparentes os direitos e deveres de cada um, comprador e vendedor. O seguro faz parte deste contexto.

moratorium – fell like a bomb in creditor countries and banks. It was feared that Brazil's decision, the world's largest debtor among developing countries (US$ 107 billion), would be copied. The large debtors of Latin America (Mexico, Argentina and Venezuela, as well as Brazil), totaled debts of US $ 285 billion.

Defended by the Minister of Finance, Dilson Funaro, the moratorium came when there was not much choice: since the failure of the Cruzado Plan, the trade surpluses waned. In January 1987, the balance of payments had been only US$ 129 million, the worst since 1983. Thus, there was no way to pay interest – which had consumed US$ 55.8 billion in five years. Reserves were approaching a level of scraping the barrel: US$ 3.9 billion, according to official data, although many believed the real number was even slimmer. Brazil was broken.

The moratorium and repudiation of the International Monetary Fund (IMF), old flags of the nationalist left, did not suffer from a lack of internal support. Even opposition sectors applauded Sarney. The problem is that managing the economy within the new reality was going to be proved inviable. While fearing the exhaustion of short-term international credit lines, which financed much of Brazilian production and exports, US Treasury Secretary James Baker condemned the "dramatic gestures" of Third World debtor countries and classified Sarney's moratorium as regrettable.

In the field of social rights, in 1990, the Consumer Protection Code (Law nº 8.078) came into force, plus a measure to guarantee the exercise of citizenship in commercial relations and service provision. Under the 1988 Constitution, the Code had been drafted by a team of lawyers appointed by the Ministry of Justice. The new law helped to strengthen social rights and made the rights and duties of each one of them more transparent, buyer and seller. Insurance is part of this context.



Disponível em / *Available at*
www.meufuturoseguro.gov.br

linha do tempo / time line

1994

Entrada em vigor do Plano Real, que reduz substancialmente a inflação e recupera o valor real da moeda.

Entry into force of the Real Plan, which substantially reduces inflation and recovers the real value of the currency.

1996

Ingresso da SUSEP na *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS), principal órgão internacional de supervisão de seguro, composto por países de todos os continentes.

SUSEP membership to the International Association of Insurance Supervisors (IAIS), the main international insurance supervisory body, composed of countries from all continents.

[2] acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-moratoria-9948414

Tempos de estabilização

O Governo Collor lançou, em 1992, o Plano Diretor do Sistema de Seguros, primeira proposta concreta de gestão voltada para os segmentos supervisionados pela SUSEP. A intenção era tornar mais transparente o sistema de fiscalização e fomentar o desenvolvimento, através do incremento da concorrência.

Mas, sem dúvida, o acontecimento que marcou a economia brasileira nos últimos 25 anos foi a implantação do Plano Real, em 1994, no apagar das luzes do Governo Itamar Franco. O Plano Real trouxe a estabilidade da moeda e fez com que o brasileiro voltasse a ter a dimensão do valor real das mercadorias e serviços, depois que cessou a alta desenfreada dos preços.

O Plano Real possibilitou a organização de planejamentos a longo prazo por parte dos órgãos do Estado, das empresas e das famílias, embora inicialmente tenha acarretado um período de recessão. O setor de seguros foi uma das áreas beneficiadas porque a estabilidade da moeda tornou possível melhor avaliação dos prêmios e riscos de indenizações de seguros por morte, invalidez, sobrevivência e da restituição do patrimônio, nos casos de automóveis e imóveis comerciais ou residenciais. O fim da alta inflacionária restabeleceu a confiança na economia. Com a eliminação da carestia houve um aumento considerável do poder de compra da população, o que beneficiou também o setor de seguros. A SUSEP já não precisava mais manter uma fiscalização tão intensiva do mercado para garantir a sua estabilidade, e, assim, pode se dedicar mais a regular e supervisionar.

No âmbito do monitoramento, a SUSEP fez intervenções em seguradoras e montepios para garantir que a atividade fosse desenvolvida de forma salutar, equilibrada e consistente. As seguradoras não precisavam mais se proteger tanto contra a alta inflacionária e puderam se dedicar ao desenvolvimento de novos produtos para atender as necessidades de um mercado aquecido, ampliando assim seu portfólio para além dos seguros já tradicionais. O planejamento a longo prazo conquistava um novo horizonte.

A partir daí novos produtos surgiram para atender a um mercado em constante expansão. Um dos que merecem destaque na área de previdência complementar é o Plano Gerador de Benefício Livre

linha do tempo / time line

1997

Lançamento do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), que amplia a linha de produtos previdenciários das empresas. (Resolução CNSP nº 6)
Edição do 1º Anuário Estatístico da SUSEP.

Launch of the Free Benefit Generator Plan (PGBL), which extends the company's line of products. (CNSP Resolution nº 6)
Edition of the 1st Statistical Yearbook of SUSEP.

1998

Abertura do mercado de seguros ao capital estrangeiro. Amplia a concorrência e aumenta as reservas. (Resolução CNSP nº 14)

Opening of the insurance market to foreign capital. Extends competition and increases reserves. (CNSP Resolution nº 14)

Stabilization times

In 1992, the Collor administration launched the Director Plan of the Insurance System, the first concrete management proposal focused to the segments supervised by SUSEP. The intention was to make the supervisory system more transparent and to foster development by increasing competition.

But, undoubtedly, the event that marked the Brazilian economy in the last 25 years was the implementation of the Real Plan, in 1994, at the twilight of the Itamar Franco administration. The Real Plan brought the stability of the currency and made the average Brazilian have once again the dimension of the real value of goods and services, after it ceased the uncontrolled increase in goods prices.

The Real Plan made it possible to organize long-term planning by state agents, companies and families, although it initially led to a period of recession. The insurance sector was one of the areas that benefited because the stability of the currency made it possible to better evaluate the premiums and risks of indemnities for death, disability, survivors' insurance and restitution of assets in the cases of automobiles and commercial or residential real estate. The end of increasing inflation restored the confidence in the economy. With the elimination of scarcity, there was a considerable increase in the purchasing power of the population, which also benefited the insurance sector. SUSEP no longer needed to maintain such an intensive market surveillance to ensure its stability, and thus, was able to devote more time to regulating and supervising.

In the scope of monitoring, SUSEP intervened in insurers and montepios to ensure that the activity was carried out in a healthy, balanced and consistent manner. Insurers no longer needed to protect themselves against increasing inflation and were able to focus on developing new products to meet the needs of a heated market, expanding their portfolio beyond traditional insurance. Long-term planning conquered a new horizon.

From there, new products emerged to serve a constantly expanding market. One of the highlights in the segment of complementary pension plan is the Free Benefit Generating Plan (PGBL), launched in Brazil in 1997 and inspired by the

(PGBL), lançado no Brasil em 1997 e inspirado no norte-americano Individual Retirement Account (IRA). Por este sistema, o consumidor acumula recursos por um prazo definido em contrato, durante este período, pode fazer aportes a qualquer tempo, e o dinheiro é investido e rentabilizado. As contribuições são dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda (IR), até o limite de 12% da renda bruta do contribuinte. A modalidade permite a acumulação de recursos, que favorecerá a proteção do trabalhador na aposentadoria.

A boa aceitação do novo produto de investimento previdenciário levou o governo a lançar, quatro anos depois, em 2001, o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) – um seguro de vida com cláusula de cobertura por tempo de sobrevivência, com estrutura e forma similar ao PGBL. A princípio, a intenção era atender os contribuintes de menor renda, que não seriam beneficiados pelo abatimento das suas contribuições no IR, proporcionado pelo PGBL. No entanto, investidores que ultrapassavam a faixa de 12% de desconto do rendimento também viram no VGBL uma boa opção. Embora o VGBL não possibilite o abatimento, o imposto incide apenas sobre a rentabilidade acumulada até o momento do resgate ou do benefício.

Pelas regras dos dois produtos, PGBL e VGBL, é o consumidor que decide o valor e o prazo em que pretende investir, com o objetivo de acumular recursos para receber de uma única vez ou sob a forma de renda. Apesar de a criação do produto ter se inspirado em modelo norte-americano, a diferença é que, nos Estados Unidos, as regras de resgate são mais rígidas.

O PGBL é mais interessante para quem faz a declaração completa do Imposto de Renda. O VGBL não permite a dedução e, portanto, é conveniente para quem faz a declaração simplificada ou é isento do IR.

O PGBL e o VGBL tiveram aumento expressivo desde sua criação. Os produtos visam oferecer uma complementação aos benefícios previdenciários do sistema público, possuindo um papel fundamental para o crescimento da economia e do mercado segurador. Pelo fato de garantirem o pagamento de uma renda futura, eles precisam ter ativos com lastro, o que exige investimentos seguros com previsão de reservas de longo prazo. Ambos os produtos elevam a solvência e oferecem uma boa rentabilidade ao mercado, propiciando uma situação favorável para as empresas que comercializam outros produtos.

American Individual Retirement Account (IRA). By this system, the consumer accumulates resources for a term defined in contract, during this period, he can make contributions at any time, and the money is invested and monetized. The contributions are deductible from the basis of calculation of the Income Tax (IR), up to the limit of 12% of the gross income of the taxpayer. The modality allows the accumulation of resources, which will favor the protection of the worker in retirement.

The good acceptance of the new pension investment product led the government to launch, in 2001, the Free Benefit Generator Life (VGBL) – a life insurance with survival clause, with structure and similar form to the PGBL. At the outset, the intention was to assist low-income taxpayers, who would not benefit from the rebate of their IR contributions, provided by the PGBL. However, investors who exceeded the 12% discount range also saw in the VGBL a good option. Although the VGBL does not allow for the reduction, the tax is levied only on the accumulated yield until the moment of the redemption or the benefit.

Under the rules of the two products, PGBL and VGBL, it is the consumer who decides the value and the schedule in which he intends to invest, with the objective of accumulating resources to be received in a single time or in the form of income. Although the creation of the product was based on an American model, the difference is that, in the United States, the rules for withdrawing are more rigid.

The PGBL is more interesting for those who make the complete statement of Income Tax. The VGBL does not allow deduction and therefore it is convenient for anyone making the declaration simplified or exempt from the IR.

PGBL and VGBL had an expressive growth since its inception. The products aim to offer a complement to the social security benefits of the public system, possessing a fundamental role for the growth of the economy and the insurance market. Due to the fact that they guarantee the payment of future income, they need to be backed by assets, which requires safe investments with forecast of long-term reserves. Both products raise the solvency and offer a good profitability to the market, providing a favorable situation for the companies that commercialize other products.

After many comings and goings, the opening of the insurance market to foreign capital finally became a reality

linha do tempo time line

2000

Lei nº 9.961 cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), para supervisionar o funcionamento dos planos de saúde, assumindo papel até então exercido pela SUSEP.

Law nº 9.961 creates the National Supplementary Health Agency (ANS), to supervise the operation of health plans, assuming a role previously exercised by SUSEP.

2001

Regulamentação da Previdência Complementar Aberta. Atualiza as normas que regem a previdência privada. (Lei Complementar nº 109)

Criação do Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). (Resolução CNSP nº 49)

Regulation of Open Complementary Pension Plans. Updates the rules governing private pension. (Complementary Law nº 109)

Creation of the Life Generating Free Benefit (VGBL). (CNSP Resolution nº 49)





2004

Reconhecimento das Ouvidorias dos mercados supervisionados. (Resolução CNSP nº 110)

Instituição da supervisão baseada em risco, de caráter mais preventivo. (Circular SUSEP nº 249)

Recognition of ombudsmen in supervised markets. (CNSP Resolution nº 110)

Institution of supervision based on risk, of a more preventive nature. (SUSEP Circular nº 249)

2007

Fim do monopólio de resseguros nas mãos do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e abertura do setor a corporações estrangeiras. (Lei Complementar nº 126)

End of the reinsurance monopoly in the hands of the Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) and opening of the sector to foreign corporations. (Supplementary Law nº 126)

Após muitas idas e vindas, a abertura do mercado de seguros ao capital estrangeiro tornou-se enfim realidade em 1998. A ampliação da concorrência obrigou as empresas nacionais a se adequarem e se apresentarem mais competitivas. As reservas cresceram, fortaleceram a solidez do setor e a confiança do cliente.

Nos últimos 90 anos, desde o primeiro governo Vargas, o Brasil contempla um cenário de proteção ao capital nacional, o que refletiu na regulação do mercado de seguros. A economia brasileira foi exposta pela primeira vez à concorrência internacional durante o Governo Collor, mas a inflação alta ofuscou os resultados. A grande mudança desse quadro protecionista aconteceu de fato com o Plano Real, que deu fim aos altos retornos com a ciranda financeira. Houve um ganho amplo e a atividade seguradora cresceu no país, sobretudo no âmbito de seguros de bens de empresas estatais.

Tempos de transparência

"A partir da edição do Código de Defesa do Consumidor, em 1990, o País entrou em uma nova era de conscientização da população e dos agentes econômicos, relativamente a direitos e obrigações no âmbito das relações contratuais de aquisição de bens ou de serviços. Como decorrência, o consumidor mais bem informado passou a exigir maior transparência nos atos negociais, e solução mais rápida e menos onerosa de sua eventual insatisfação, relativamente aos produtos ou serviços contratados."[3]

Como forma de solução de problemas pertinentes à relação de consumo dentro do mercado segurador, desde 2003, a SUSEP vem incentivando a criação de Ouvidorias nas sociedades supervisionadas, além de estudar outros mecanismos que possibilitassem a solução de controvérsias na relação entre empresa e cliente. Em maio de 2004, foi publicada a Resolução CNSP nº 110, estabelecendo critérios para o funcionamento das Ouvidorias – um novo canal para mediação de conflitos. A norma pode ser considerada um marco regulatório para o mercado segurador, ao estimular, de forma simples e racional, as próprias empresas a se autofiscalizarem através das Ouvidorias.

[3] Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg. Relatório sobre funcionamento e resultados das ouvidorias das empresas associadas à Fenaseg. 1º semestre/2006.

[3] National Federation of Private Insurance and Capitalization Companies – Fenaseg. Report on the functioning and results of the ombudsman offices of companies associated with Fenaseg 1st semester / 2006. Disponível em/Available in: <http://cnseg.org.br/data/files/58/80/BA/03/93D3B31051EDA1B33D4818A8/Relatorio%20das%20Atividades%20das%20Ouvidorias%20-%202006.pdf >

in 1998. The expansion of competition forced national companies to adapt and to present themselves more competitively. Reserves grew, the industry's solidity and customer confidence were strengthened.

In the last 90 years, since the first Vargas government, Brazil contemplates a framework of protection to the national capital, which reflected in the regulation of the insurance market. The Brazilian economy was exposed for the first time to international competition during the Collor Government, but high inflation overshadowed the results. The great change of this protectionist framework happened in fact with the Real Plan, that ended the high returns with the financial maelstrom. There was a wide gain and the insurance activity grew in the country, especially in the scope of insurance of state-owned companies.

Transparency times

"Since the 1990 edition of the Consumer Defense Code, the country has entered a new age of consciousness of the population and economic agents, regarding rights and obligations in contractual relations of acquisition of goods or services. As a result, the more informed consumer started to demand greater transparency in the negotiation, and a faster and less costly solution of their eventual dissatisfaction with the contracted products or services."[3]

As a way of solving problems related to the relationship of consumption within the insurance market, since 2003, SUSEP has been encouraging the creation of Ombudsman's offices in supervised companies, as well as studying other mechanisms that would allow the settlement of disputes in the relationship between company and customer. In May 2004, CNSP Resolution nº 110 was published, establishing criteria for the functioning of the Ombudsman Offices – a new channel for conflict mediation. The standard may be considered a regulatory framework for the insurance market, by stimulating, in a simple and rational way, the companies themselves to self-scrutinize through the Ombudsman's Office.

Exposition of motives for CNSP Resolution nº 110:

"The need to encourage the establishment of ombudsmen within the supervised market has been debated by

Exposição de motivos da Resolução CNSP nº 110:

"Tem sido debatida pelo mercado segurador e por esta autarquia a necessidade de incentivar a implantação de ouvidorias no âmbito do mercado supervisionado, buscando a melhora, por parte das sociedades seguradoras, de previdência complementar aberta e de capitalização, do atendimento prestado aos consumidores e, consequentemente, da imagem do mercado segurador como um todo. De fato, ao instituir uma Ouvidoria, a empresa tem a oportunidade de melhor rever e corrigir processos internos, estreitar o contato da empresa junto ao consumidor, minimizar o número de processos nos órgãos de defesa do consumidor e reforçar a sua imagem e credibilidade junto aos clientes e mercado. (...) Cumpre ressaltar que a criação de Ouvidorias não é procedimento obrigatório imposto às seguradoras, entidades abertas de previdência e empresas de capitalização, mas tão somente condição para a concessão de benefícios e prerrogativas perante a SUSEP." [4]

Ainda em 2004, a SUSEP começou a adotar uma política de supervisão preventiva, exigindo que as companhias demonstrassem capital suficiente para enfrentar os riscos assumidos e honrar seus compromissos com o consumidor.

Complementarmente, a Circular SUSEP nº 292, de 2005, disciplinou o Procedimento de Atendimento ao Consumidor (PAC) e a transformação de suas denúncias em Processos Administrativos Sancionadores (PAS) dos mercados supervisionados.

Foram os primeiros passos para a autarquia determinar, em janeiro de 2013, por meio da Resolução CNSP nº 279, que todas as seguradoras devem instituir Ouvidoria, cuja principal função é atuar na defesa dos direitos dos consumidores, com o objetivo de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares, bem como atuar como canal de comunicação entre essas entidades e os consumidores de seus produtos e serviços, na mediação de conflitos.

A regulamentação da abertura do mercado de resseguros, em 2007, pôs fim a quase 70 anos de monopólio do IRB, criado pelo presidente Getúlio Vargas em 1939. O setor dava demonstrações de haver adquirido solidez e estrutura econômica para participar do mundo globalizado na área de seguros e buscar novos parceiros na Europa e nos Estados Unidos.

the insurance market and by this autarchy, seeking the improvement by the insurance companies of open supplementary pension and capitalization, the service offered to consumers and, consequently, the image of the insurance market as a whole. In fact, in establishing an Ombudsman's Office, the company has the opportunity to better review and correct internal processes, to strengthen the company's contact with the consumer, to minimize the number of litigations in the consumer's defense organs and to reinforce its image and credibility together with customers and market. (...) It should be stressed that the creation of Ombudsman Offices is not a mandatory procedure imposed on insurers, private pension entities and capitalization companies, but only as a condition for granting benefits and prerogatives to SUSEP." [4]

Still in 2004, SUSEP began to adopt a policy of preventive supervision, requiring companies to demonstrate sufficient capital to meet assumed risks and honor their commitments to the consumer.

Complementarely, SUSEP Circular no 292, of 2005, disciplined the Consumer Assistance Procedure (PAC) and the transformation of its complaints into Administrative Sanctioning Procedures (PAS) of supervised markets.

It was the first steps for the autarchy to determine, in January 2013, through CNSP Resolution no 279, that all insurers should institute Ombudsman's Office, whose main function is to act in the defense of consumer rights, with the objective of ensuring strict compliance of legal and regulatory standards, as well as acting as a channel of communication between these entities and consumers of their products and services, in the mediation of conflicts.

The regulation of the opening of the reinsurance market, in 2007, put an end to almost 70 years of IRB monopoly, created by President Getúlio Vargas in 1939. The sector demonstrated having acquired solidity and economic structure to participate in the globalized world in the area of insurance and to seek new partners in Europe and the United States.

The approval of the first Brazilian biometric board, based on national demographic experience, represented a milestone in the recent history of insurance in 2010. The actuarial calculation took into account up-to-date information on

linha do tempo time line

2008

Mudança da sede da autarquia para a Avenida Presidente Vargas, nº 730, no Centro do Rio de Janeiro.

Relocation of the headquarters of the autarchy to Avenida Presidente Vargas, nº 730, in Downtown Rio de Janeiro.

2010

Aprovação da primeira tábua biométrica brasileira, com base na experiência demográfica do país. (Circular SUSEP nº 402)

Fundação do Sindicato dos Servidores da SUSEP (SindSUSEP).

Approval of the first Brazilian biometric board, based on the country's demographic experience. (SUSEP Circular nº 402)

Founding of the SUSEP Servants' Union (SindSUSEP).

2011

Regulamentação do Microsseguro. (Resolução CNSP nº 244)

Microinsurance Regulation. (CNSP Resolution nº 244)

[4] http://www.susep.gov.br/download/normasaudpub/RECONHECIMENTO%20DAS%20OUVIDORIAS%20DE%20TERCEIROS%20-%20Minuta%20Audiencia%20Publica.pdf

linha do tempo time line

2012
Implantação do Registro Eletrônico de Produtos (REP). (Circular SUSEP nº 438)

Implementation of Electronic Product Registration (REP). (SUSEP Circular nº 438)

2015
Consolidação das Regras de Solvência das companhias de seguro. (Resolução CNSP nº 321)

Consolidation of the Solvency Rules of insurance companies. (CNSP Resolution nº 321)

2016
Adoção do Sistema Eletrônico de Informações – (SEI), para tramitação de documentos e processos administrativos.

Adoption of the Electronic Information System (SEI), for the processing of documents and administrative processes.

2017
Lançamento do Portal SUSEP de Educação Financeira www.meufuturoseguro.gov.br

Launch of the SUSEP Financial Education Portal www.meufuturoseguro.gov.br

A aprovação da primeira tábua biométrica brasileira, apoiada na experiência demográfica nacional, representou, em 2010, um marco na história recente do seguro. O cálculo atuarial levou em conta informações atualizadas sobre a expectativa de vida da população brasileira, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e das informações demográficas das apólices de seguro e de planos de previdência fornecidas pelas seguradoras e entidades abertas de previdência complementar. Até então, as análises eram feitas a partir de dados que provinham do exterior.

O mercado brasileiro sofisticou-se e novos consumidores buscaram alternativas econômicas para garantir o patrimônio. Para atender esta demanda, a SUSEP regulamentou, em 2011, o microsseguro. O objetivo foi atender as classes menos favorecidas e os pequenos empreendedores que, a partir de então, passaram a contar com alternativas para proteger seus negócios, como pequenas lojas, marcenarias, salões de cabeleireiro e bares. Assim como o microsseguro, a modalidade do seguro de garantia estendida para produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e celulares também registrou crescimento na oferta nas lojas de varejo.

Nos últimos anos uma série de medidas na área de informática fez crescer a eficácia e a rapidez do trabalho de supervisão. Como exemplo: a implantação do registro eletrônico de produtos oferecidos pelos mercados supervisionados; a modernização dos serviços e do sistema de supervisão da SUSEP e a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que permite a tramitação de documentos e processos administrativos por meio eletrônico. O Plano de Regulação do Mercado, lançado em 2016, tornou mais transparente o trabalho da SUSEP, com a divulgação prévia do planejamento regulatório da autarquia.

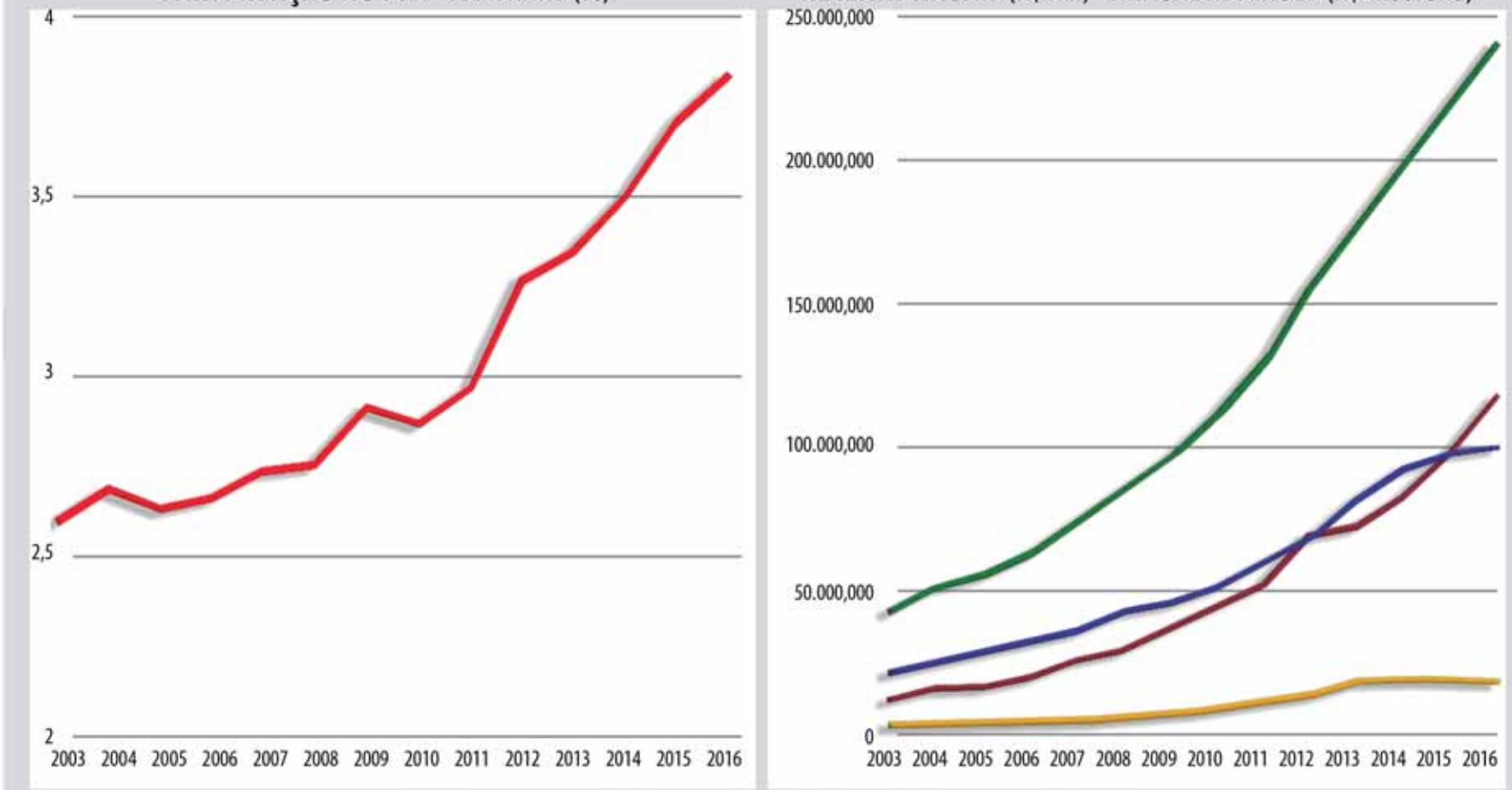
the life expectancy of the Brazilian population, based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and demographic information on insurance policies and pension plans provided by insurance companies and supplementary pension plans. Until then, analyzes had been made with data originating from abroad.

The Brazilian market has become more sophisticated and new consumers have sought economic alternatives to secure their assets. To meet this demand, SUSEP regulated microinsurance in 2011. The objective was to serve the disadvantaged classes and small entrepreneurs who, from then on, began to count on alternatives to protect their businesses, such as small shops, carpenters, hairdressing salons and bars. As well as microinsurance, the extended warranty insurance modality for household appliances, electronics and cell phones also registered growth in retail stores.

In recent years, a series of measures in the computer science area has increased the effectiveness and speed of supervision work. As an example: the implementation of electronic registration of products offered by supervised markets; the modernization of SUSEP's services and supervision system, and the adoption of the Electronic Information System (SEI), which allows the processing of documents and administrative processes by electronic means. The Market Regulation Plan, launched in 2016, made the work of SUSEP more transparent, with the prior disclosure of the regulatory planning of the local authority.

Evolução Anual de Receitas dos Mercados Supervisionados

Annual Evolution of Revenues for the Supervised Market



SUSEP
Superintendência de Seguros Privados

estação

gestores

managers station

Do Arco do Teles à Avenida Presidente Vargas

From Arco do Teles to Avenida Presidente Vargas



Nesses 50 anos, à medida que o mercado de seguros foi crescendo e se sofisticando, a SUSEP seguiu o mesmo caminho, tendo que mudar de instalações cinco vezes para atender melhor seus objetivos.
(Revista dos 30 anos da SUSEP, 1998, p. 37)

In these 50 years, as the insurance market grew and became more sophisticated, SUSEP followed the same path, having to change facilities five times to better meet its objectives.
(SUSEP 30 Years Magazine, 1998, p. 37)



A SUSEP por seus gestores

Os nove primeiros textos foram publicados na Revista dos 30 Anos da SUSEP, de 1996

SUSEP by its managers

The first nine texts were published in SUSEP 30 Years Magazine, 1996

Agilidade para fiscalizar o mercado

Raul de Souza Silveira foi o último dirigente do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), órgão que cuidou da fiscalização do mercado entre 1940 e 1966 — e o primeiro superintendente da SUSEP. Aliás, foi ele próprio quem sugeriu ao Governo a extinção do Departamento e a sua substituição por um órgão que pudesse ser mais ágil na função de fiscalizar a atividade de seguros, previdência privada aberta e de capitalização.

Raul Silveira lembra que a mudança foi encarada com reservas e esbarrou em muitas resistências. Na época, chegou-se a analisar, inclusive, a possibilidade de que a fiscalização do mercado passasse a ser feita pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Mas, a proposta inicial acabou prevalecendo, contando com o apoio do então presidente do IRB, Thales José Campos.

No início, a SUSEP enfrentou várias dificuldades, principalmente pela falta de verbas, pois contava apenas com uma pequena subvenção do Governo Federal. Mas, relata Raul Silveira, essas dificuldades financeiras não impediram o bom desempenho da recém-criada autarquia e até a viabilização de alguns projetos, como a edição de uma revista mensal com artigos técnicos.

Ele assinala ainda que, à época da criação da SUSEP o mercado estava "virtualmente falido". Segundo Raul Silveira, não havia fiscalização e as reservas técnicas não eram bem constituídas. Esse cenário acabou por provocar, logo após a criação da superintendência, o fechamento de 12 companhias seguradoras, pela total impossibilidade de recuperá-las. A crise somente não atingiu os montepios, que, afirma o ex-Superintendente da SUSEP, eram bem administrados e, por determinação legal, não eram fiscalizados.

Entre as iniciativas de Raul Silveira à frente da autarquia, destacaram-se a criação do seguro obrigatório para veículos automotores (DPVAT), que inicialmente cobria danos pessoais e materiais, e de um fundo para garantir a indenização em caso de acidentes com mortes, causados por veículos impossíveis de serem identificados. Ele se empenhou também para que o seguro de acidente do trabalho não fosse estatizado, mas perdeu a batalha.

Agility to monitor the market

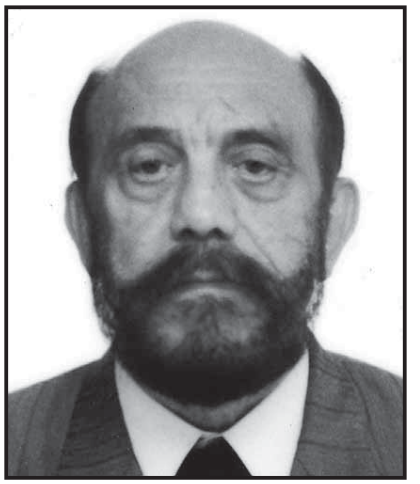
Raul de Souza Silveira was the last director of the National Department of Private Insurance and Capitalization (DNSPC), which oversaw the market surveillance between 1940 and 1966 – and SUSEP's first superintendent. In fact, he himself suggested to the Government that the Department be extinguished and replaced by a body that could be more agile in its task of supervising insurance, private pension plans and capitalization.

Raul Silveira recalls that the change was met with reservations and bumped into many resistances. At the time, it was even considered the possibility of market surveillance being carried out by the Brazilian Reinsurance Institute (IRB). However, the initial proposal ended up prevailing, counting on the support of the then president of the IRB, Thales José Campos.

In the beginning, SUSEP faced several difficulties, mainly due to the lack of funds, since it only had a small grant from the Federal Government. But, as Raul Silveira retells, these financial difficulties did not impede the good performance of the newly created autarchy and even the viability of some projects, such as the edition of a monthly magazine with technical articles.

He also points out that, at the time of SUSEP's creation, the market was "virtually bankrupt". According to Raul Silveira, there was no supervision and technical reserves were not well constituted. This scenario led, soon after the creation of the superintendency, to the bankruptcy of 12 insurance companies, due to the total impossibility of recovering them. The crisis only did not hit the montepios, which, according to the former Superintendent of SUSEP, were well managed and, by legal determination, were not fiscalized.

Among Raul Silveira's initiatives at the command of the autarchy are included the creation of the Compulsory Insurance of Personal Injury Caused by Road Vehicles (DPVAT), which initially covered personal and material damages, and a fund to guarantee compensation in case of accidents involving death caused by vehicles that cannot be identified. He also fought to so as to work accident insurance not be nationalized, but lost the battle.



Raul de Souza Silveira

Superintendente/*Superintendent*
Dezembro/December 1966
Março/March 1970



José Francisco Coelho
Superintendente/*Superintendent*
Março/March 1970
Novembro/November 1970

Outro objetivo de Raul Silveira era fundir a SUSEP e o IRB, mas acabou deixando o cargo antes de colocar em prática a proposta. Por tudo isso, seu nome ficou definitivamente ligado à história da entidade. E a maior prova disso foi a homenagem especial que lhe foi prestada no dia 21 de novembro de 1996, aniversário de criação da SUSEP, por funcionários da autarquia.

Estruturação do mercado

José Francisco Coelho faleceu em 17 de outubro de 1981, poucos meses após pedir aposentadoria. Quando deixou a SUSEP ocupava a Procuradoria-Geral da autarquia.

O funcionário assumiu o cargo de superintendente em substituição a Raul de Souza Silveira, permanecendo como titular do órgão fiscalizador por oito meses apenas.

Apesar do exíguo espaço de tempo, procurou adotar, com auxílio dos técnicos e demais funcionários da SUSEP, todas as medidas possíveis para dar continuidade ao trabalho de estruturação do mercado, que acabara de passar por um duro processo de enxugamento, que acabou resultando no fechamento de 12 companhias seguradoras.

O empenho com que se dedicou à tarefa que lhe foi confiada pelo Governo garantiu a José Francisco Coelho um lugar de destaque na história da autarquia.

Tempo de reestruturação

Décio Vieira Veiga assumiu a direção da SUSEP em 1970, com a incumbência de fortalecer a presença da autarquia no mercado e reduzir o número de empresas que proliferavam na atividade seguradora. Quatro anos depois, ao término de sua gestão, o número de seguradoras em operação caiu de cerca de 200 para apenas 92 no mercado brasileiro – "o mercado se contraiu, mas ganhou força", relembra – e a SUSEP passou a ser bem mais eficiente.

Assumir a superintendência foi um acaso em sua vida. Em 1970, quando recebeu o convite para dirigir a entidade, sua vida profissional estava inteiramente ligada ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), onde atuava como assessor da presidência. Ele voltava de uma

Another objective of Raul Silveira was to merge SUSEP and IRB, but he left the position before putting the proposal into practice. For all this, his name was definitely linked to the history of the entity. And the greatest proof of it was the special tribute given him on November 21, 1996, the anniversary of SUSEP's creation, by local officials.

Structuring the market

José Francisco Coelho passed away on October 17, 1981, a few months after requesting retirement. When he left SUSEP, he held the Attorney General's Office of the autarchy.

The official assumed the position of superintendent after Raul de Souza Silveira, remaining as head of the supervisory body for only eight months.

Despite the short time, he tried to adopt, with the help of the technicians and other employees of SUSEP, all possible measures to continue the work of structuring the market, which had just undergone a drastic process of downsizing, which eventually resulted in the closing of 12 insurance companies.

The commitment with which he dedicated himself to the task entrusted to him by the Government assured José Francisco Coelho a prominent place in the history of the autarchy.

Reestruturation time

Décio Vieira Veiga took over the administration of SUSEP in 1970, with the task of strengthening the presence of the autarchy in the market and reducing the number of companies that proliferated in the insurance business. Four years later, at the end of his administration, the number of insurers in operation had fallen from around 200 to only 92 in the Brazilian market –"the market contracted, but gained strength", he recalls – and SUSEP became much more efficient.

Taking over the superintendency was a fortuity in his life. In 1970, when he received the invitation to run the entity, his professional life was entirely linked to the Brazilian Reinsurance Institute (IRB), where he acted as advisor to the presidency. He returned from a trip to London, where he went to renew

viagem a Londres, onde fora renovar contratos com o Lloyd's e outras seguradoras, quando o então Ministro da Fazenda, Pratini de Moraes, o indicou para completar um mandato, atendendo a sugestão do então presidente do IRB, José Lopes de Oliveira.

Surpreso, pois sequer era conhecido no mercado, só aceitou o convite depois que o ministro lhe deu carta branca para atuar. "Eu precisava de liberdade para promover mudanças", relata.

Os desafios do cargo foram muitos. Além de não ter nenhuma familiaridade com as atividades da SUSEP, Décio Veiga enfrentou muitas dificuldades e uma pesada jornada de trabalho. O êxito da empreitada ele atribui, em grande parte, ao trabalho de seu chefe de gabinete, Renato Costa Araújo, a quem classifica de "um profissional eficiente e dedicado".

Na época, o mercado de seguro era formado por cerca de 200 empresas, e apenas 20% delas arrecadavam 80% dos prêmios. A principal tarefa de Décio Veiga foi reduzir drasticamente o número de seguradoras. Ele conta que, com a ajuda de seu chefe de gabinete, conseguiu diminuir o número de empresas para apenas 92. A maior parte foi absorvida pelas grandes companhias, mas algumas tiveram de ser liquidadas. "O mercado se contraiu e adquiriu força", avalia.

Outra dificuldade que enfrentou foi a falta de técnicos. Na época, os concursos públicos estavam proibidos e foi preciso obter autorização especial para promover a seleção de atuários, contabilistas e advogados. Além das atribuições específicas do cargo de Superintendente, Décio Vieira teve de assumir muitas vezes a presidência interina do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), presidida pelo Ministro Pratini de Moraes.

Uma das tarefas que assumiu foi a de modificar o plano de contabilização das companhias seguradoras, ponto bastante sensível e que levou grandes e influentes seguradoras a exercer muitas pressões. Para lidar com estas dificuldades, ele usou muitos "estratagemas de guerra", que aprendeu no período de 1942 a 1945, quando foi convocado pelo Governo brasileiro para combater na 2ª Guerra Mundial.

Décio Vieira ficou na SUSEP até 1974.

contracts with Lloyd's and other insurers, when then Finance Minister Pratini de Moraes appointed him to complete a term, at the suggestion of IRB President José Lopes de Oliveira. Surprised, as he was not even known in the market, he accepted the invitation only after the minister gave him carte blanche to act. "I needed freedom to promote changes", he recalls.

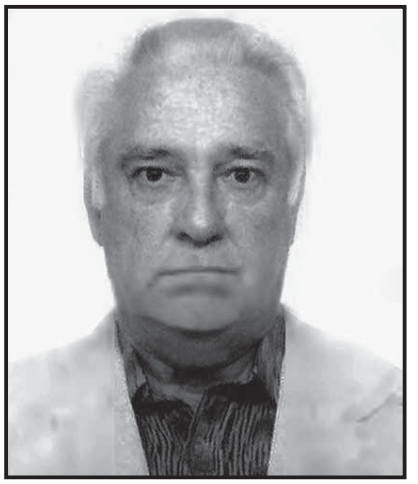
The challenges of the position were many. Besides being unfamiliar with the activities of SUSEP, Décio Veiga faced many difficulties and a heavy workload. The success of the work he attributes, to a large extent, to the work of his chief of staff, Renato Costa Araújo, whom he describes as "an efficient and dedicated professional".

At the time, the insurance market was made up of about 200 companies, and only 20% of them collected 80% of the premiums. Décio Veiga's main task was to drastically reduce the number of insurers. He says that, with the help of his chief of staff, he continued to reduce the number of companies to only 92. Most were absorbed by the big companies, but some had to be liquidated. "The market contracted and acquired strength", evaluates.

Another difficulty he faced was the lack of technicians. At the time, public tenders were prohibited and special authorization was required to promote the selection of actuaries, accountants and lawyers. In addition to the specific duties of the Superintendent, Décio Vieira often had to take over the interim presidency of the National Council of Private Insurance (CNSP), chaired by Minister Pratini de Moraes.

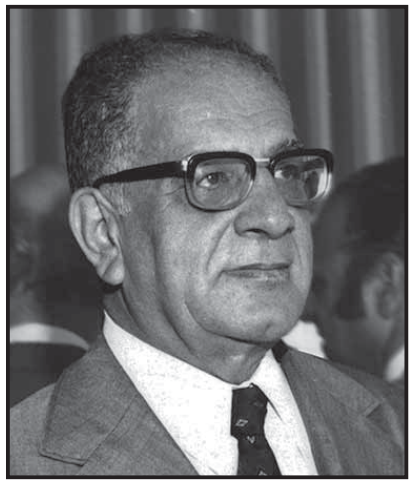
One of the tasks he took to himself was to change the insurance companies' accounting plan, which was a very sensitive point and led large and influential insurers to exert a lot of pressure. To deal with these difficulties, he used many "war stratagems", which he learned in the period from 1942 to 1945, when he was conscripted by the Brazilian Government to fight in the World War II.

Décio Vieira stayed in SUSEP until 1974.



Décio Vieira Veiga

Superintendente/*Superintendent*
Novembro/November 1970
Abril/April 1974



Alpheu Amaral
Superintendente/*Superintendent*
Abril/April 1974
Março/March 1979

Administração em tempos de crise

Alpheu Amaral dirigiu a SUSEP em um momento extremamente delicado para a economia nacional, que acabara de sair do chamado "milagre brasileiro" para ingressar em um processo recessivo, marcado pelo aumento dos índices de inflação e a crise do petróleo. O mercado de seguros, evidentemente, não ficou imune a esse quadro, e foi preciso muito empenho dos dirigentes do órgão fiscalizador para que a situação não atingisse um nível ainda mais sério.

Na época, a atividade seguradora tinha uma presença minúscula no contexto econômico do País, com uma participação que sequer chegava aos 1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Mas, a crise econômica não poupou o setor, especialmente os montepios, que, no início da década de 80, acabaram enfrentando sérios problemas, que culminaram, inclusive, na liquidação de algumas das empresas que operavam no mercado interno.

Mesmo diante desse cenário, a SUSEP, que, em meados da década de 70, havia obtido autorização especial do governo para a contratação de técnicos, conseguiu adotar as medidas necessárias para minimizar os efeitos da crise sobre o setor.

Saneamento do mercado

O saneamento do mercado, através da implantação das normas que regulamentaram os montepios, foi a tônica da gestão de Francisco de Assis Figueira na SUSEP. Vindo do Banco Central, onde chefiava a área de fiscalização bancária, ele assumiu a Superintendência em março de 1979, durante o Governo Figueiredo, e deixou a entidade em 1985.

Francisco de Assis Figueira dirigiu a SUSEP em uma época de inflação ascendente, o que comprometeu a saúde de grande parte dos montepios. A autarquia teve, então, que intervir em algumas empresas, como a Capemi Montepios. "Precisávamos garantir os direitos dos segurados, mas conseguimos manter a empresa viva", relembra.

Por precaução, a SUSEP impôs "um arsenal de exigências" para ser cumprido pelos montepios. O objetivo, explica, era corrigir as diversas distorções verificadas na maior parte dos planos comercializados por essas empresas. "Alguns, por exemplo, prometiam o chamado 'fundo

Management in times of crisis

Alpheu Amaral led SUSEP at an extremely delicate time for the national economy, which had just moved out of the so-called "Brazilian miracle" period to enter a recession, marked by rising inflation and the oil crisis. The insurance market, of course, was not immune to this situation, and it took a lot of commitment from the heads of the supervisory body to ensure that the situation was not to reach an even more serious level.

At the time, the insurance activity had a tiny presence in the country's economic context, with a share that did not even reach 1% of the national Gross Domestic Product (GDP). But the economic crisis did not spare the industry, especially the montepios, which, in the early 1980s, ended up facing serious problems, which even culminated in the liquidation of some of the companies operating in the domestic market.

Even in the face of this scenario, SUSEP, which in the mid-1970s had obtained special authorization from the government to hire technicians, was able to take the necessary measures to minimize the effects of the crisis on the sector.

Cleaning up the market

Cleaning up the market, through the implantation of the norms that regulated the montepios, was the tone of the administration of Francisco de Assis Figueira in SUSEP. Coming from the Central Bank, where he headed the banking supervision area, he assumed the Superintendency in March 1979, during the Figueiredo Government, and left the entity in 1985.

Francisco de Assis Figueira directed SUSEP in an era of rising inflation, which compromised the financial health of most of the montepios. The autarchy had to intervene in some companies, such as Capemi Montepios. "We had to guarantee the rights of the insured, but we managed to keep the company alive", he recalls.

As a precaution, SUSEP imposed "an arsenal of requirements" to be fulfilled by the montepios. The objective, he explains, was to correct several distortions found in most of the plans marketed by these companies. "Some, for

de coronel'. O problema é que os soldos eram reajustados de acordo com a inflação, mas as contribuições não, o que acabou inviabilizando o pagamento destes planos'', conta.

Francisco Figueira estima que, ao assumir o cargo, existiam cerca de 80 montepios. Alguns foram liquidados, mas uma boa parte acabou se transformando em companhias seguradoras. Assinala ainda que, no início da década de 80, o mercado era ainda pouco desenvolvido, trabalhando mais com base nos resultados financeiros obtidos pela aplicação dos prêmios. Na época, a ciranda financeira permitia que o resultado financeiro suplantasse o resultado industrial. Ou seja, mesmo que um risco não fosse muito bem avaliado, as empresas conseguiam preservar seus ganhos através dos investimentos.

Outra marca da gestão de Francisco Figueira foi a estreita colaboração com o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), presidido, à época, por Ernesto Albert, também oriundo do Banco Central. ''O órgão possuía renda própria e ajudou diretamente a SUSEP na condução de seus trabalhos'', observa.

Ele acrescenta que a dificuldade para obter recursos era um dos principais entraves à maior eficiência da SUSEP. Para solucionar ou minimizar o problema foi cogitada a criação da taxa de fiscalização, proposta que acabou sendo posta em prática alguns anos depois. ''Essa, sem dúvida, é a maneira mais correta de se gerar recursos para a autarquia e ampliar o controle do mercado'', justifica. Com relação ao atual estágio do mercado, ele entende que as empresas agiram corretamente ao passar a atuar de forma mais técnica, priorizando o resultado industrial, a partir da estabilização econômica e da abertura do mercado aos grupos estrangeiros.

A hora da virada

Quando João Régis Ricardo dos Santos assumiu a SUSEP, em 1985, a autarquia enfrentava algumas adversidades, principalmente no aspecto financeiro. Não bastasse isso, ele vinha da diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e não conhecia nada de seguro. Mas, esse quadro adverso lhe deu forças para enfrentar os problemas e criar um profundo vínculo afetivo com a entidade. ''Eu vi uma instituição ser reerguida, fruto do empenho de todo o corpo de funcionários. Foi uma fantástica experiência pessoal e profissional'', relembra.

example, promised the so-called 'colonel pay'. The problem is that the army salaries were adjusted according to inflation, but the contributions were not, which made the payment of these plans unfeasible '', he tells.

Francisco Figueira estimates that, when he took office, there were about 80 montepios. Some were liquidated, but a good part turned into insurance companies. He also notes that, at the beginning of the 1980s, the market was still underdeveloped, mostly working on the basis of the financial results obtained by investing the premiums. At the time, the financial roundabout allowed the financial result to surpass the industrial result. That is, even if a risk was not very well evaluated, companies were able to preserve their profits through investments.

Another hallmark of the Francisco Figueira administration was the close collaboration with the Institute of Reinsurance of Brazil (IRB), presided at the time by Ernesto Albert, also from the Central Bank. ''The institute had its own income and directly helped SUSEP in the conduct of its work'', he notes.

He adds that the difficulty in obtaining resources was one of the main obstacles to the greater efficiency of SUSEP. To solve or minimize the problem, the creation of an inspection fee was considered, a proposal that was put into practice a few years later. ''This is undoubtedly the most correct way of generating resources for the autarchy and widening the control of the market'', he explains. Regarding the current stage of the market, he understands that the companies acted correctly when changing to work in a more technical way, prioritizing the industrial result, beginning with the economic stabilization and the opening of the market to foreign groups.

Turnover time

When João Régis Ricardo dos Santos took over SUSEP in 1985, the autarchy faced some adversities, mainly in the financial aspect. As if not enough, he came from the board of the Securities and Exchange Commission (CVM) and knew nothing of insurance. However, this adverse framework gave him the strength to face the problems and to create a deep affective bond with the entity. ''I saw an institution be re-emerged as a result of the commitment of the entire staff. It was a fantastic personal and professional experience'', he recalls.



Francisco de Assis Figueira

Superintendente/*Superintendent*
Março/March 1979
Março/March 1985



João Régis Ricardo dos Santos

Superintendente/*Superintendent*
Março/March 1985
Agosto/August 1990

A SUSEP que João Régis encontrou não possuía sequer uma sede própria e enfrentava dificuldades de orçamento. O mercado segurador, extremamente regulado, não conseguia ultrapassar o índice de 0,8% de participação no Produto Interno Bruto (PIB).

Na época, conta, uma companhia seguradora não podia fazer sequer uma publicidade sem antes submetê-la à aprovação da SUSEP. Diante desse quadro, ele obteve o respaldo do Governo para buscar a flexibilização do mercado, criando as bases para uma atuação mais eficiente e moderna. O primeiro passo foi a mudança da forma de transferência de informações das empresas do setor para a SUSEP. Depois, vieram a liberação das tarifas dos seguros de automóvel e incêndio e a criação da taxa de fiscalização, através de um intenso trabalho junto ao Congresso Nacional.

Ainda na gestão de João Régis, a SUSEP elaborou a regulamentação da correção monetária dos contratos de seguro, alterou a forma de aplicação das reservas técnicas e obteve recursos, através do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), para comprar a sede própria. Outras conquistas foram o início do processo de informatização da autarquia e do fortalecimento da imagem institucional da SUSEP. "Conseguimos reduzir a interferência do Estado e ao mesmo tempo qualificar melhor a SUSEP como órgão fiscalizador", recorda.

O ex-superintendente assinala ainda que sua gestão teve outra característica que a distingue particularmente das demais: nos cinco anos e cinco meses em que esteve à frente da autarquia, conviveu com cinco ministros da Fazenda: Francisco Dornelles, Dilson Funaro, Bresser Pereira, Maílson da Nóbrega e Zélia Cardoso de Mello.

Otimista quanto às perspectivas do mercado segurador, João Régis afirma que o setor de seguros, capitalização e previdência privada aberta ainda atua abaixo de seu potencial econômico. Na sua opinião a atividade tem todas as condições para conquistar uma participação de até 4% do PIB.

Ordem na casa

Funcionário de carreira da SUSEP, Carlos Plínio de Castro Casado foi o único que exerceu por duas vezes a superintendência da autarquia. A primeira gestão teve início durante o governo de Fernando Collor de

The SUSEP that João Régis found did not even have its own headquarters and faced budget difficulties. The insurance market, extremely regulated, could not exceed the 0.8% share of the Gross Domestic Product (GDP).

At the time, he retells, an insurance company could not even do an advertisement without first submitting it to SUSEP for approval. Against this background, he obtained the support of the Government to seek the flexibility of the market, creating the bases for a more efficient and modern operation. The first step was to change the way information was transferred from companies in the sector to SUSEP. Then, the relaxation of automobile and fire insurance rates and the creation of the inspection fee, through an intense work with the National Congress.

Still in the João Régis administration, SUSEP elaborated the regulation of the monetary correction of the insurance contracts, altered the form of investment of the technical reserves and obtained resources, through the National Council of Private Insurance (CNSP), to buy its own headquarters. Other achievements were the beginning of the process of computerization of the municipality and the strengthening of the institutional image of SUSEP. "We were able to reduce the interference of the State and at the same time better qualify SUSEP as a supervisory body", he remembers.

The former superintendent also points out that his management had another characteristic that distinguishes him particularly from the others: in the five years and five months he was in charge of the autarchy, he worked with five different finance ministers: Francisco Dornelles, Dilson Funaro, Bresser Pereira, Maílson da Nóbrega and Zélia Cardoso de Mello.

Optimistic about the prospects of the insurance market, João Régis says that the insurance, capitalization and open private pension sector still operates below its economic potential. In his opinion the activity has all the conditions to obtain a participation of up to 4% of the GDP.

Order in the house

Carlos Plínio de Castro Casado was a career employee of SUSEP, the only person who twice exercised the superintendent position at the autarchy. The first administration began during

Mello. A economia brasileira vivia um momento especialmente difícil e grande parte das seguradoras começavam a ficar sem oxigênio, devido ao confisco dos seus ativos financeiros, promovido pelo governo. Plínio Casado ainda voltou ao cargo, após o impeachment do presidente Collor, para "colocar ordem na casa".

Ele afirma que durante o período de inflação alta, as seguradoras conseguiam apurar mais recursos com aplicações financeiras do que na sua atividade-fim. Muitas empresas chegaram a fechar sucursais para aplicar os recursos, criando uma distorção no mercado.

Diante deste quadro, sua primeira providência foi checar como estavam as provisões técnicas e o capital de giro das companhias. "Tivemos de fazer uma intervenção branca, colocando direções fiscais em cinco seguradoras: Carioca, Castello Costa, Catarinense, Internacional e Ajax", relembra. A extinção da correção monetária também se tornou um problema para o mercado segurador.

Recorda ainda que, apesar de a inflação estar quase zerada naquele momento, os ativos estavam se valorizando e as importâncias seguradas não eram compatíveis com o valor do bem, acarretando grandes prejuízos para o consumidor. Foi preciso, então, que o Ministério da Fazenda autorizasse a atualização monetária dos valores dos contratos de seguro, previdência e capitalização, para minimizar o problema.

Outra marca de sua administração foi a elaboração do Plano Diretor de Seguros, que previa uma série de medidas institucionais e operacionais para o setor. O documento apresentou propostas como a quebra do monopólio do IRB – já aprovada no Congresso Nacional – a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, ainda em tramitação; a regulamentação das sociedades de medicina de grupo; a privatização do seguro de acidente do trabalho e o desenvolvimento da área de previdência privada, como complementação da Previdência Social.

Ainda em sua gestão, Plínio Casado conseguiu que o Decreto-Lei 261 fosse regulamentado através da Resolução 15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), o que possibilitou que o mercado de capitalização pudesse ser ampliado. "Antes desta regulamentação, apenas 8 empresas detinham a reserva de mercado nesta área", assinala. Outra conquista foi a edição da Resolução 16, do CNSP, que estabeleceu um regime de penalidades mais ágil para a autarquia.

the government of Fernando Collor de Mello. The Brazilian economy was experiencing a particularly difficult time and most insurers were running out of oxygen due to the confiscation of their financial assets promoted by the government. Plínio Casado returned to the position after the impeachment of the president Collor, to "put order in the house".

He says that during the period of high inflation, the insurers were able to yield more resources with financial investments than in their end-activity. Many companies had even closed branches to invest the resources, creating a market distortion.

In this context, his first step was to check how the technical provisions and working capital of the companies were being dealt with. "We had to make a white intervention, imposing fiscal administration in five insurance companies: Carioca, Castello Costa, Catarinense, Internacional and Ajax", he recalls. The extinction of the monetary correction also became a problem for the insurance market.

He also points out that, although inflation was almost zero at the time, the assets were appreciating and the amounts insured were not compatible with the value of the assets, causing great losses to the consumer. It was therefore necessary that the Ministry of Finance authorize the monetary correction of the amounts in insurance, pension and capitalization contracts to minimize the problem.

Another hallmark of his administration was the preparation of the Insurance Director Plan, which provided for a series of institutional and operational measures for the sector. The document presented proposals such as the breaking of the IRB monopoly – already approved in the National Congress – the regulation of article 192 of the Federal Constitution, still in process; the regulation of group medical societies; the privatization of work accident insurance and the development of the private pension area, as a complement to Social Security.

Still in his administration, Plínio Casado managed to have Decree-Law 261 regulated through Resolution 15 of the National Council of Private Insurance (CNSP), which made it possible for the capitalization market to be expanded. "Before this regulation, only 8 companies had the market reserve in this area", he says. Another achievement was the publication of Resolution 16, of the CNSP, which established a more agile penalties regime for the autarchy. According to him, the legislation in force until then was a copy of the rules of



Carlos Plínio de Castro Casado

Superintendente/*Superintendent*
Agosto/August 1990
Maio/May 1992
Dezembro/December 1992
Agosto/August 1993



Walter José Barros Graneiro

Superintendente/*Superintendent*
Maio/May 1992
Outubro/October 1992

Segundo ele, a legislação em vigor até então era uma cópia das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que a tornava totalmente inadequada para o mercado segurador.

Em dezembro de 1992, foi convidado a reassumir a superintendência interinamente. "Minha missão era arrumar a casa, só que tive de fazer todo o trabalho sozinho, pois não me deram um corpo diretor", diz, ao lembrar que desempenhou esta missão por cerca de um ano.

Tempos de incerteza

Walter Graneiro foi o administrador que ocupou a superintendência da SUSEP por menor espaço de tempo: apenas cinco meses. O Brasil passava, então, por um desgastante processo político – o impeachment do ex-presidente Fernando Collor – que se refletia sobre os negócios em praticamente todos os segmentos econômicos, inclusive, a atividade de seguros, capitalização e previdência privada aberta.

A situação do mercado poderia ter sido ainda pior, caso o governo não tivesse autorizado, pouco antes da nomeação de Walter Graneiro, a volta da atualização monetária nos contratos de seguros, que havia sido proibida pelo plano econômico aprovado no início do governo Collor.

Essa medida impediu sérios problemas no setor, pois os bens segurados estavam se valorizando rapidamente, enquanto as importâncias seguradas permaneciam congeladas. Outro instrumento aprovado na gestão anterior, que Walter Graneiro pôde utilizar para ter um controle maior sobre o mercado, foi a Resolução do CNSP que estabeleceu penalidades mais duras para empresas infratoras.

Novos produtos e operacionalidade

Herbert Júlio Nogueira foi Superintendente da SUSEP na fase imediatamente anterior à implantação do Real, que mudou as feições da economia brasileira e permitiu à atividade seguradora seguir novos rumos. Foi um período em que a maioria das empresas pouco investia na área operacional e no desenvolvimento de produtos, optando pela facilidade do lucro originário das aplicações na ciranda financeira.

the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), which made it totally inadequate for the insurance market.

In December 1992, he was invited to retake the superintendency on an interim basis. "My mission was to fix the house, but I had to do all the work myself, because they did not give me a board of directors", he says, remembering that he carried out this mission for about a year.

Uncertainty times

Walter Graneiro was the administrator who occupied the superintendence of SUSEP for a shorter period of time: only five months. Brazil was then undergoing an exhausting political process – the impeachment of former President Fernando Collor – which reflected on business in virtually all economic segments, including insurance, capitalization and private pension funds.

The market situation could have been even worse had the government not authorized, shortly before the appointment of Walter Graneiro, the return of monetary correction in insurance contracts, which had been removed by the economic plan approved at the beginning of the Collor government.

This measure prevented serious problems in the sector, as the insured assets were recovering rapidly, while the amounts insured remained frozen. Another instrument approved in the previous administration, which Walter Graneiro was able to use to have greater control over the market, was the CNSP Resolution that established harsher penalties for infringing companies.

New products and operability

Herbert Júlio Nogueira was Superintendent of SUSEP in the phase immediately prior to the implementation of the Real, which changed the features of the Brazilian economy and allowed the insurance activity to follow new directions. It was a period in which the majority of the companies invested little in the operational area and in the development of products, opting for the ease of the profit originating from the investments in the financial roundabout.

A distorção era tão grave que, em 1993, apenas três companhias seguradoras tiveram lucro com a sua atividade-fim, ou seja, a venda de seguros. Na época, o Superintendente da SUSEP chegou a alertar o mercado sobre os riscos a que as empresas estavam submetidas, ao priorizarem os ganhos obtidos unicamente através das aplicações no sistema financeiro.

Dizia ele, então, que, se persistissem em atuar daquela forma, as seguradoras enfrentariam sérias dificuldades assim que o Governo conseguisse estabilizar a moeda. O alerta parece ter surtido efeito. No final de 1994, pouco depois de ter deixado o cargo, já havia um equilíbrio maior entre os lucros financeiros e operacionais. Foi esse, aliás, o grande marco para a alavancagem definitiva do setor de seguros, cuja participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro saltou, nos últimos anos, de 0,8% para mais de 2%.

Nos meses em que esteve na direção da SUSEP, Herbert Nogueira preocupou-se também em aperfeiçoar o modelo adotado pela autarquia para fiscalizar o mercado, que, até então, era baseado no critério de amostragem. Ressentindo-se da falta de recursos humanos necessários para a realização de uma fiscalização mais efetiva – problema que foi corrigido com a contratação de novos servidores, através de concurso público, em 1994 – a SUSEP dependia das denúncias dos consumidores para realizar inspeções mais rigorosas nas empresas do setor.

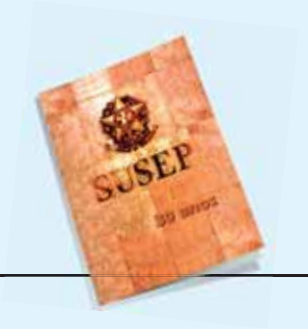
As carências verificadas na estrutura existente na época também dificultavam a averiguação dos problemas de iliquidez nas empresas de seguro, capitalização e previdência privada. A solução do problema foi possível em função das medidas adotadas por Herbert Nogueira e pelos superintendentes da autarquia que o sucederam, com o apoio das demais autoridades governamentais.

The distortion was so severe that, in 1993, only three insurance companies had a profit on their end-use business, i.e. the sale of insurance. At the time, the SUSEP Superintendent even alerted the market to the risks to which companies were subjected, by prioritizing the gains obtained only through investments in the financial system.

He said then that if they persisted in acting in such manner, insurers would face serious difficulties once the government succeeded in stabilizing the currency. The alert seems to have had an effect. By the end of 1994, shortly after leaving office, there was already a greater balance between financial and operating profits. This was, in fact, the great milestone for the definitive impulse of the insurance sector, when participation in the Brazilian Gross Domestic Product (GDP) jumped in recent years from 0.8% to more than 2%.

In the months he was in the direction of SUSEP, Herbert Nogueira was also concerned in perfecting the model adopted by the autarchy to supervise the market, which until then was based on sampling criteria. Resenting the lack of human resources needed to carry out more effective supervision – a problem that was corrected with the contracting of new servants by public tender in 1994 – SUSEP relied on complaints from consumers to carry out more rigorous inspections in the industry.

The deficiencies found in the existing structure at the time also made it difficult to ascertain the problems of illiquidity in insurance, capitalization and private pension companies. The solution of the problem was possible due to the measures adopted by Herbert Nogueira and the succeeding superintendents of the autarchy, with the support of other governmental authorities.





Herbert Júlio Nogueira

Superintendente/*Superintendent*
Agosto/August 1993
Maio/May 1994



Luiz Felipe Denucci Martins
Superintendente/*Superintendent*
Maio/May 1994
Março/March 1995

A recuperação salarial

Tive a honra de participar da equipe da SUSEP em dois momentos. Entre novembro de 1987 e setembro de 1989, ocupei os cargos de coordenador do Programa de Modernização e Desenvolvimento Institucional e o de secretário-geral. A outra participação foi entre maio de 1994 e março de 1995, quando atuei como superintendente. Os dois momentos estão intimamente interligados.

Na administração João Régis Ricardo dos Santos, participei da modernização da estrutura operacional da autarquia: organograma, atribuições, cargos e salários e o planejamento para a obtenção dos recursos que financiariam uma nova etapa no seu futuro institucional. Vale destacar a necessidade que se tinha de financiar a estrutura operacional com recursos fora do Tesouro Nacional.

Em primeiro lugar, obteve-se uma parcela dos recursos oriundos do seguro DPVAT e, em seguida, a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que criou a Taxa de Fiscalização do Mercado, medida também estendida à CVM.

Estes recursos permitiram sair de um estado de penúria orçamentária e implantar um novo plano de cargos e salários, que proporcionou uma recuperação salarial aos servidores, e arcar com os custos de sua atuação frente às empresas do setor. Este ponto era fundamental para o futuro do mercado. Com a estrutura interna modernizada, a SUSEP cumpriu suas atribuições legais e aperfeiçoou a atuação como "Xerife do Mercado".

No que tange à remuneração do pessoal, faltava equipará-los aos funcionários do Banco Central e realizar concurso público de admissão, o que foi alcançado na minha segunda participação. O relato é importante para destacar que, no planejamento global, houve sempre a preocupação de se construir uma sólida base institucional.

Seguindo uma visão estratégica do planejamento da instituição e sua relação com o mercado, recebi o convite para ser superintendente num período de grande relevância, como o da implantação do Plano Real. Quanto às medidas reguladoras, foram implantadas as bases de

The wage recovery

I had the honor of participating in the SUSEP team in two moments. Between November of 1987 and September of 1989, when I had the position of coordinator of the Program of Modernization and Institutional Development and the secretary-general. The other participation was between May 1994 and March 1995, when I acted as superintendent. The two moments are intimately interconnected.

In the João Régis Ricardo dos Santos administration, I participated in the modernization of the operational structure of the autarchy: organization, assignments, positions and salaries and the planning for obtaining the resources that would finance a new stage in its institutional future. It is worth highlighting the need to finance the operational structure with resources outside the Federal Treasury.

First, a portion of the proceeds from the DPVAT insurance was obtained, and then the approval by the National Congress of the law that created the Market Supervision Fee, a measure also extended to the CVM.

These resources allowed us to get out of a state of budget shortages and implement a new job and salary plan, which provided a salary recovery to the servants and bear the costs of their performance in front of the companies in the sector. This was crucial for the future of the market. With the internal structure modernized, SUSEP fulfilled its legal duties and perfected its role as "Sheriff of the Market".

As for the remuneration of the staff, it was necessary to equate them with the Central Bank's employees and to hold a public tender for positions, which was achieved in my second participation. The report is important to highlight that in the overall planning, there was always the concern to build a solid institutional base.

Following a strategic vision of the institution's planning and its relationship with the market, I was invited to be superintendent in a period of great relevance, such as the implementation of the Real Plan. As for regulatory measures, the basis for a promising growth in the insurance, capitalization

um promissor crescimento dos segmentos de seguros, capitalização e previdência complementar aberta, como os fatos vieram a demonstrar.

A mudança do padrão monetário trazia, por si só, um cenário preocupante, pois poderia ocorrer um grave desequilíbrio no funcionamento com intervenções e liquidações das empresas que nela funcionavam, com o novo e desconhecido cenário econômico. Seguro do êxito do Plano Real, dois objetivos nortearam a gestão: a estabilidade do setor e seu papel no futuro, como um segmento pronto para aumentar sua participação no PIB.

As medidas adotadas convergiram para a segurança das empresas, visão de seu papel, proteção das atividades e a crença de que os recursos gerados no setor seriam, no futuro, importantes financiadores do projeto de investimento do País.

Passados quase 25 anos, a pujança do setor é uma realidade. Ao completar 50 anos, a SUSEP se apresenta como uma instituição apta a colaborar com o desenvolvimento econômico contínuo do país, com a melhoria do atendimento aos consumidores, a solidez e segurança do sistema nacional de seguros privados.

and open supplementary pension funds was laid, as the facts showed.

The change in the monetary standard was a worrying scenario in itself, since a serious imbalance in the functioning of operations and liquidations of the companies operating in it could occur, with the new and unknown economic scenario. Assured of the success of the Real Plan, two objectives guided management: the stability of the sector and its role in the future, as a segment ready to increase its share in GDP.

The measures adopted converged to the safety of companies, a vision of their role, protection of activities and the belief that the resources generated in the sector would, in the future, be major financiers of the country's investment project.

After almost 25 years, the strength of the sector is a reality. At the age of 50, SUSEP presents itself as an institution capable of collaborating with the country's ongoing economic development, with improved customer service, the solidity and security of the Brazilian private insurance system.



Marcio Serôa
de Araújo Coriolano
Superintendente/*Superintendent*
Março/March 1995
Novembro/November 1996

Mirando o retrovisor e de olho no futuro

Olhando para trás com lupa, o período que estive na SUSEP foi decisivo para o posterior desenvolvimento do sistema segurador do Brasil. Ingressei na autarquia em 1993 e logo em 1994 sobreveio o Plano Real. Assumi o cargo de superintendente em 1995, no turbilhão normativo e supervisor. Vivíamos uma transição para relações de consumo desindexadas e para uma governança que visava a resultados operacionais, na ausência de então chamada "ciranda financeira". Um novo mundo que, durante as duas décadas seguintes, alavancou a nossa cobertura securitária.

Quis a sorte que, em 1996, eu presenciasse, como regulador, a "abertura" do mercado brasileiro de seguros à concorrência externa. As aspas são propositais, uma vez que foi um parecer da Procuradoria-Geral do Ministério da Fazenda, abrigado pela Advocacia-Geral da União (AGU), que confirmou interpretação positiva dos dispositivos legais que permitiriam essas participações societárias. Poucos sabem, mas o que se almejava não era um impulso imediato do capital externo, até porque o mercado segurador não era de pleno conhecimento alhures. E o resseguro estatal pesava contra. O pretendido era despertar a atenção de investidores internacionais para a modernização de um segmento da economia que ainda tinha modesta participação de 2% do PIB.

Até relativamente poucos anos atrás, os ingressos externos foram escassos. Portanto, a pretensão do Governo que estabilizou a economia e "abriu" o mercado parece correta. A atração de participações transnacionais deu-se com a maturidade da economia brasileira, com a estabilidade de preços, produção ampliada, ganhos de renda real e de oportunidades até 2014.

O sistema de seguros privados amadureceu e cresceu junto com o País. De oito anos para cá, convivem no ranking das maiores seguradoras companhias nacionais tradicionais, empresas estrangeiras aqui

Adjusting the rearview mirror and looking to the future

Looking back with a magnifying glass, the period I was in SUSEP was decisive for the subsequent development of Brazil's insurance system. I entered the Autarchy in 1993 and soon in 1994 came the Real Plan. I assumed the position of superintendent in 1995, in the normative and supervisor whirlwind. We were experiencing a transition to disindexed consumer relations and to governance aimed at operating results, in the absence of the so-called "financial maelstrom". A new world that, over the next two decades, boosted our insurance coverage.

It was fortunate that in 1996 I witnessed, as a regulator, the "opening up" of the Brazilian insurance market to external competition. The quotes are intentional, since it was an opinion of the Attorney General of the Ministry of Finance, housed by the Federal Attorney General's Office (AGU), which confirmed a positive interpretation of the legal provisions that would allow such shareholdings. Few know, but what was wanted was not an immediate impulse of external capital, not least because the insurance market was not known elsewhere. And state reinsurance weighed against. The aim was to raise the attention of international investors to the modernization of a segment of the economy that still had a modest share of 2% of GDP.

Until relatively a few years ago the external inflows were scarce. Therefore, the Government's claim that it stabilized the economy and "opened" the market seems correct. The attractiveness of transnational participation occurred with the maturity of the Brazilian economy, the price stability, increased production, real income gains and opportunities until 2014.

The private insurance system matured and grew along with the Country. In the last eight years, live in the ranking of the largest insurers traditional national companies, foreign

instaladas e joint-ventures bem-sucedidas. Tudo isso sem traumas ou rupturas. Como exemplo, o Banco do Brasil despertou para os seguros e associou-se em segmentos importantes com a espanhola Mapfre. A suíça Zurich ampliou participação, assim como a alemã HDI, apenas para citar alguns líderes. A maior operadora de planos privados de saúde, a Amil, é controlada por grupo de saúde dos EUA.

Todo esse processo ainda está em consolidação. Outras mudanças seguem em pleno curso, fortalecendo essa transformação criativa, como a de grupos econômicos que se especializam em negócios, resultantes de seus posicionamentos estratégicos.

Refiro-me a reposicionamentos de líderes de mercado em face de suas vantagens competitivas, como os atributos de atendimento a nichos, redes de distribuição, associação com o resseguro internacional, entre outros atributos.

Esses 20 anos que olhei no retrovisor confirmam que o futuro do sistema de seguros brasileiro é muito promissor, caudatário de longos processos econômicos virtuosos, muitos que ainda estão por vir.

companies installed here and successful joint ventures. All this without traumas or ruptures. As an example, Banco do Brasil has awakened to insurance and associated itself in important segments with the Spanish Mapfre. Swiss Zurich has expanded its stake, as has German HDI, just to name a few. The largest operator of private health plans, Amil, is controlled by a US healthcare group.

This whole process is still in consolidation. Other changes are in full swing, strengthening this creative transformation, such as economic groups that specialize in business, resulting from their strategic positions.

I refer to repositioning of market leaders in the face of their competitive advantages, such as the attributes of serving niches, distribution networks, association with international reinsurance, among other attributes.

These 20 years that I looked in the rear view mirror confirm that the future of the Brazilian insurance system is very promising, caudate of long virtuous economic processes, many that are yet to come.



Helio Oliveira Portocarrero de Castro
Superintendente/*Superintendent*
Novembro/November 1996
Março/March 2003

Harmonia, diálogo aberto e solidez dos contratos

Duas circunstâncias foram determinantes para a administração da SUSEP quando tive a honra de presidi-la: o apoio integral do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e uma diretoria harmônica em seus objetivos e ações. O modelo de direção da autarquia seguia o princípio de diretoria colegiada, instituído anteriormente na CVM. Este modelo permitiu que os diretores se dedicassem à exploração de novos campos de atuação regulatória, por meio da coordenação de grupos de trabalho interdepartamentais.

Por essa razão, a SUSEP teve facilitado seu desempenho no que diz respeito a inovações nos instrumentos de regulação, que tiveram repercussão no desenvolvimento da indústria do seguro no país. As ações regulatórias de nossa administração colegiada implicaram resultados de grande visibilidade.

Em relação ao seguro de automóvel, especial entre os ramos elementares, o novo modelo de contrato, adotado na Circular SUSEP 145, de 2000, com a admissão da tabela FIPE para determinação do valor do veículo com fins de indenização, resultou em economia notável de custo de contencioso judicial, beneficiando todas as partes contratadas. Há que se destacar o disciplinamento do DPVAT, em um conjunto de documentos, com a adoção de reserva de sinistros ocorridos, mas não avisados, o que contribuiu para o aperfeiçoamento da solidez financeira desse ramo de seguro obrigatório, com efeito na evolução do prêmio.

O conjunto de instrumentos regulatórios implementados pela SUSEP nesse período disciplinou a nova formatação da previdência privada, com a introdução dos planos conhecidos pelas siglas PGBL e VGBL. Os dois planos consagraram o modelo de contribuição definida na previdência aberta, viável para o crescimento do setor em uma economia com as características da brasileira.

A SUSEP destacou-se ainda na formulação da Lei Complementar nº 109/2001, que disciplina a matéria. Foram revisados os prin-

Harmony, open dialogue and soundness of contracts

Two circumstances were decisive for the SUSEP administration when I had the honor to preside over it: the full support of the Minister of Finance, Pedro Malan, and a harmonious board in their goals and actions. The management model of the municipality followed the principle of collegial board, previously established in the CVM. This model allowed the directors to dedicate themselves to the exploration of new fields of regulatory action, through the coordination of interdepartmental working groups.

For this reason, SUSEP had its performance facilitated with respect to innovations concerning regulatory instruments, which had a notable impact on the development of the insurance industry in the country. The regulatory actions of our collegiate management accomplished results of high visibility.

Regarding motor vehicle insurance, with special position among the basic branches, the new model of contract, adopted in Circular SUSEP 145, of 2000, with the admission of the FIPE table to determine the value of the vehicle for indemnity purposes, resulted in notable savings in the cost of legal litigation, benefiting all contracted parties. It should be noted that the disciplining of the DPVAT, in a set of documents, with the adoption of a reserve for occurred but not notified claims, which contributed to the improvement of the financial strength of this mandatory insurance segment, with effect in the evolution of the premium.

The set of regulatory instruments implemented by SUSEP in this period disciplined the new format of private pension, with the introduction of plans known as PGBL and VGBL. The two plans consecrated the defined contribution model in the open pension, viable for the growth of the sector in an economy with the characteristics of the Brazilian.

SUSEP also stood out in the formulation of the Complementary Law nº 109/2001, which regulates the matter. The principles of valuation and acceptance of reserve

cípios de valoração e aceitação de ativos garantidores de reservas. Estas reservas são calculadas como valor abstrato, que se materializa em seus ativos garantidores. A qualidade e a correta valoração desses ativos são essenciais para a higidez do sistema de seguros.

Procedemos à revisão do arcabouço legal e sublegal dos processos de liquidação, para agilizar procedimentos e economizar recursos públicos. O sucesso de um bom supervisor de mercado não se mede pelo número de liquidações que executa, mas sim por evitá-las em tempo útil. Por isso a SUSEP utilizou todos os instrumentos de que dispõe legalmente para impedir traumas finais.

A política de valorização da carreira dos servidores, com realização de concursos, aperfeiçoamento e promoção de jovens servidores de excelente formação como meta, foi alcançada ao final de nossa administração, com o preenchimento de chefias de departamento por servidores de carreira, além de egressos da carreira na composição da diretoria.

Procuramos manter diálogo aberto a críticas de toda a sociedade, de modo que nossas iniciativas regulatórias fossem informadas, a fim de permitir a constituição de produtos implantados de acordo com o interesse público.

guarantee assets were reviewed. These reserves are calculated as an abstract value, which materializes in their guarantee assets. The quality and the correct valuation of these assets are essential for the health of the insurance system.

We proceeded to the revision of the legal and sublegal framework of liquidation processes, to streamline procedures and spare public resources. The success of a good market supervisor is not measured by the number of liquidations that it performs, but by avoiding them in a timely manner. That is why SUSEP used all the instruments that it legally affords to prevent final trauma.

The policy of valorization of the servants' career, with the accomplishment of public tests, betterment and promotion of young and servants with excellent formation with the goal, was achieved at the end of our administration, with the filling of department chief positions with career servers, as well as careerists in the composition of the board of directors.

We have always sought to keep an open dialogue to criticism from all society, in a manner that our regulatory initiatives were informed, so as to allow the constitution of products that are being implemented in the public interest.



Renê de Oliveira Garcia Júnior
Superintendente/*Superintendent*
Março/March 2003
Agosto/August 2007

Planejamento estratégico

Assumi a Superintendência da SUSEP em março de 2003, depois de uma passagem pela Secretaria de Controle Geral do Governo fluminense e de uma longa e rica experiência no magistério na FGV, onde tive a oportunidade pesquisar o ambiente e o arcabouço regulatório do sistema financeiro e de seguros no Brasil, sob o âmbito do programa de reforma patrocinado pelo Banco Mundial. A experiência permitiu-me adquirir uma visão abrangente sobre a realidade institucional do sistema financeiro, dos seguros e da previdência brasileira, assim como as tendências regulatórias internacionais, em momento de fortes transformações, como a crise dos anos 90.

Desta forma, foi relativamente fácil ter um juízo adequado das estratégias e reformas a serem implementadas. O foco inicial voltou-se para o aparelhamento de recursos da SUSEP, com a capacitação de servidores, qualificação de gestores e o desenvolvimento de sistemas internos e de controle e acompanhamento do mercado segurador.

A formulação de um planejamento estratégico, com metas, partiu dos próprios servidores. A segunda vertente estabeleceu a salvaguarda dos direitos e garantias dos consumidores de seguros, com a criação das ouvidorias, um importante mecanismo de mediação de conflitos. Estimulou-se o aperfeiçoamento de profissionais por meio da certificação profissional nas áreas de controle de riscos, compliance e atendimento aos consumidores. A terceira etapa compreendeu a revisão dos mecanismos de solvência, com a implantação de um sistema avançado de adequação de capital baseado em riscos.

Os avanços na gestão do sistema DPVAT, com a criação da empresa líder, em conjunto com duras intervenções no sistema, ajudaram a minimizar as situações de risco, como pode ser comprovado na entrada de grupos internacionais. Outro ponto em destaque na gestão foi a internacionalização da SUSEP, com a inserção nos grandes fóruns internacionais. O mérito e a relevância deste legado estão disponíveis para avaliação e julgamento da História. O resto, ensina William Shakespeare na última cena de Hamlet, "é o silêncio".

Strategic planning

I took up the SUSEP Superintendence in March 2003, after a period in the General Control Department of the Government of the State of Rio de Janeiro and a long and rich experience in teaching at FGV, where I had the opportunity to research the environment and the regulatory framework of the financial and insurance systems in Brazil, under the scope of the World Bank-sponsored reform program. This experience allowed me to acquire a comprehensive view of the institutional reality of the Brazilian financial, insurance and social security system, as well as the international regulatory tendencies, at a time of strong transformations, due to the crisis of the 1990s.

Thus, it was relatively easy to have an adequate judgment of the strategies and reforms to be implemented. The initial focus was on resource outfitting of SUSEP, with the qualification of servants, the qualification of managers and the development of internal and control systems and monitoring of the insurance market.

The formulation of a strategic planning, with goals and programs, came from the servants themselves. The second strand established the safeguarding of the rights and guarantees of insurance consumers, with the creation of ombudsmen, an important mechanism for the mediation of conflicts and the settlement of disputes. The betterment of professionals was stimulated through professional certification in the areas of risk control, compliance and customer service. The third stage comprehended the review of the solvency mechanisms, with the implementation of an advanced capital adequacy system based on risks of different natures.

The advances in the management of the DPVAT system, with the creation of the leading company, along with harsh interventions in the system, helped to minimize risk situations, as can be testified in the entry of international groups. Another highlight in the administration was the internationalization of SUSEP, with its insertion in large international forums. The merit and relevance of this legacy are available for evaluation and judgment of History. "The rest", William Shakespeare teaches in the last scene of Hamlet, "is silence".

Lições e perspectivas da abertura do resseguro

Há 10 anos a Lei Complementar nº 126/2007 representou um marco na abertura do mercado brasileiro de resseguros. Com todos os problemas decorrentes de mudança de paradigma, esse é um fato a ser celebrado por todos.

Tive a honra de liderar, no âmbito da SUSEP, as discussões com o Congresso sobre a lei.[1] Deve-se congratular a SUSEP pela qualidade da regulação. Preparamos as seguradoras para a abertura do resseguro, mas era impossível avançar muito na preparação antes da abertura. Promover uma abertura ordenada significou um enorme desafio. O resultado revela a competência dos envolvidos, tanto para propor um modelo como para aprimorar esse modelo com o setor privado.

Um exemplo foi estabelecer poucas regras, considerado o padrão intervencionista brasileiro, e uma barreira de entrada para os resseguradores estrangeiros, por meio da exigência de *rating* alto e experiência de cinco anos. Não existe mercado bom com empresas ruins e o contrário é quase sempre verdadeiro. A estratégia adotada mostrou-se vitoriosa para garantir uma transição menos atribulada.

Aproveitamos o tamanho de nossa economia e do potencial mercado consumidor de seguros para, protegendo as empresas locais, estabelecer as bases para a existência de um mercado local real de resseguros. Só faz sentido proteger o mercado local de resseguros se não resultar em dificuldades para o bom funcionamento do mercado de seguros.

Em 2010, a partir de falhas no atendimento ao sistema de preferência, foi publicada a Resolução CNSP nº 225, que impôs a reserva de mercado, em substituição à preferência. Esta reserva representou uma redução no grau de abertura do mercado brasileiro de resseguros. A Resolução CNSP nº 325/2015 tentou corrigir em parte aquele movimento, com o aumento nos anos seguintes da parcela autorizada de operações intragrupo e a redução do percentual da reserva de

Lessons and prospects for reinsurance opening

For 10 years the Complementary Law nº 126/2007 represented an initial milestone in the opening up of the Brazilian reinsurance market. With all the problems stemming from such a paradigm shift, this is a fact to be celebrated by all.

I had the honor to lead, within SUSEP, the discussions with the Congress on the law.[1] SUSEP should be congratulated for the quality of the regulation. We prepared the insurers for the opening of reinsurance, but it was impossible to advance much before the opening. Promoting an orderly opening posed a huge challenge. The result reveals the competence of those involved, both to propose a model and to improve this model with the private sector.

One example was the establishment of few rules, considering the Brazilian interventionist standard, and an entry barrier for foreign reinsurers, through the requirement of high rating and five year experience. There is no good market with bad companies and the opposite is almost always true. The adopted strategy proved victorious to ensure a less troubled transition.

We took advantage of the size of our economy and the potential consumer insurance market to, protecting local companies, laying the foundations for the existence of a real local reinsurance market. It only makes sense to protect the local reinsurance market if it does not result in difficulties for the proper functioning of the insurance market.

In 2010, based on shortcomings in service to the preferred system, CNSP Resolution nº 225 was issued, which imposed the market reserve, replacing the preference.This reserve represented a reduction in the degree of openness of the Brazilian reinsurance market. CNSP Resolution nº 325/2015 attempted to partially correct that movement, with the increase in the following years of the authorized portion of intra-group transactions and the reduction of the percentage of the market reserve, everything associated with the return of the preferred offer. However, the result was not good.



João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos
Superintendente substituto
Substitute Superintendent
Maio/May 2004
Maio/May 2007

[1] Estive na SUSEP até logo após a publicação da lei, tendo sido a preparação da regulação coordenada pelo diretor Murilo Chaim, na gestão do superintendente Armando Vergílio.

[1] *I was in SUSEP until shortly after the publication of the Law, with the preparation of the regulation coordinated by Director Murilo Chaim, in the administration of Superintendent Armando Vergilio*

mercado, tudo associado à volta da oferta preferencial. Entretanto, o resultado não foi bom. As dificuldades decorrentes da coexistência da reserva e da preferência, bem como a manutenção da restrição a operações intragrupo, indicam a necessidade de novos ajustes para tornar a legislação exequível, sem um custo operacional excessivo e sem pontos controversos.

O mercado de resseguros brasileiro tornou-se mola propulsora do desenvolvimento, não somente de seguros como das práticas de supervisão e regulação brasileiras. A SUSEP foi desafiada pelo novo ambiente de negócios nos últimos 10 anos a evoluir em suas práticas, e o fez de forma admirável. Hoje, vislumbramos a possibilidade de ver o Brasil como um *hub* para a América Latina de operações de seguros e resseguros de grupos globais e locais. Evoluímos muito com o mercado aberto de resseguros, trazido pela Lei Complementar nº 126/2007, mas devemos construir um ambiente regulatório e de negócios cada vez melhor.

The difficulties stemming from the coexistence of reserve and preference, as well as the maintenance of the restriction on intra-group transactions, indicate the need for further adjustments to turn the legislation feasible, without excessive operational costs and without controversial points.

The Brazilian reinsurance market has become the driving force behind the development, not only of insurance but also of Brazilian supervisory and regulatory practices. SUSEP has been challenged by the new business environment over the past 10 years to evolve in its practices, and has done so admirably. Today, we envisage the possibility of seeing Brazil as a hub for Latin American insurance and reinsurance operations of global and local groups. We have evolved much with the open reinsurance market, brought by Complementary Law nº 126/2007, but we must build an increasingly better regulatory and business environment.

Missão cumprida

Ocupei o cargo de superintendente da SUSEP por 33 meses, entre agosto de 2007 e abril de 2010. Auxiliado pelo extraordinário corpo de funcionários dessa autarquia e junto com os demais integrantes do Conselho Diretor creio termos cumprido a nossa missão.

Foi um período de grandes mudanças no mercado de seguros, o que multiplicou a nossa responsabilidade. Mas, com muito esforço, dedicação e trabalho, pudemos contribuir efetivamente, como quando aprovamos a regulamentação do novo modelo de resseguro, um dos marcos históricos do setor nas últimas décadas, em 2007.

Esse novo modelo trouxe novos produtos e aumentou a concorrência no mercado brasileiro, favorecendo todos os consumidores.

Outro fato relevante daquele período de forte crescimento e profundas transformações na indústria do seguro foi a aprovação das novas regras para a solvência, que tornou esse segmento forte o suficiente para enfrentar eventuais instabilidades no cenário econômico, externas ou internas, como a crise internacional de 2008.

Também nos orgulhamos de termos iniciado o processo de regulamentação do microsseguro, com base na experiência internacional. Esse produto é indispensável para a necessária inserção social e a proteção de milhões de famílias, nas camadas mais pobres da população brasileira.

Ainda durante a nossa gestão, foram formuladas as bases da regulamentação das entidades autorreguladoras da corretagem de seguros, tendo como ponto de partida a Lei Complementar 137, de 2010.

Aprovamos também a nova estrutura organizacional da SUSEP, a qual definiu as atribuições de cada integrante do Conselho Diretor. Essa medida modernizou as estruturas da autarquia aprimorando o processo de atendimento às demandas do mercado e, principalmente, dos consumidores.

Em janeiro de 2010, publicamos o edital de concurso público para a contratação de 138 novos funcionários para a SUSEP. Essas contra-

Mission accomplished

I held the position of superintendent of SUSEP for 33 months, between August 2007 and April 2010. Assisted by the extraordinary staff of this autarchy and together with the other members of the Board I believe we have fulfilled our mission.

It was a period of great changes in the insurance market, which multiplied our responsibility. But, with a lot of effort, dedication and hard work, we were able to contribute effectively, as when we approved the regulation of the new reinsurance model, one of the historical milestones of the sector in the last decades, in 2007.

This new model brought new products and increased competition in the Brazilian market, favoring all consumers.

Another relevant fact of that period of strong growth and deep transformations in the insurance industry was the approval of the new rules for solvency, which made this segment strong enough to face eventual instability in the economic scenario, external or internal, such as the international crisis of 2008.

We are also proud of having started the process of regulating microinsurance, based on international experience. This product is indispensable for the necessary social insertion and the protection of millions of families, in the poorer strata of the Brazilian population.

Also during our management, the bases of the regulation of the autoregulatory entities of the insurance brokerage were formulated, with a starting point in the Complementary Law 137, of 2010.

We also approved the new organizational structure of SUSEP, which defined the attributions of each member of the Board of Directors. This measure modernized the structures of the autarchy, improving the process of meeting the demands of the market and, especially, of the consumers.

In January 2010, we published the public tender notice for the hiring of 138 new employees for SUSEP. The hiring was vital



Armando Vergílio dos Santos Júnior
Superintendente/*Superintendent*
Agosto/August 2007
Abril/April 2010

tações foram vitais para que a autarquia pudesse cumprir, com louvor, todas as novas atribuições que assumiu nos anos seguintes.

Em nossa gestão foram criadas ainda as comissões mistas, antiga reivindicação do mercado, que trouxeram mais transparência para a atuação da SUSEP, celeridade na aprovação de novas normas e mudanças no marco regulatório, sempre visando ao crescimento sustentado do setor de seguros.

Essa gestão teve como prioridade consolidar o papel que cabe ao mercado de seguros no processo de crescimento no País.

Mas, há muito trabalho pela frente. A economia voltará a crescer e, no rastro da retomada do desenvolvimento econômico, sempre irão surgir novas necessidades de proteção.

O futuro é promissor. São muitas as janelas de oportunidades que se abrem e que nos permitirão duplicar a fatia do mercado no PIB brasileiro nos próximos cinco anos, ultrapassando a marca de 10% de participação na riqueza nacional.

A SUSEP está pronta para conduzir esse processo, tendo como foco principal a defesa do consumidor e a oferta de ampla gama de produtos e serviços que protejam e amparem as pessoas, suas famílias, os negócios e as grandes obras públicas e privadas.

A caminhada é longa e dura, mas a recompensa será muito boa.

for the autarchy to fulfill, with praise, all the new attributions that it acquired in the following years.

In our administration mixed commissions were also created, an old market demand, which brought more transparency to SUSEP's performance and celerity in the approval of new norms and changes in the regulatory framework always aiming at the sustained growth of the insurance sector.

This administration had as priority consolidating the role of the insurance market in the process of growth in the country.

But, there is a lot of work ahead. The economy will once again grow and, in the wake of renewed economic development, new needs for protection will always arise.

The future is promising. There are many windows of opportunity that will allow us to double the share of the market in the Brazilian GDP in the next five years, surpassing the 10% share of national wealth.

SUSEP is ready to conduct this process, focusing on consumer protection and the offer of a wide range of products and services that protect and support people, their families, businesses and major public and private works.

The walk is long and hard, but the reward will be very good.

Um grande aprendizado

Minha experiência na SUSEP significou um grande aprendizado. Ao chegar à autarquia em 2008, para cuidar essencialmente dos assuntos relativos à administração, o tema seguro me era desconhecido em sua total abrangência. Até então, eu apenas era consumidor de alguns produtos do mercado.

A estrutura de tomada de decisão da SUSEP me fez aprender muito. Cada voto que ia para deliberação no Colegiado me fazia buscar conhecimento e entender o que estava ajudando a decidir. Tive a sorte de compor uma diretoria colegiada que atuava como equipe. Havia divergências técnicas, mas, uma vez tomada a decisão, a partir daquele momento tornava-se uma decisão da SUSEP.

Graças ao aprendizado que tive com os amigos Alexandre Penner, Armando Vergílio, Murilo Chaim e Waldemir Bargieri, descobri a importância que a atividade securitária tem para o nosso País e para a sociedade brasileira. Afinal, o cunho social que está embutido na essência das atividades de seguros, previdência complementar aberta e capitalização me fez perceber como a atividade é importante para o bem-estar da sociedade brasileira, mesmo que seja para minimizar as grandes perdas que cada um de nós enfrenta ao longo da vida.

Quando, em 2010, fui convidado a ocupar a função de superintendente da SUSEP, pude aceitar com relativa tranquilidade. A intenção era dar continuidade ao trabalho que vínhamos realizando desde 2008. Alguns amigos citados deixaram o grupo, mas o espírito de equipe continuou com a chegada de Vera Paes e Paulo Fleury.

Seria injusto não destacar o comprometimento e a capacitação do quadro técnico dos servidores da casa, uma das maiores surpresas que encontrei. E olha que foi um período de grandes transformações no mercado de seguros brasileiro. O fim do monopólio do IRB, com a chegada de novas e grandes empresas internacionais, afetou todo o sistema. E lá estavam os servidores da casa à frente da condução de todas essas transformações.

A great learning

My experience at SUSEP has meant a great learning. When I arrived at the Autarchy in 2008, in order to take care essentially of matters related to administration, the insurance theme was unknown to me in its total comprehensiveness. Until then, I was only a consumer of some products from the market.

The decision-making structure of SUSEP made me learn a lot. Each vote that went to deliberation in the Collegiate made me seek knowledge and understand what I was helping to decide. I was fortunate to be part of a Collegiate Board that acted as a team. There were technical divergences, but, once the decision was made, from that moment on, it became a decision of SUSEP.

Thanks to the learning I had with friends Alexandre Penner, Armando Vergílio, Murilo Chaim and Waldemir Bargieri, I discovered the importance that the insurance activity has for our Country and for Brazilian society. After all, the social aspect that is embedded in the essence of the activities of insurance, open supplementary pension and capitalization made me realize how important the activity is to the well-being of Brazilian society, even if it is to minimize the great losses that each one of us faces throughout life.

When, in 2010, I was invited to fill the role of Superintendent of SUSEP, I was able to accept with relative tranquility. The intention was to give continuity to the work we had been doing since 2008. Some friends mentioned above left the group, but the team spirit continued with the arrival of Vera Paes and Paulo Fleury.

And it would be unfair not to highlight the commitment and the qualification of the technical staff of the autarchy servants. And mind it was a period of great transformation in the Brazilian insurance market. The end of the IRB monopoly, with the arrival of new and large international companies, affected the whole system. And there were the servants of the autarchy at the head of the conduction of all these transformations.



Paulo dos Santos
Superintendente/*Superintendent*
Abril/April 2010
Junhol/June 2011

A maioria desses servidores enfrentou todo o período de transformações com distinção e mérito. E sempre procurando adotar as melhores práticas, observadas nos demais supervisores do mundo e em outros supervisores nacionais que atuam no mercado financeiro brasileiro. Merecem destaque a nossa participação na International Association of Insurance Supervisors (IAIS) e a inserção no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e no Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec).

Se tivesse que destacar o momento de maior emoção pessoal como superintendente, escolheria o dia em que dei posse a 138 novos analistas. Ver a chegada daqueles novos servidores e sentir no rosto de cada um deles o comprometimento com a continuidade de um trabalho sério revelou-se um momento gratificante.

Naquele dia, tive a certeza de que o consumidor de seguros brasileiro ganhou mais uma nova leva de pessoas dispostas a garantir o melhor mercado possível, na nossa realidade. Foi com essa satisfação que, alguns meses depois, deixei a autarquia. Saí com a sensação do dever cumprido.

Most of these servants faced the whole period of transformations with distinction and merit. And always looking to adopt the best practices, observed in other supervisors in the world and in other domestic supervisors who work in the Brazilian financial market. Our participation in the International Association of Insurance Supervisors (IAIS) and the inclusion in National Committee for Financial Education (CONEF) and Committee for Regulation and Supervision of the Financial, Capital, Insurance, Pension and Capitalization Markets (Coremec) deserves a highlight.

If I were to highlight the moment of greatest personal emotion, during my tenure as Superintendent, I would chose the day I was able to empower 138 new analysts. To see the arrival of all those new servants and to feel in the face of each of them the feeling of commitment to the continuity of serious work revealed to be a gratifying moment.

On that day, I was certain that the Brazilian insurance consumer gained another new wave of people willing to guarantee them the best possible market, in our reality. It was with such satisfaction that, a few months later, I left the Autarchy. I left with the feeling of duty fulfilled.

Supervisão e inovação tecnológica

É com satisfação que registro, neste momento de comemoração de 50 anos da SUSEP e de reflexão sobre sua trajetória, lembranças sobre a minha gestão. Na condição de servidor público, foi uma honra ter ocupado o cargo de superintendente. Neste período buscamos, em conjunto com a diretoria e com os servidores da autarquia, maior eficiência em diversos segmentos de atuação.

Implementamos mecanismos tecnológicos para aprovação de empresas e de produtos, bem como para credenciamento de corretores de seguros. O plano de fiscalização passou a ter critérios objetivos e a abranger um número expressivo de empresas. Também demos maior agilidade ao trabalho nas liquidações extrajudiciais, com o que obtivemos uma redução de 25 para 13 empresas.

Coibimos a atuação de centenas de empresas sem autorização, que lesavam consumidores em concorrência desleal com as demais. Com a Procuradoria Federal junto à SUSEP, ingressamos com ações civis públicas e obtivemos decisões judiciais para encerramento de atividades de várias delas. Alinhados ao Solvência II e com ações iniciadas nas gestões anteriores, completamos a regulamentação de riscos de capital, dispondo sobre riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.

Fizemos um amplo movimento de revisão e elaboração de normativos, o qual teve como norte o fomento ao desenvolvimento dos mercados e a tutela dos interesses dos consumidores. Merecem destaque a regulamentação do microsseguro no país, a contratação por meios remotos, a comercialização de seguros no mercado varejista e do seguro garantia estendida.

Tais normativos foram uma contribuição para o desenvolvimento dos mercados supervisionados, cujas taxas de crescimento no período foram superiores às do PIB nacional. Uma época marcada pela inovação tecnológica, pela edição de inúmeros normativos e pelo crescimento expressivo dos mercados de seguros, previdência, capitalização e resseguros.

Supervision and technological innovation

It is with satisfaction that I record, at this moment of commemoration of 50 years of SUSEP and reflection on its trajectory, memories about my management. In the condition of public servant, it was an honor to have filled the position of superintendent. During this period, we sought, together with the Board of Directors and the Autarchy's servants, greater efficiency in several acting segments.

We implemented technological mechanisms for the approval of companies and products, as well as for the accreditation of insurance brokers. The supervision plan began to adopt objective criteria and to cover an expressive number of companies. We also gave greater agility to the work on extrajudicial liquidations, with which we obtained a reduction from 25 to 13 companies.

We curbed the actions of hundreds of companies without authorization, which injured consumers in unfair competition with others. With the Federal Prosecutor together with SUSEP, we filed public civil actions and obtained judicial decisions for the termination of activities of several of them. Aligned to Solvency II and with actions initiated in previous management, we completed the regulation of capital risks, providing for underwriting, credit, operating and market risks.

We carried out a wide movement of revision and elaboration of regulations, which had as its goal the development of markets and the protection of the interests of consumers. The regulation of microinsurance in the country, contracting by remote means, the commercialization of insurance in the retail market and the extended warranty insurance deserve to be highlighted.

These regulations were a contribution to the development of supervised markets, whose growth rates in the period were higher than the national GDP. A period shaped by technological innovation, the publication of numerous regulations and the expressive growth of the insurance, pension, capitalization and reinsurance markets.



Luciano Portal Santanna

Superintendente/*Superintendent*
Junho/June 2011
Fevereiro/February 2014

estação

classe executiva

executive class station

As regras da boa convivência entre o mercado e o órgão supervisor marcam a relação entre as companhias seguradoras e a SUSEP ao longo destes 50 anos. Claro que houve alguns espinhos, algumas pedras no meio do caminho, principalmente em época de inflação alta, quando as indenizações perdiam valor real.
Mas nada que não fosse contornado com transparência e eficiência. Os depoimentos de empresários e executivos do setor demonstram que esta relação amistosa, que hoje comemora jubileu de ouro, faz parte da história da autarquia.

The rules of good coexistence between the market and the supervisory body stamp the relationship between insurance companies and SUSEP over the last 50 years. Of course there were some thorns, some rocks in the middle of the road, especially in times of high inflation, when the indemnities lost real value. But nothing that would not be circumvented with transparency and efficiency.
The testimonies of businessmen and executives in the industry show that this friendly relationship, which today celebrates the golden jubilee, is part of the history of the autarchy.

Uma visão de futuro

Uma testemunha desta trajetória é o empresário e atuário José Américo Peón de Sá, 86 anos, com seis décadas de experiência no setor de seguros. Em 1954, ele começou a trabalhar na Companhia Nacional de Seguro Agrícola – empresa de economia mista – onde permaneceu até 1965. Depois ingressou na Ajax Corretora de Seguros, de Celso da Rocha Miranda. Foi também assessor atuarial do então recém-criado Banco Nacional da Habitação.

Peón de Sá tem o registro número 003 do Instituto Brasileiro de Atuária, do qual foi presidente, e "é um dos autores da lei que regulamentou a profissão", conta orgulhoso o atuário formado pela Universidade do Brasil em 1959. O empresário lembra que o decreto que criou a SUSEP, em 1966, previa a realização de concurso público para formação do quadro técnico da nova autarquia e a transferência gradual para o Distrito Federal, o que acabou não se concretizando.

Nos primeiros anos após a criação da SUSEP, observa Peón de Sá, as decisões técnicas e administrativas continuaram a ser tomadas de fato pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), criado em 1939, no dia 3 de abril, data essa em que se comemora também o Dia do Atuário. A organização do IRB era composta por um presidente – na qual se destacou José Lopes de Oliveira – e um conselho técnico formado por três representantes de seguradoras e outros três do Governo Federal. "Este conselho resolvia as questões técnicas e administrativas ad referendum da SUSEP", explica Peón de Sá, que ocupou a presidência do Instituto em 1992, na gestão de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Fazenda.

A vision of the future

A witness of this trajectory is businessman and actuary José Américo Peón de Sá, 86 years old, with six decades of experience in the insurance industry. In 1954 he started working at the National Agricultural Insurance Company – a mixed-economy company – where he remained until 1965. He then joined Ajax Corretora de Seguros, which belonged to Celso da Rocha Miranda. He was also an actuarial advisor of the newly created National Bank of Housing.

Peón de Sá has the registry number 003 of the Brazilian Actuarial Institute, of which he was president, and "is one of the authors of the law that regulated the profession", proudly recounts the actuary graduated from the University of Brazil in 1959. The businessman recalls that the decree that created SUSEP in 1966 provided for a public tender for the formation of the technical staff of the new autarchy and its gradual transfer to the Federal District, which ended up not occurring.

In the first years after the creation of SUSEP, notes Peón de Sá, the technical and administrative decisions continued to be taken de facto by the Brazilian Reinsurance Institute (IRB), created in 1939, on April 3, a date that also celebrates the Day of the Actuary. The IRB organization was composed of a president – position in which José Lopes de Oliveira stood out – and a technical council formed by three representatives of insurers and three representatives of the Federal Government. "This council solved SUSEP's technical and administrative issues ad referendum", explains Peón de Sá, who held the presidency of the Institute in 1992, in the administration of Marcílio Marques Moreira in the Ministry of Finance.

"The staff structure of the new autarchy was narrow and the facilities were very precarious. The headquarters of Rua do

''A estrutura de pessoal da nova autarquia era acanhada e as instalações, muito precárias. A sede da Rua do Ouvidor foi o primeiro passo para o crescimento da SUSEP. Depois ela passou a ocupar um prédio próprio, na Rua Buenos Aires, ao qual se deu o nome do Atuário João José de Souza Mendes'', recorda Peón.

Aos poucos, de acordo com o atuário, a SUSEP foi se estruturando e passou a assumir o comando de supervisão do setor. Ele considera a gestão de João Regis Ricardo dos Santos (1985-1990) na autarquia um marco nesta mudança de postura.

Peón de Sá aponta dois momentos marcantes de abertura do setor de seguros, iniciativas que, segundo ele, partiram do IRB e da SUSEP. O primeiro foi quando Jorge Hilário Gouvêa Vieira esteve à frente do IRB e Regis assumiu o comando da SUSEP. ''Nós acabamos com a carta-patente, que funcionava como uma espécie de cartel para manter privilégios condenáveis.'' À época foi também realizada a liberalização das tarifas únicas até então fixadas pelo IRB – ressegurador único – que também incluíam taxas fixas e exageradas de corretagem sobre os prêmios de seguros.

Extintas as cartas-patente, liberalizadas as tarifas, as seguradoras aprimoraram sua competência técnica e disponibilidade de capital, em benefício do mercado e do consumidor segurado, ''que passou a pagar um valor mais correto pelo seguro''.

O segundo momento marcante ocorreu, segundo ele, quando o governo permitiu a entrada de grupos estrangeiros na área de resseguros mediante a quebra do monopólio estatal. ''Foi na gestão do economista Marcos Lisboa à frente do IRB, entre 2005 e 2006.'' A partir daí, resseguradoras inglesas, alemãs, espanholas e norte-americanas, dentre outras, começaram a se interessar e se estabelecer no mercado brasileiro.

Outro aspecto que Peón de Sá faz questão de salientar é a insatisfação que causava ao consumidor a ausência da correção monetária na hora de receber indenização. ''Todas as operações financeiras tinham correção monetária, menos a área do seguro, o que era um absurdo.''

Peón de Sá está entre os que apontam o Plano Real como essencial para impulsionar o setor de seguros após a estabilização da moeda, atraindo inclusive companhias estrangeiras. ''Sem inflação alta, os cálculos atuariais se tornam mais precisos'', explica o diretor da Asther Consultoria, o que certamente, a seu ver, provocou o crescimento do

Ouvidor was the first step for the growth of SUSEP. Then it occupied a building of her own, in Rua Buenos Aires, which was named after the Actuary João José de Souza Mendes'', remembers Peón.

Little by little, according to the actuary, SUSEP was structuring itself and started to assume the command of the supervision of the sector. He considers the management of João Regis Ricardo dos Santos (1985-1990) in the autarchy a milestone in this change of posture.

Peón de Sá points out two important moments of the opening of the insurance sector, initiatives that, according to him, came from the IRB and SUSEP. The first was when Jorge Hilário Gouvêa Vieira was at the helm of the IRB and Regis took command of SUSEP. ''We ended the charter, which worked as a kind of cartel to hold considerable privileges.'' At that time, the flexibilization of the single tariffs so far fixed by the IRB – single reinsurer – which also included fixed and exaggerated rates brokerage insurance premiums.

Extinguishing the charters, relaxed the tariffs, insurers improved their technical competence and availability of capital, to the benefit of the market and the insured consumer, ''who went on to pay a more correct value for insurance''.

The second important moment occurred, he said, when the government allowed the entry of foreign groups in the area of reinsurance by breaking the state monopoly. ''It was in the administration of the economist Marcos Lisboa who headed the IRB between 2005 and 2006.'' From then on, English, German, Spanish and North American insurance companies, among others, started to become interested and establish themselves in the Brazilian market.

Another aspect that Peón de Sá emphasizes is the dissatisfaction caused to the consumer the absence of monetary correction when receiving compensation. ''All financial transactions had monetary correction, except the insurance area, which was absurd.''

Peón de Sá is among those that point to the Real Plan as essential to boost the insurance sector after the stabilization of the currency, attracting even foreign companies. ''Without high inflation, the actuarial calculations become more precise'', explains the director of Asther Consultoria, which, in his view, provoked a growth of the market, which, surpassing

José Américo
Peón de Sá



mercado, que, superando décadas de estagnação abaixo de 1% do PIB, atinge hoje cerca de 6% do indicador.

O empresário reconhece o valor estratégico do seguro de vida pela sua capacidade de produzir vultosos fundos representados pelas reservas técnicas. "O mercado atual é cada vez mais promissor e fortalecido em benefício do consumidor segurado e da disponibilidade crescente de suas reservas, tendo em vista o investimento institucional que elas representam para a economia do país."

Questão de escala

Quem também reforça a importância do seguro de vida como alavanca das reservas é o empresário João Elísio Ferraz de Campos, que ocupou por 18 anos a presidência da Federação Nacional de Empresas de Seguros (Fenaseg). "O seguro de vida oferece mais sustentação a longo prazo. Dá volume e proporciona o aumento de reservas. No Brasil o seguro é mais caro do que em outros países por uma questão de escala. Quanto mais gente fizer seguro, menor será o custo. Mas é preciso reconhecer que o número de pessoas que se dispõem a fazer seguro de vida depende da elevação do poder aquisitivo da população", adverte João Elísio, que foi governador do Paraná entre 1986 e 1987.

João Elísio
Ferraz de Campos



Aos 74 anos, o empresário acompanhou a história do seguro ao longo das últimas décadas. "O mercado em 1966 era completamente diferente de hoje. Correspondia no máximo a 0,8% do PIB. Não há termos de comparação com o quadro atual, quando o setor responde por 3,8% do PIB", afirma.

João Elísio aponta como obstáculo para o desenvolvimento do setor com credibilidade o número excessivo, segundo ele, de seguradoras que havia no país em 1966, ano de criação da SUSEP, cerca de 200 companhias. "De lá para cá houve mudanças significativas no setor. Uma delas foi a concentração do mercado por meio de fusões e aquisições. Foi positivo porque as companhias ganharam mais peso e solidez para o consumidor. Nós, do setor de seguros, somos grandes impulsionadores das reservas econômicas do país", afirma o ex-presidente da Fenaseg.

"Na minha experiência de 18 anos à frente da Federação, houve diversos superintendentes da SUSEP e eu sempre tive um bom relacionamento com todos eles. Hoje tenho uma excelente ima-

decades of stagnation below 1% of GDP, reaches today about 6% of the indicator.

The executive recognizes the strategic value of life insurance for its ability to produce large amounts of funds represented by technical reserves. "The current market is increasingly promising and strengthened to the benefit of the insured consumer and the increasing availability of its reserves, given the institutional investment they represent for the country's economy."

An issue of scale

Who also reinforces the importance of life insurance as a boost to reserves is businessman João Elísio Ferraz de Campos, who for 18 years has held the presidency of the National Federation of Private Insurance and Capitalization Companies (Fenaseg). "Life insurance offers more long-term support. It gives volume and provides for the increase of reserves. In Brazil, insurance is more expensive than in other countries because of scale. The more people who are insured, the lower the cost. But we must recognize that the number of people who are willing to take life insurance depends on the increase of the purchasing power of the population" warns João Elísio, who was governor of Parana between 1986 and 1987.

At age 74, the businessman has followed the history of insurance over the past few decades. "The market in 1966 was completely different from today. It corresponded to a maximum of 0,8% of GDP. There are no terms of comparison with the current scenario, when the sector accounts for 3.8% of GDP", he says.

João Elísio points out as an obstacle to the development of the sector with credibility the excessive number, according to him, of insurers that were in the country in 1966, the year SUSEP was created, about 200 companies. "There have been significant changes in the industry since then. One was the concentration of the market through mergers and acquisitions. It was positive because the companies gained more weight and solidity for the consumer. We in the insurance sector are great drivers of the country's economic reserves", says the former president of Fenaseg.

"In my experience of 18 years at the helm of the Federation, there were several superintendents of SUSEP and I always had a good relationship with all of them.

gem da SUSEP e acho que ela cumpre bem seu papel como guardiã do mercado. Nestes 50 anos, a SUSEP foi se aperfeiçoando e criando um quadro próprio de técnicos. Hoje é um órgão regulador qualificado para verificar a saúde das seguradoras. Ela sabe ser cautelosa e fazer seu dever de casa'', assegura o empresário. E acrescenta: ''O mercado também evoluiu muito e para melhor. As seguradoras hoje se tornaram mais competentes''.

João Elísio frisa que nos anos 70 a associação entre os bancos e as seguradoras se intensificou para impulsionar as vendas, mas, segundo ele, esta fase já passou. ''Claro que os bancos ainda são importantes por causa do lastro, da garantia, mas nos Estados Unidos, por exemplo, as seguradoras são desvinculadas dos bancos'', acrescenta.

Diante da janela de seu amplo escritório, com vista para o aeroporto Santos Dumont e o Museu de Arte Moderna, João Elísio dá dois conselhos. Primeiro: ''O seguro é um setor em que não adianta muito você ser criativo porque o outro vem e copia''. Segundo conselho: ''Quem tem automóvel precisa ter seguro'', alerta o executivo, ao lado de uma imagem de São Cristóvão, o padroeiro dos motoristas.

Inspiração norte-americana

Helio Portocarrero, 71 anos, foi secretário de Previdência Complementar do Governo Sarney e superintendente da autarquia na gestão Fernando Henrique Cardoso. Ele lembra que a criação da SUSEP, assim como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi influenciada pela estrutura administrativa dos Estados Unidos. ''Desde o século XIX havia uma superintendência de seguros no estado de Massachusetts.''

''Antes de 1966 quem regulava o setor era o IRB, que detinha o monopólio de resseguros no Brasil. A SUSEP foi criada para ser um regulador neutro e promover a modernização no mercado de seguros, como a composição das reservas, e também estimular a introdução de novos produtos'', afirma Portocarrero. Ele lembra que o Estado decidiu assumir as indenizações por acidente de trabalho nos anos 60 a pedido das seguradoras. ''Elas alegavam que estavam perdendo muito dinheiro'', recorda.

Um dos papéis fundamentais da SUSEP como órgão regulador era fiscalizar a composição e a garantia que era feita de forma muito primitiva antes dos anos 90. ''Trabalhamos muito para definir as

Today I have an excellent image of SUSEP and I think it fulfills its role as guardian of the market. In these 50 years, SUSEP has been perfecting itself and creating its own technical staff. Today it is a qualified regulator to check the health of insurers. It knows how to be cautious and do its homework'', says the businessman. And he adds: ''The market has also evolved a lot and for the better. Insurers today have become more competent''.

João Elísio points out that in the 1970s the association between banks and insurers was intensified to boost sales, but, according to him, this phase is over. ''Of course, banks are still important because of the financial backing, the guarantee, but in the United States, for example, insurers are disconnected from banks'', he adds.

Facing the window of his large office, overlooking Santos Dumont Airport and the Museum of Modern Art, João Elísio gives two advices. First, ''Insurance is a sector where it's no use being creative because another comes and copies''. Second advice: ''Those who have cars need to have insurance'', warns the executive, next to an image of Saint Cristóvão, the patron saint of drivers.

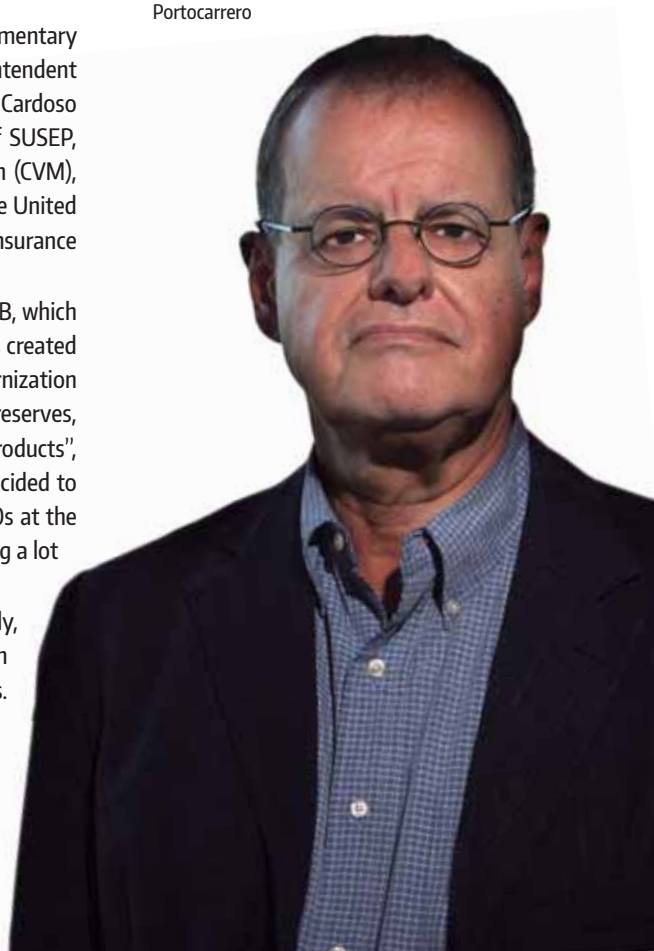
American Inspiration

Helio Portocarrero, 71, was Secretary of Supplementary Pensions of the Sarney Government and superintendent of the autarchy in the Fernando Henrique Cardoso administration. He remembers that the creation of SUSEP, as well as the Securities and Exchange Commission (CVM), was influenced by the administrative structure of the United States. ''Since the nineteenth century there was an insurance superintendence in the state of Massachusetts.''

''Prior to 1966, the industry regulator was the IRB, which held the reinsurance monopoly in Brazil. SUSEP was created to be a neutral regulator and to promote the modernization of the insurance market, such as the composition of reserves, and also to stimulate the introduction of new products'', says Portocarrero. He remembers that the State decided to take over workers' compensation claims in the 1960s at the insurers' request. ''They claimed that they were losing a lot of money'', he recalls.

One of the key roles of SUSEP, as a regulator body, was to oversee the composition and guarantee, which was done in a very primitive way before the 1990s.

Helio Portocarrero



garantias. Um bom exemplo de sucesso foi a diminuição do número de liquidações.'' Ele destaca a importância da verificação dos ativos garantidores: ''É preciso haver realismo na garantia das reservas''.

''Com o Plano Real, a estabilidade da moeda ajudou o planejamento financeiro a longo prazo e a defesa do valor do patrimônio'', segundo o ex-superintendente. ''A estabilidade permite avaliar com mais eficiência os riscos. As privatizações aumentaram a demanda por seguro e geraram novos ramos'', afirma o executivo, que foi gestor da SUSEP durante sete anos.

Helio Portocarrero observa que as companhias de seguro também fazem parte da história da cidade do Rio de Janeiro. ''Os títulos de capitalização surgiram na década de 20, por iniciativa da Sul América. Bairros como Vila Kosmos e a Sulacap foram criados com recursos provenientes dos títulos de capitalização. Eram títulos de longo prazo, coisa de 10 anos.''

O economista defende que, em determinados momentos, o Governo precisa estimular o surgimento de novas alternativas de seguro para o consumidor. ''O Estado deve manter uma atuação discreta, sem intervir diretamente, mas estimulando a criação de novos produtos.'' Ele aponta dois exemplos bem-sucedidos: o PGBL e o VGBL. Outro ramo apontado é o da garantia estendida. ''Esta foi uma das modalidades mais lucrativas do setor porque nos últimos 10 anos houve um aumento considerável no consumo de bens duráveis.''

Espaços a conquistar

Presidente atual da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) – eleito para cumprir o triênio 2016-2018 – o economista Marcio Serôa de Araujo Coriolano ocupou a liderança da SUSEP por dois anos, entre 1995 e 1996. Começou na autarquia em 1993, como secretário-geral, passando a diretor e, por último, superintendente. Formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Marcio Coriolano tem pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. ''Passei de especialista a praticante. Fui para o setor público, primeiramente no BNH e depois no Ministério da Fazenda, na área de abastecimento e preços, à qual a SUSEP estava vinculada.''

''We worked hard to define the guarantees. A good example of success was the decrease in the number of settlements.'' He emphasizes the importance of verifying the guarantee assets: ''There needs to be realism in reserve guarantees''.

''With the Real Plan, currency stability helped long-term financial planning and the defense of the value of equity'', according to the former superintendent. ''Stability allows risk assessments more effectively. The privatizations increased the demand for insurance and generated new branches'', says the executive, who was the manager of SUSEP for seven years.

Helio Portocarrero notes that insurance companies are also part of the history of the city of Rio de Janeiro. ''Capitalization bonds appeared in the 1920s, through the initiation of Sul America. Neighborhoods such as Vila Kosmos and Sulacap were created with proceeds from capitalization bonds. They were long-term titles, something like 10 years.''

The economist argues that, at certain times, the Government needs to stimulate the emergence of new insurance alternatives for the consumer. ''The State must maintain a discrete performance, without intervening directly, but stimulating the creation of new products.'' He points to two successful examples: PGBL and VGBL. Another branch pointed is that of the extended guaranty. ''This was one of the most profitable modes in the industry because in the past 10 years there has been a considerable increase in the consumption of durable goods.''

Spaces to conquer

Current President of the National Confederation of General Insurance Companies, Private Pension and Life, Supplementary Health and Capitalization (CNseg) – elected with mandate over the triennium 2016-2018 – economist Marcio Serôa de Araujo Coriolano has held the leadership of SUSEP for two years, 1995 and 1996. He started at the autarchy in 1993, as secretary-general, becoming director and, finally, superintendent. Graduated from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), Marcio Coriolano holds a post-graduate degree in Urban and Regional Planning from UFRJ. ''I went from specialist to practitioner. I went to the public sector, first at the BNH and then at the Ministry of Finance, in the area of supply and prices, to which SUSEP was linked.''

O executivo conta que assumiu a superintendência em um período de definição de um novo padrão de desenvolvimento para a economia brasileira e para o país. Uma época com várias circunstâncias favoráveis com o fim da cadeia inflacionária. "Nosso papel era manter o Plano Real."

"Antes do Plano Real, para preservar as rendas diante das perdas que a inflação trazia, as pessoas só aplicavam em ativos financeiros mais atrativos, como o overnight, ativos que se beneficiavam das taxas de juros que ajudavam a evitar perdas. As empresas de seguros seguiam essa regra, buscando preservar o valor das arrecadações com essas aplicações, o que comprometia a prioridade do crescimento da atividade seguradora", recorda.

Com o fim da inflação alta, as relações econômicas ficaram mais fáceis. "Houve um ganho de renda considerável com o fim da inflação crônica, e o mercado segurador, claro, se beneficiou com isso. A SUSEP ficou livre da necessidade de fazer constantes intervenções para fiscalizar e regular o mercado e evitar insolvências, podendo então dedicar-se mais à cadeia normativa, à supervisão do mercado. Isso mexeu com o mercado, com objetivos claros e resultados positivos em grande parte."

Coriolano afirma que a SUSEP realizou um trabalho de monitoramento e precisou intervir em várias seguradoras e montepios para mostrar ao mercado que era essencial manter uma atividade saudável, equilibrada e livre da inflação. "Mostramos ao mercado, que antes só oferecia produtos tradicionais – seguro de vida, de veículos, de incêndio –, a necessidade de as seguradoras oferecerem novos produtos para atrair a população. Agora ela não precisava mais se proteger tanto contra a inflação", relembra.

"Surgiram então o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que são planos de acumulação de recursos por um prazo definido por contrato. Durante o período de diferimento, o segurado faz aportes e esse dinheiro é investido e rentabilizado pela seguradora. São produtos de acumulação de capital, para garantir uma renda futura, quando o segurado se aposentar ou parar de trabalhar", explica o ex-superintendente da SUSEP.

The executive tells that he assumed the superintendency in a period of definition of a new standard of development for the Brazilian economy and for the country. A time with several favorable circumstances with the end of the inflationary chain. "Our role was to maintain the Real Plan."

"Before the Real Plan, in order to preserve incomes from the losses that inflation brought, people invested only in the most attractive financial assets, such as the 'overnight', assets that benefited from interest rates that helped in avoiding losses. The insurance companies followed this rule, seeking to preserve the value of collections with these applications, which compromised the priority of the growth of the insurance business", he recalls.

With the end of high inflation, economic relations became easier. "There was a considerable income gain with the end of chronic inflation, and the insurance market, of course, benefited from it. SUSEP had been freed from the need to make constant interventions to supervise and regulate the market to avoid insolvency, being able to devote itself more to the regulatory chain, to the supervision of the market. This has altered the market, with clear objectives and largely positive results."

Coriolano observes that SUSEP carried out a monitoring work and had to intervene in several insurers and montepios to show the market that it was essential to maintain a healthy, balanced and inflation-free activity. "We showed the market, which previously offered only traditional products – life, vehicles, fire insurance – the need for insurers to offer new products to attract the population. Now they did not need to hedge so much against inflation", he recalls.

"The PGBL (Free Benefit Generating Plan) and the VGBL (Free Benefit Generating Life) emerged, which are plans to accumulate resources for a defined period of time. During the deferral period, the insured makes contributions and this money is invested and reimbursed by the insurer. They are products of capital accumulation, to guarantee future income, when the insured retires or stops working", explains the former superintendent of SUSEP.

Coriolano notes that PGBL and VGBL have gained enormous acceptance since their inception. "To speak ill of them is the cry of a loser. These products are a guarantee

Marcio Serôa de Araujo Coriolano



Coriolano observa que o PGBL e o VGBL conquistaram enorme aceitação desde a sua criação. "Falar mal deles é choro de perdedor. Esses produtos são uma garantia de crescimento saudável da economia e do mercado segurador. Eles precisam ter ativos com lastro futuro, o que demanda investimentos seguros com perspectiva de reservas de longo prazo", esclarece o economista. "Eles aumentam a solvência do mercado a longo prazo, oferecem boa rentabilidade e criam um 'colchão', uma base confortável, para a empresa que comercializa outros produtos." Segundo ele, um dos desafios atuais do mercado segurador é aumentar a base de investidores nesses dois produtos.

Ele destaca a abertura do mercado segurador para o capital estrangeiro como um marco importante do setor. "A história da regulação do mercado segurador no Brasil é uma história de proteção ao capital nacional e vem desde o primeiro Governo Vargas. A primeira exposição da economia brasileira à concorrência internacional foi no Governo Fernando Collor. Mas, apesar dos esforços para abertura, pesava contra ela a inflação. A primeira grande ruptura desse protecionismo foi o Plano Real, que pôs fim à ciranda financeira."

Um parecer de 1996 da Advocacia Geral da União (AGU), sobre Liberação ao Capital Estrangeiro, foi utilizado pelo Poder Executivo para flexibilizar as restrições impostas a esses investimentos. "Na época, as seguradoras em operação no país eram nacionais, embora algumas tivessem participação de capital estrangeiro. O Governo Fernando Henrique abriu a concorrência de vários setores da economia ao capital externo, antes vedada por uma interpretação errada de um dispositivo da Constituição Federal. E o mercado segurador foi beneficiado com isso."

Outro ponto positivo do Governo Fernando Henrique, segundo Coriolano, foi a desindexação de todos os contratos de seguro, já que não havia mais inflação e grande desvalorização do dinheiro. Isso deu uma boa sacudida no mercado segurador. Ele faz questão de frisar que é a favor da abertura do mercado no setor de seguros e resseguros. "Quando o sistema brasileiro se abriu para o capital estrangeiro, dizia-se que a economia do país ia acabar. Ocorreu exatamente o contrário. Grandes bancos estrangeiros, como o Citibank, saíram do país e os bancos nacionais se fortaleceram."

of healthy growth of the economy and of the insurance market. They need to have assets with future financial backing, which demands secure investments with the prospect of long-term reserves", explains the economist. "They increase long-term market solvency, offer good profitability, and create a 'comfortable mattress' for the company that markets other products." According to him, one of the current challenges facing the insurance market is to increase the base investors in these two products.

He highlights the opening of the insurance market to foreign capital as an important industry benchmark. "The history of the regulation of the insurance market in Brazil is a history of protection to the national capital and comes from the first Government Vargas. The first exposure of the Brazilian economy to international competition was in the Fernando Collor Government. But despite the efforts to open up, inflation weighed against it. The first great rupture of this protectionism was the Real Plan, which put an end to the financial roundabout."

A 1996 opinion of the Federal Attorney General's Office (AGU), on Liberalization to Foreign Capital, was used by the Executive Power to relax the restrictions imposed on these investments. "At the time, the insurers in operation in the country were national, although some had participation of foreign capital. The Fernando Henrique government opened competition from various sectors of the economy to foreign capital, which was previously blocked by a misinterpretation of a provision of the Federal Constitution. And the insurance market benefited from that."

Another positive point of the Fernando Henrique Government, according to Coriolano, was the de-indexation of all insurance contracts, since there was no more inflation and great devaluation of the money. This shook the insurance market. He is keen to stress that he is in favor of opening the market in the insurance and reinsurance industry. "When the Brazilian system opened up to foreign capital, it was said that the country's economy would end. The exact opposite happened. Large foreign banks, such as Citibank, have left the country and domestic banks have been strengthened."

A seu ver, os Governos Lula e Dilma deixaram uma herança positiva para o mercado segurador, que foi a maior penetração regional do seguro. O mercado, antes restrito a Rio de Janeiro, São Paulo, estados do Sul e capitais dos estados, cresceu com a melhor distribuição da renda em todo o país. "Mais pessoas passaram a fazer seguro. Esse crescimento se deu com predominância dos seguros de bens de empresas estatais como, por exemplo, do setor de óleo e gás."

"A privatização do Instituto de Resseguros do Brasil, no Governo Lula, soou como um escândalo na época, mas hoje ninguém se lembra mais. As seguradoras brasileiras estão se especializando em seguros de massa – de vida, residencial e saúde, enquanto as estrangeiras, que têm mais experiência com acidentes e grandes catástrofes, cuidam dos grandes riscos – seguros de plataformas de petróleo e usinas, por exemplo", finaliza.

O grande desafio

O empresário Nilton Molina, 81 anos, presidente do Conselho de Administração da Mongeral Aegon, acredita que o futuro do mercado de seguros no Brasil pode ser promissor, a depender dos rumos da economia. Ele admite que não se deve tirar conclusão apressada, mas não esconde o otimismo. "O mercado no Brasil tem um brilhante futuro nos próximos 10 anos. As pré-condições para o crescimento desejado são as clássicas, como estabilidade econômica, política e social, aumento da renda, baixa inflação e as obviedades do gênero. Porém, no caso brasileiro não basta isso. Precisamos criar condições legais e de regulamentação que promovam o crescimento do mercado de baixo para cima, ou seja, estimulando e oferecendo condições virtuosas para que vicejem pequenas e médias companhias especialistas ou regionais. Esse é o grande desafio, que garantirá o crescimento", afirma o empresário, que não espera grande expansão nas áreas de saúde e automóveis, mas aposta no fortalecimento do seguro de vida e da previdência privada.

"Temos que entender o universo completo do que pode ser considerado mercado de seguros. No meu entendimento o FGTS é contribuição para a formação de poupança previdenciária de longo prazo, portanto do domínio do mercado de seguros. Entendo, de outro lado,

In his view, the Lula and Dilma Governments left a positive legacy for the insurance market, which was the largest regional insurance penetration. The market, previously restricted to Rio de Janeiro, São Paulo, southern states and state capitals, grew with the best distribution of income throughout the country. "More people came to take insurance. This growth happened with the predominance of asset insurances for state-owned companies, such as in the oil and gas sector."

"The privatization of the Brazilian Reinsurance Institute, in the Lula administration, sounded like a scandal at the time, but today nobody remembers it anymore. Brazilian insurers are specializing in mass insurance – life, residential and health insurance, while foreign companies, which have more experience with accidents and major catastrophes, take care of the big risks – insurance of oil platforms and power plants, for example", he concludes.

The great challenge

Businessman Nilton Molina, 81 years old, chairman of the Board of Directors of Mongeral Aegon, believes that the future of the insurance market in Brazil can be promising, depending on the directions of the economy. He admits that one should not draw a hasty conclusion, but does not hide optimism. "The market in Brazil has a bright future in the next 10 years. The preconditions for desired growth are the classic ones, such as economic, political and social stability, income growth, low inflation, and gender truisms. However, in the Brazilian case, this is not enough. We need to create legal and regulatory conditions that promote the growth of the market from the bottom up, that is, by stimulating and offering virtuous conditions to thriving small and medium-sized specialist or regional companies. This is the great challenge, which will guarantee growth", says the businessman, who does not expect major expansion in the health and automotive areas, but bets on strengthening of life insurance and private pension.

"We have to understand the whole universe of what can be considered insurance market. In my view, the FGTS contributes to the formation of long-term pension savings, hence the dominium of the insurance market. On the other hand, I understand that the contributions to the official pension system also are", he affirms. And he adds:

Nilton Molina



que as contribuições para a previdência oficial também o são", afirma. E acrescenta: "Então, somente nessas duas rubricas já podemos contabilizar mais de 10 pontos percentuais do PIB. Levanto essa questão apenas para provocar uma discussão sobre a avaliação das estatísticas nacionais, pois em muitos países que não têm o sistema de FGTS e nem os altos limites do nosso seguro social, essas contribuições e prêmios estão sendo contabilizadas como prêmios de seguros", explica o empresário, que desde 2014 faz parte do Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Quando a SUSEP tinha um ano de funcionamento, em 1967, Molina fundou a Augustus Corretora, especializada em seguro de vida e previdência, iniciando uma carreira de 50 anos de atividades. Técnico em contabilidade, ele se apresenta como um autodidata e destaca a importância da educação financeira para o desenvolvimento do setor.

Molina não prevê grandes mudanças em um futuro próximo no resseguro. "Quem desejava vir para o mercado brasileiro já veio, o que certamente não elimina a chegada de companhias novas, em especial chinesas, que a propósito não são portadores de nenhuma expertise particular nesse assunto. Alguns grupos financeiros poderão vir para o país, particularmente em ramos de massificação, como o seguro de vida, por exemplo", observa, lembrando que um grande grupo chinês é hoje o controlador da Tranquilidade, a maior companhia de seguro de vida em Portugal.

O empresário considera indispensável o papel de supervisão no setor. "A transformação da SUSEP como agente de desenvolvimento, além de sua função reguladora e fiscalizadora do mercado, depende não apenas dela, mas de vontade política", conclui.

"Thus, on these two headings alone we can account for more than 10 percentage points of GDP. I raise this question only to provoke a discussion about the evaluation of national statistics, because in many countries that do not have the FGTS system and the high limits of our social insurance, these contributions and premiums are being accounted for as insurance premiums", explains the entrepreneur, who since 2014 is part of the National Council of Complementary Pensions of the Ministry of Social Security.

When SUSEP had a year of operation in 1967, Molina founded Augustus Corretora, specialized in life and pension insurance, starting a career of 50 years of activities. An accounting technician, he presents himself as a self-taught and highlights the importance of financial education for the development of the sector.

Molina does not foresee major changes in the near future in reinsurance. "Whoever wanted to come to the Brazilian market has already come, which certainly does not eliminate the arrival of new companies, especially Chinese companies, which by the way do not carry any particular expertise in this matter. Some financial groups may come to the country, particularly in the branches of massification, such as life insurance, for example", he notes, noting that a large Chinese group is now the controller of Tranquilidade, the largest life insurance company in Portugal.

The executive considers the supervisory role indispensable in the sector. "The transformation of SUSEP as a development agent, along with its regulatory and market control function, depends not only on it, but also on political will", he concludes.

...

DECRETO N.º 60.459 — DE 13 DE MARÇO DE 1967

Regulamenta o Decreto Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 168, de 15 de fevereiro de 1967, e n.º 296, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o anexo Regulamento do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sôbre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, com as modificações feitas pelos Decretos-Leis n.º 168, de 15 de fevereiro de 1967 e n.º 296, de 23 de fevereiro de 1967, assinados pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Paulo Egydio Martins

— 3 —

Revista de Seguros,
13 março de 1967

Revista de Seguros,
March 13, 1967

estação

perfil

profile station



Christovão de Moura: "quando comecei a trabalhar, todo mundo que não tinha profissão se dizia corretor de seguros".

"when I started working, everyone who did not have a job said he was an insurance broker".

A trajetória de um corretor pioneiro

Duas grandes guerras marcam a história de vida deste passageiro de nossa viagem. Quando Christovão de Moura nasceu em julho de 1918, em São Jerônimo, município da Grande Porto Alegre, a 1ª Guerra Mundial chegava ao fim na Europa com a vitória dos aliados. Quando Christovão decidiu deixar sua terra natal, em 1940, para estudar e trabalhar no Rio de Janeiro, as tropas alemãs já tinham invadido a Polônia e se preparavam para ocupar a França.

O jovem conciliava o trabalho como corretor autônomo com os estudos noturnos na Faculdade de Direito, no bairro do Catete. Vendia seguros de vida, de acidentes de trabalho, entre outras apólices para diversas companhias, entre elas a Atalaia, do Rio Grande do Sul.

O peso dos 99 anos dificulta a mobilidade, mas a memória segue sólida quando o assunto é a evolução do mercado. "A biblioteca está de pé", afirma o corretor em seu confortável apartamento em Copacabana, repleto de quadros e imagens sacras. "Quando comecei a trabalhar, todo mundo que não tinha profissão se dizia corretor de

The trajectory of a pioneer broker

Two great wars mark the life story of this passenger of our trip. When Christovão de Moura was born in July 1918, in São Jeronimo, in the municipality of Greater Porto Alegre, World War I was ending in Europe with the victory of the Allies. When Christovão decided to leave his hometown in 1940 to study and work in Rio de Janeiro, German troops had already invaded Poland and were preparing to occupy France.

The young man conciliated his work as an independent insurance broker with the nocturnal studies in the Law School, in the neighborhood of Catete. He sold life insurances, work accident insurances, among other policies for several companies, among them Atalaia, from Rio Grande do Sul.

The weight of the 99 years makes mobility difficult, but the memory remains solid when the subject is the evolution of the market. "The library is standing", says the broker in his comfortable apartment in Copacabana, full of paintings and sacred images. "When I started working, everyone who did not have a job said he was an insurance broker. This caused a deep feeling of unease because there were so many people without qualification and even without idoneity."

Cristóvão became involved in the struggle for the regulation of the profession in the 1950's. He became the president of the Union of Insurance Brokers of Rio de Janeiro, being reelected a few times. The idea of seeing a law passed that guaranteed professional qualification to the insurance broker had become an obsession. The bill created a series of requirements, such as the institution of a course offering technical training.

The passing of the bill passed in Congress took five years to complete. It was first presented at the Tiradentes Palace, then the seat of the House of Representatives, during the Juscelino Kubitschek administration in the late 1950s, and was only approved in 1964 under the Castelo Branco government, already in Brasilia, under the Law nº 4,594.

seguros. Isso causava um profundo mal-estar porque havia muita gente sem qualificação e até sem idoneidade.''

Christovão engajou-se na luta pela regulamentação da profissão na década de 50. Tornou-se presidente do Sindicato dos Corretores do Rio de Janeiro, sendo reeleito algumas vezes. A ideia de ver aprovada uma lei que garantisse qualificação profissional ao corretor tinha virado uma obsessão. O projeto criou uma série de exigências, como a de um curso que oferecesse formação técnica.

A tramitação do projeto de lei no Congresso levou cinco anos. Foi apresentada pela primeira vez no Palácio Tiradentes, então sede da Câmara dos Deputados, no governo Juscelino Kubitschek, no final dos anos 50, e só foi aprovada em 1964 no governo Castelo Branco, já em Brasília, sob o número de Lei 4.594.

''Isso me custou muitas viagens. Nunca tive suporte de partido nenhum. Recebi apoio dos corretores de seguros de São Paulo, liderados pelo José Logullo.'' E acrescenta: ''Aí, foi criada a Escola Nacional de Seguros, fundada para qualificar o corretor'', afirma o advogado e corretor, enquanto exibe orgulhoso a carteira de corretor número 01, expedida pela SUSEP.

No princípio, as apólices eram entregues ao corretor para cobrança do segurado. ''A gente atuava como uma espécie de representante do segurado no caso de um sinistro. Fazia a mediação, mas funcionávamos mais como defensores dos direitos do segurado'', observa. Com o tempo as grandes empresas começaram a assumir o seguro de vida dos empregados como forma de mantê-los na companhia. ''O seguro era feito por um período de um ano e atingia todos os empregados. A apólice tinha cobertura ampla e admitia invalidez permanente ou temporária.''

Hoje quem está à frente da corretora de seguros Moura Monteiro é o neto, de 32 anos. O escritório de advocacia fica nas mãos da filha, mas Christovão deixa escapar com satisfação: ''Às vezes, uns clientes me procuram; aí eu indico minha filha e meu neto''.

''This cost me many trips. I've never had any political party support. I got support from São Paulo insurance brokers, led by José Logullo. The National School of Insurance was founded to qualify the broker'', says the lawyer and broker, while he proudly displays the certificate number 01 issued by SUSEP.



O gaúcho Moura é o corretor com a carteira nº 1 , concedida pela SUSEP

The gaucho Moura is the broker with the register nº 01, granted by SUSEP

In the beginning, the policies were delivered to the broker for the insured's collection. ''We acted as a sort of representative of the insured in the event of a claim. We did the mediation, but worked more as a defender of the rights of the insured'', he notes. Over time, large companies began to take on employee life insurance as a way to keep them company. ''The insurance was made for a period of one year and affected all employees. The policy had wide coverage and admitted permanent or temporary disability.''

Today, the head of insurance broker Moura Monteiro is his 32-year-old grandson. The law firm is in the hands of his daughter, but Cristóvão lets out with satisfaction: ''Sometimes, clients come to me; then I refer them to my daughter and my grandson''.

estação

tripulantes

crew station

Que seria dos passageiros de um veículo se não fossem os tripulantes? São eles que diariamente se dedicam a manter a rota certa, mesmo que, às vezes, com mudanças de rumo. Registramos os depoimentos de servidores da SUSEP, aposentados e do quadro ativo, da sede e das regionais. Ao todo são cerca de 300 servidores aposentados e 400 servidores ativos, dos quais mais de 90% com curso superior, distribuídos entre a sede, no Rio de Janeiro, e os escritórios de representação em São Paulo, Porto Alegre e Brasília.
Eles contam histórias de sua passagem pela autarquia, desde os primeiros anos aos tempos atuais.

What would be of the passengers of a vessel if it were not the crew? They are the ones who dedicate themselves daily to keeping the correct route, even if, sometimes, with course changes. We register the testimonies of SUSEP employees, retirees and active staff, from the headquarters and regional offices. Altogether there are about 300 retired servants and 400 active servants, more than 90% of whom have a university degree, distributed between the headquarters in Rio de Janeiro and the representative offices in São Paulo, Porto Alegre and Brasília. They tell histories of their passage through the municipality, from the first years to the present times.



Tereza Helena Mirandela de Vasconcelos Barros

Inquilino errante

Tereza Helena Mirandela de Vasconcelos Barros entrou na SUSEP em 1º de setembro de 1967, integrando o grupo de apoio à gestão do fundador e primeiro superintendente, Raul de Souza Silveira. "Extremamente dinâmico e inteligente, era um grande conhecedor de seguros", diz Tereza, então acadêmica de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ.

"Lotada no Departamento de Pessoal, percebi que havia um mundo de questões a organizar ali. Tive a oportunidade de fazer um aprendizado extraordinário sobre o funcionamento do serviço público", conta Tereza que, na recém-criada Autarquia, enfrentou problemas surpreendentes. "Durante algum tempo, uma caixa de livros me serviu de cadeira, mas o bom humor e o entusiasmo da equipe ajudavam a superar as dificuldades."

Tereza lembra o primeiro prédio em que a SUSEP se instalou, na Rua do Mercado, nº 7, na Praça XV, em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. "O Índice da Bolsa de Valores (IBV) refletia a evolução diária dos negócios no País e provocava um movimento intenso de corretores e investidores na rua", conta.

Com a expansão do mercado segurador a autarquia alugou mais dois andares no Edifício Arco do Teles, ali perto, e, tempos depois, um casarão vizinho, para instalar o Departamento de Administração. A SUSEP foi obrigada a separar seus departamentos entre a Candelária, a Rua São José e a Avenida Rio Branco. Neste endereço, da janela do 12º andar, Tereza assistiu à passeata pelas "Diretas Já", no fim do Governo Figueiredo.

Wandering tenant

Tereza Helena Mirandela de Vasconcelos Barros joined SUSEP on September 1, 1967, integrating the management support group of the founder and first superintendent, Raul de Souza Silveira. "Extremely dynamic and intelligent, he was a great insurance connoisseur", says Tereza, then law student at the Guanabara State University (UEG), currently UERJ.

"Allocated to the Personnel Department, I realized that there was a world of issues to organize there. I had the opportunity of an extraordinary learning about the operation of public service", tells Tereza who, in the newly created autarchy, faced surprising problems. "For a while, a box of books served as my chair, but the good humor and enthusiasm of the team helped overcome the difficulties."

Tereza remembers the first building in which SUSEP was installed, at Rua do Mercado, 7, in Praça XV, in front of the Stock Exchange of Rio de Janeiro. "The Stock Exchange Index (IBV) reflected the daily evolution of business in the country and caused an intense movement of brokers and investors in the street", she recalls.

With the expansion of the insurance market, the autarchy rented two more floors in the nearby Arco do Teles Building, and later, a neighboring mansion, to install the Administration Department. SUSEP was forced to separate its departments between Candelária, Rua São José and Avenida Rio Branco. At this address, from the window of the 12th floor, Tereza watched the march for the "Diretas Já", at the end of the President Figueiredo government.

A SUSEP funcionou também no prédio da antiga Papelaria União, na Rua do Ouvidor, em frente à sede da Companhia de Seguros Sul América. Desse prédio, ela recorda o dia em que uma bala perdida atingiu uma janela da seguradora durante um assalto. Lembra ainda da sede própria da autarquia, na Rua Buenos Aires, nº 256, no coração da região do Saara – ''quando a SUSEP teve, enfim, instalações modernas e confortáveis, inclusive refeitório, auditório e posto bancário''.

Em 31 anos de SUSEP, Tereza acompanhou a chegada dos computadores, a aposentadoria das máquinas de escrever e os estudos para organizar o sistema de seguro saúde e a previdência privada no país. ''Ouvi reclamações contra os montepios, que prometiam benefícios irrealizáveis, como o 'soldo de coronel', e a liquidação dessas instituições.''

Nos anos 70 e 80 do século passado, era comum Tereza cruzar com empresários de seguros na SUSEP. ''O dono da Atlântica-Boavista Seguros, Antonio Carlos de Almeida Braga, o Braguinha, apaixonado pelo Fluminense, gostava de brincar com torcedores de outros clubes. O dono da Seguradora Excelsior, Ronaldo Xavier de Lima – que despertava a curiosidade de todos por ser casado com Marta Rocha, a eterna Miss Brasil'', relembra.

''Um dia, após audiência com a diretoria, Silvio Santos, da Seguradora Panamericana, saiu da SUSEP e foi reconhecido. As pessoas 'fecharam' o trânsito na rua Buenos Aires para aplaudi-lo'', conta.

Tereza explica que, ao longo de sua existência, a SUSEP manteve um quadro de cerca de trezentos funcionários, selecionados por concurso público e treinados nas mais variadas especialidades. ''Era um quadro tão enxuto, que nenhum servidor precisou ser dispensado por ocasião da redução geral do funcionalismo no governo Collor'', conta.

Apesar da transformação da economia no Brasil e suas sucessivas crises, o mercado segurador conseguiu manter seu caminho, ''saindo do tecnicismo para a área financeira e comercial, com ajustes em capital mínimo, ramo e região para as empresas serem autorizadas a atuar'', diz. Acompanhou o caso da seguradora do grupo do Banco Nacional, que provocou estudos sobre a importância da solvência do mercado, bem como a chegada das seguradoras estrangeiras ao País.

Em 27 de maio de 1982, Tereza tomou posse como procuradora – ''embora o título do cargo fosse advogada'', explica. ''Na Procuradoria, comecei no Contencioso, lidando com denúncias contra o mercado e

SUSEP also operated in the old Papelaria União building, at Rua do Ouvidor, in front of the headquarters of Companhia de Seguros Sul America. From this building she recalls the day a stray bullet hit a window of the insurer company building during a robbery. She also remembers the headquarters of the autarchy, at Rua Buenos Aires 256, in the heart of the Saara region – ''when SUSEP had, at last, modern and comfortable facilities, including a refectory, auditorium and banking office''.

In 31 years of SUSEP, Tereza lived through the arrival of computers and the retirement of typewriters and the studies to organize the system of health insurance and private pension in the country. ''I heard complaints against the montepios, which promised unreachable benefits, such as the 'colonel's salary', and the liquidation of these institutions.''

In the 70s and 80s of the last century, it was common for Tereza to see insurance businessmen at SUSEP. ''The owner of Atlântica-Boavista Seguros, Antonio Carlos de Almeida Braga, Braguinha, passionate about Fluminense Football club, liked to banter with fans from other clubs. The owner of Seguradora Excelsior, Ronaldo Xavier de Lima – who attracted the curiosity of everyone for being married to Marta Rocha, the eternal Miss Brazil'', she recalls.

''One day, after a hearing with the board of directors, Silvio Santos, of Seguradora Panamericana, left SUSEP and was recognized. The people 'closed' the traffic in Buenos Aires street to applaud him'', she tells.

Tereza explains that, throughout its existence, SUSEP has maintained a cadre of about three hundred employees, selected by public tender and trained in the most varied specialties. ''It was such a lean cadre that no public servant needed to be dismissed during the general reduction of functionalism under Collor government'', she tells.

Despite the transformation of the economy in Brazil and its successive crises, the insurance market was able to maintain its path, ''moving from technicism to the financial and commercial area, with adjustments in minimum capital, branch and region for companies to be authorized to operate'', she says. She followed the case of the insurer of the Banco Nacional group, which instigated studies on the importance of market solvency, as well as the arrival of foreign insurers in the Country.

On May 27, 1982, Tereza took office as public attorney – ''although the title of the position was lawyer'', she explains.

processos de corretores. Cuidava, também, dos processos de locação de imóveis para a SUSEP, inclusive de suas oito delegacias regionais. Durante algum tempo integrei a Comissão de Licitação.''

Ela lembra, ainda, do ambiente muito bom, ''apesar dos períodos de relativa penúria, quando se pagava do próprio bolso o cafezinho e outras despesas básicas''. Conta sobre a grande transformação durante a gestão de João Régis Ricardo dos Santos. ''Com planos e muita energia, ele trouxe uma equipe forte, responsável por algumas conquistas da autarquia, como a sede própria.'' Ela elogia, ainda, o sistema de treinamento de funcionários em todos os níveis. ''Além disso, ele intensificou a fiscalização do mercado segurador e desenvolveu as normas complementares do seguro-saúde. A Associação dos Funcionários da SUSEP foi criada nessa época'', explica Tereza.

''A SUSEP foi um dos primeiros órgãos a ter uma Central de Atendimento ao Público para resolver administrativamente pendências com as seguradoras, promovendo a mediação e evitando longos processos judiciais'', lembra Tereza que, em 1992, participou de um curso sobre ''os meios de Comunicação social e sua ação sobre a formação da opinião pública'', na Escola Superior de Guerra. Em 1994, integrou a primeira turma de Master de Seguros, no IAG da PUC-Rio.

''Lembro-me ainda do superintendente Marcio Coriolano, que tomou importantes medidas, como a participação da SUSEP nas reuniões do MERCOSUL, em que se discutia a criação do 'Carta Verde'. Mas a mudança mais significativa foi a abertura do mercado de resseguro ao capital estrangeiro, chave para a integração do Brasil ao mercado internacional de seguros'', salienta Tereza.

Ela trabalhou nas três subprocuradorias-gerais, permanecendo mais tempo na Consultoria. ''Integrei um time de dez procuradores que, além do exame das assembleias das sociedades sujeitas à fiscalização da SUSEP, respondia às consultas encaminhadas ao órgão e emitia pareceres sobre os projetos de lei em andamento'', conta.

''A SUSEP foi meu único emprego. Nela, pude acompanhar de perto o crescimento exponencial do mercado de seguros e tenho excelentes recordações do órgão e de meus colegas. Em agosto de 1998, com a certeza de que meu plano de vida se realizara plenamente, requeri aposentadoria'', conclui.

''At the Office of the Attorney, I started in litigation, dealing with complaints against the market and cases against brokers. I also took care of the leasing of real estate cases for SUSEP, including its eight regional branches. For some time I was part of the Tender Committee.''

She remembers, still, of the very good environment, ''despite periods of relative hardship, when we paid for coffee and other basic expenses out of our own pockets''. She recounts the great transformation during the management of João Regis Ricardo dos Santos. ''With plans and a lot of energy, he brought a strong team, responsible for achievements of the local autarchy, such as its own headquarters.'' She also praises the employee training system at all levels. ''In addition, he intensified the supervision of the insurance market and developed supplementary health insurance regulations. The Association of Employees of SUSEP was created at this time, ''explains Tereza.

''SUSEP was one of the first government bodies to have a Public Assistance Center, to administratively settle disputes with insurers, promoting mediation and avoiding long legal proceedings'', recalls Tereza, who in 1992 participated in a course on ''Media and its action on the formation of public opinion'' in the Superior School of War, and in 1994, took part of the first class of Master of Insurance, at the IAG of PUC-RJ.

''I am also reminded of the superintendent Marcio Coriolano, who took important measures, such as SUSEP's participation in MERCOSUL meetings, in which the creation of the 'Green Charter' was discussed. But the most significant change was the opening of the reinsurance market to foreign capital, key to Brazil's integration into the international insurance market'', ponders Tereza.

She worked in the three sub-attorney generals, remaining in the Consultancy for a longer time. ''I was part of a team of ten attorneys who, in addition to examining the assemblies of companies subject to SUSEP supervision, would respond to queries sent to the organ and issued opinions on the bills in progress'', she tells.

''SUSEP was my only job. I was able to observe up close the exponential growth of the insurance market and have excellent memories of the autarchy and of my colleagues. In August of 1998, with the certainty that my professional life plan was fully realized, I claimed retirement'', she concludes.

Desvendando o mistério do seguro

Em 1973, Solange Vieira de Vasconcellos trabalhava no Banco do Estado da Guanabara (BEG), mais tarde Banerj, e não entendia nada de seguros. Fez o primeiro concurso e tentou uma das 10 vagas para técnico de seguros, de nível médio. Com apenas sete anos de vida, a SUSEP era formada pelo pessoal do antigo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), da extinta Companhia de Seguros Agrícola e de ministérios da área econômica.

"Seguro era um mistério para mim. Até para estudar para o concurso foi difícil. Tive de decorar Legislação de Seguro e Teoria Geral de Seguro, que caiam na prova", recorda. O salário era bom para os padrões do serviço público na época, o dobro que ela ganhava no BEG. "Eu estava me separando e precisava muito de dinheiro", conta Solange, que faz questão de acrescentar: "o pessoal que entrou nos concursos posteriores é muito preparado".

A SUSEP ainda era vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Funcionava no Arco do Teles (Praça XV), em condições precárias, e quem dava as cartas na supervisão de seguros era o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). "Éramos uma espécie de departamento do IRB, com função homologatória. Só a partir de 1987, melhor aparelhada, é que a SUSEP passou a fiscalizar o mercado", afirma.

A grande impulsionadora da SUSEP – garante Solange – foi a gestão de João Régis, que logo percebeu a precariedade das instalações. "Faltava de café a papel higiênico. Um memorando da época pedia que cada funcionário levasse seu próprio papel higiênico. O memorando logo ganhou apelidos e foi motivo de chacota. Só havia a boa vontade dos funcionários, o que nem sempre bastava."

"Descobrimos que os contínuos ganhavam abaixo do salário mínimo, alguns deles ficavam sem dinheiro 10 dias depois do pagamento e não podiam levar marmita. Levávamos um lanche reforçado para dividir com eles", conta.

Graças a sua proximidade e a de outros diretores com o Governo Federal, em Brasília, o ex-superintendente João Régis conseguiu

Unraveling the mystery of insurance

In 1973 Solange Vieira de Vasconcellos worked in the State Bank of Guanabara (BEG), later Banerj, and did not understand anything about insurances. She made SUSEP's first public tender and applied for one of the 10 positions of insurance technician, middle-level. With only seven years of existence, SUSEP was formed by personnel of the former National Department of Private Insurance and Capitalization (DNSP), the extinguished Agricultural Insurance Company and from ministries of the economic sector.

"Insurance was a mystery to me. Even to study for the tender was difficult. I had to memorize the Insurance Legislation and General Insurance Theory, which were subjects of the test", she recalls. The salary was good for civil service standards at the time, twice as much as she earned at BEG. "I was separating and in much need of money", tells Solange, adding that "the people who entered the subsequent tenders is very prepared".

SUSEP was still linked to the Ministry of Industry and Trade (MIC). It was located at the Arco de Teles (Praça XV), in precarious conditions, and who dealt the cards in insurance supervision were the Brazilian Reinsurance Institute (IRB). "We were a kind of a department of the IRB, with a homologation function. Only after 1987, better equipped, that SUSEP started to supervise the market", she states.

The great booster for SUSEP – guarantees Solange – was the administration of João Régis, who soon realized the precariousness of the facilities. "Shortages from coffee to toilet paper. A memorandum of the day asked each employee to bring their own toilet paper. The memorandum soon earned nicknames and was mocked. There was only the goodwill of the employees, which was not always enough."

"We found that the clerks earned below the minimum wage and some of them ran out of cash 10 days after the payment and could not bring their meals. We would take a reinforced snack to share with them", she tells.

Thanks to his proximity and that of other directors with the Federal Government, in Brasília, Superintendent João



Solange Vieira de Vasconcellos

colocar a SUSEP ''nos trilhos'' para exercer as funções para as quais foi criada, principalmente a de órgão fiscalizador. ''Ele conseguiu que a SUSEP tivesse uma atuação efetiva junto ao mercado segurador, criando normas de regulação e de fiscalização que revolucionaram o mercado'', elogia Solange. A Comissão de Valores Mobiliários era o modelo de autarquia eficiente.

''Foi um tempo importante para mim'', relata Solange, referindo-se aos 17 anos de trabalho na SUSEP. ''Aprendi muita coisa, como a relevância de um órgão fiscalizador e do setor de seguros para a economia do país.''

Formada em Direito e Contabilidade, Solange nunca trabalhou como profissional desses setores, mas usou e muito o que aprendeu na faculdade, tanto na SUSEP como nas empresas privadas. ''Eu era uma técnica que também entendia de seguros e não me deixava 'enrolar' por nenhum contador. Por outro lado, percebi como às vezes mesmo um bom advogado não conhece o lado operacional do seguro como um todo.''

Solange reconhece que era exigente. Certa vez, cuidava da liquidação de um montepio quando foi chamada de autoritária por um militar em pleno regime ditatorial. A servidora disse que respondeu: ''se o senhor tivesse encontrado mais gente autoritária na vida, talvez seu montepio não entrasse em liquidação''.

Primeira mulher a tomar parte no Conselho Técnico do IRB e integrante da diretoria colegiada da SUSEP até se aposentar, em 1992, a funcionária pública levou sua experiência de técnica à iniciativa privada. Hoje, com 70 anos, Solange mora em Copacabana e trabalha como corretora de seguros.

''Meu grande momento profissional foi na SUSEP, onde compreendi que o outro lado, o das empresas, falava a verdade quando pedia prazos maiores para se adaptar à legislação. Vi como mudar é sempre difícil e que as seguradoras não blefavam quando se queixavam dos três meses dados para atender às novas normas do setor'', concluiu.

Régis managed to put SUSEP ''in the tracks'' to carry out the functions for which it was created, especially that of a supervisory body. ''He managed to make SUSEP effective in the insurance market, creating regulations and supervision norms that revolutionized the market'', compliments Solange. The Securities and Exchange Commission was the model of efficient.

''It was an important time for me'', recounts Solange, referring to 17 years of work at SUSEP. ''I learned a lot, such as the relevance of a supervisory body and that of the insurance industry for the country's economy.''

Graduated in Law and Accounting, Solange has never worked as a professional in these sectors, but she has used much of what she learned in college, both at SUSEP and in private companies. ''I was a technician who also understood insurance and would not let myself be 'worked' by any accountant. On the other hand, I realized how sometimes even a good lawyer does not know the operational side of insurance as a whole.''

Solange Vasconcellos acknowledges that she was demanding. Once, while taking care of the liquidation of a montepio she was called authoritarian by an officer under the military regime. The civil servant told that she replied: ''If you had met more authoritarian people in your life, your pawnbroker might not had gone into liquidation''.

First woman to take part in the IRB Technical Council and a member of the board of directors of SUSEP until she retired in 1992, the public employee took her technical experience to the private initiative. Today, at age 70, Solange lives in Copacabana and works as an insurance broker.

''My great professional moment was at SUSEP, where I realized that the other side, the business side, spoke the truth when it asked for longer deadlines to adapt to the legislation. I saw how changing is always difficult and that insurers were not bluffing when they complained about the three months given to meet the new industry standards.''

História de crescimento

Sônia de Castilho Sá faz parte do grupo de funcionários que ingressaram muito jovens na SUSEP. Alguns, ainda universitários, seguiram carreira. "Na época, sonhávamos em entrar para o serviço público e a SUSEP foi o primeiro emprego de muitos de nós. Como lá estava prevista ascensão funcional, fomos galgando postos", explica Sônia. Segundo ela, em 1982, entrou em uma autarquia ainda longe de oferecer condições ideais de funcionamento, mas já com posições definidas pelo mercado segurador e todos os departamentos concentrados na sede da rua Buenos Aires. "Foi interessante ver que o crescimento da SUSEP acompanhou o processo de redemocratização do Brasil."

"Promovemos ali a primeira grande mudança no contexto de redemocratização do país, a criação de uma associação de servidores públicos. A instituição foi ativa até 1985, quando os funcionários decidiram, em assembleia, filiar-se à Associação dos Servidores da SUSEP. Mas a sindicalização, prevista pela Constituição de 1988, só veio em 2010", diz a servidora, moradora do Catete, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Sônia viveu de perto a dificuldade das seguradoras em atender certas determinações, como a imposição de um prazo para o pagamento da indenização ao segurado. "Trabalhei muito tempo na análise de reclamações. No início era difícil, não havia prazo fixado e era um tempo de inflação alta, que corroía o valor das indenizações."

O marco normativo representou uma conquista, na opinião de Sônia Castilho. Ela destaca a mudança dos servidores nos anos 90 para o Regime Jurídico Único (RJU). "Foi um período difícil de transição e reenquadramento." Ela cita o drama vivido pela autarquia na gestão de Fernando Collor, quando o Governo Federal determinou um corte de 30% do quadro de pessoal. "Vivemos um clima horrível, com a possibilidade de demissão de colegas." Ela recorda que foi uma fase de fortalecimento da SUSEP como órgão estruturado, com pessoal, sede e instalações adequadas para exercer a função normativa e fiscalizadora. "Atualmente, o pessoal da SUSEP tem uma carreira de Estado. São benefícios que levaram anos para serem alcançados."

Sônia acredita que a SUSEP tem muito o que comemorar nesses 50 anos, embora a sociedade ainda não conheça bem a importância de sua participação no mercado segurador no Brasil. Entretanto, ela gosta de frisar: "Valeu a luta".

History of growth

Sônia de Castilho Sá is part of the group of employees who ingressed very young at SUSEP. Some, still university students, pursued the career. "At the time, we dreamed of joining the civil service and SUSEP was the first job of many of us. As there was disposed the functional ascent rules, we were climbing positions", explains Sônia, who entered in 1982 in an autarchy, according to her, still far from offering ideal operating conditions, but already with defined positions by the insurance market and all the departments concentrated in the headquarters at Buenos Aires street. "It was interesting to see that the growth of SUSEP accompanied the process of re-democratization in Brazil."

"We promoted the first major change in the context of re-democratization of the country, the creation of an association of public servers", tells Sônia. The association was active until 1985, when the officials decided, in assembly, to join SUSEP's Association of Public Servants. "The unionization sets forth by the Constitution of 1988 only came in 2010", says the servant, resident of Catete, in the South Zone of Rio.

Sônia lived closely to the difficulty of insurers to meet certain determinations such as imposing a deadline for the payment of indemnity to the insured. "I worked a lot of time analyzing insured claims. In the beginning it was difficult, there was no fixed term and it was a time of high inflation, which corroded the value of the indemnities."

The normative framework represented an achievement, according to Sônia Castilho. She highlights the change of the civil sevents in the 1990s to the Single Legal Regime (RJU). "It was a difficult period of transition and restructuring". She cites the drama experienced by the Autarchy in the Fernando Collor Administration, when the Federal Government determined a cut of 30% of the staff. "We lived in a horrible climate, with the possibility of resigning colleagues." According to her, this was a phase of strengthening of SUSEP as a structured body, with personnel, headquarters and adequate facilities to exercise the regulatory and supervision function. "Currently, SUSEP personnel have a State career. These are benefits that have taken years to be achieved."

Sônia de Castilho believes that SUSEP has much to celebrate in those 50 years, although society is still not well aware of the importance of its participation in the insurance market. But she likes to stress: "It was worth the fight".



Sônia de Castilho Sá



Sônia Cabral

Questão de igualdade

A poucos meses de se aposentar, Sônia Cabral pensa em ficar ainda mais seis meses ou um ano na SUSEP, onde entrou em 1994. "Não sei se estou preparada para parar depois de 36 anos de trabalho", confessa. Na superintendência desde 1994, ela brinca que está no lugar certo para encerrar a carreira, principalmente pela equipe de que faz parte – "uma equipe muito bacana", diz. Há um ano e meio coordena a área de Liquidação, como Analista Técnica. Quando parar, diz que não pretende trabalhar mais. "Só trabalho voluntário, sem horário fixo, nem patrão. Não sei ficar à toa."

Formada em Estatística na Escola Nacional de Ciência Estatística (ENCE), com pós-graduação em Atuária (ENCE) e em Gerenciamento de Seguros (PUC-Rio), Sônia começou sua história na SUSEP na área de Produtos, onde passou a maior parte do tempo. Foi chefe do Departamento Técnico Atuarial e da Coordenação Geral de Produtos durante oito anos. Nos 23 anos de superintendência, ela pôde aplicar os conhecimentos adquiridos nesta e em outras áreas da autarquia, a que se refere pelos antigos nomes.

"Passei seis meses na área de Solvência, depois fui para a área de Atendimento ao Consumidor na Fiscalização, avaliando reclamações encaminhadas pelo consumidor. Foi necessário estudar muito para me manter atualizada. Afinal, as regras e normas de cada seguro estão sempre mudando", afirma.

Criada na comunidade da Cidade de Deus, órfã de mãe aos 13 anos, Sônia passou seis anos no Bradesco, como caixa. No terceiro semestre do curso superior em Estatística foi trabalhar com uma equipe de estatística na Secretaria Estadual de Saúde. Quando se formou e fez o concurso para a SUSEP, ainda morava na Cidade de Deus. O pai, mecânico aposentado, criou as quatro filhas enfatizando a importância do estudo e do trabalho para a mulher.

Na autarquia, Sônia teve – e aproveitou – todas as oportunidades. Ela conta que fez muitos amigos, viu com satisfação colegas que participavam da equipe que liderava – e que entraram na SUSEP antes dela – tornarem-se coordenadores. "Tive um superintendente, Renê Garcia, que, quando eu entrava nas reuniões, ia logo falando para

Equality issue

A few months before retiring, Sônia Cabral, thinks about staying another six months or a year at SUSEP, where she joined in 1994. "I do not know if I'm ready to stop after 36 years of work", she confesses. At the superintendence since 1994, she jokes that she is in the right place to finish her career, especially for the team she is part of – a "very nice team", she says. In the last year and a half she has coordinated the Clearance area, as Technical Analyst. When she stops, she says she does not want to work anymore. "Only volunteer work, no fixed schedule, no boss. I do not know how to hang around doing nothing."

Graduated in Statistics at the National School of Statistical Science (ENCE), with a postgraduate degree in Actuarial (ENCE) and in Insurance Management (PUC-Rio), Sônia began her history at SUSEP in the area of Products, where she spent most of the time. She was head of the Technical Department of Actuary and the Coordination-General of Products for eight years. In the 23 years of superintendency, she was able to apply the knowledge acquired in this and other areas of the autarchy, which she refers to by their old names.

"I spent six months in the Solvency area then went to the Consumer Attendance area in Inspection, evaluating complaints sent by the consumer. It was necessary for me to study hard to keep up to date. After all, the rules and regulations of each insurance are always changing", she says.

Raised in the community of Cidade de Deus, orphan of mother at age 13, Sonia spent six years at Bradesco as a bank teller. In the third semester of the superior degree in Statistics she worked with a statistical team at the State Department of Health. When she graduated and participated in the public tender for SUSEP, she still lived in Cidade de Deus. The father, a retired mechanic, raised his four daughters emphasizing the importance of study and work for the woman.

In the autarchy, Sônia had – and took advantage of – every opportunity. She tells us that she made many friends, saw with satisfaction colleagues who participated in the team she led – and who entered SUSEP before her – to become coordinators. "I had a superintendent, Renê Garcia, who, when I entered the meetings, would soon speak to those

quem me olhava com surpresa, estranhando uma mulher e negra como coordenadora: 'mulher e negra, para chegar onde está, pode ter certeza de que é muito competente'."

Preconceito, só sentiu uma vez ao longo de todos estes anos na autarquia, quando o diretor de uma empresa supervisionada, aguardando uma reunião e sem conhecê-la, pediu que ela providenciasse um cafezinho. "Pedi o café para ele e comentei o caso com meu coordenador, Alexandre Penner, que na sala de reunião me apresentou como 'a pessoa que vai decidir sobre seu processo'." O tal diretor, um senhor de idade, passou a reunião inteira sem graça, numa posição desconfortável. Para ela, o racismo existe sim no Brasil. "Nosso país é assim. A gente tem de viver fingindo que não vê o preconceito. Mas sempre tive sorte e encontrei boas pessoas na minha vida. Até que tive uma carreira bem legal."

Sônia guarda boas lembranças da SUSEP. Embora conhecesse pouco de seguro, a adaptação ao serviço público foi tranquila. Elogia os colegas e diz que o primeiro chefe, Hélio Linhares, foi um "paizão" para ela, e diz ter reproduzido, em seu dia a dia de coordenadora, muito do que aprendeu com ele sobre como comandar uma equipe.

"Minha turma ajudou a mudar muita coisa na SUSEP em termos de legislação e fiscalização. É muito importante essa oxigenação da autarquia com a entrada de novas cabeças", explica Sônia, que rejeita o rótulo de "acomodado e preguiçoso" que ainda hoje se atribui ao servidor público. "O que vi aqui foi um pessoal muito interessado, dedicado e criativo, realmente disposto a mudar os processos e o atendimento para melhor", garante.

Aos 52 anos, casada com um gestor de condomínios – "que ainda está longe de se aposentar" – Sônia tem uma filha, Júlia, de 18 anos. Apaixonada por Matemática, ela cursa Atuária na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pretende concluir o curso de Estatística também na UFRJ. "Já sei que ela vai acabar trabalhando com seguros", prevê Sônia.

who looked at me with surprise, wondering about a black woman as coordinator: 'woman and black, to get where she is, you can be sure she is very competent'."

Prejudice, she only felt once in all these years in the autarchy, when the director of a supervised company, waiting for a meeting and without knowing it, asked that she provide a coffee. "I ordered the coffee for him and discussed the case with my coordinator, Alexandre Penner, who in the meeting room presented me as 'the person who would decide on his case'." Such director, an old gentleman, spent the entire meeting awkwardly, in an uncomfortable position. For her, racism exists, yes, in Brazil. "Our country is like that. You have to live pretending you do not see the prejudice. But I've always been lucky and met good people in my life. I even had a really cool career."

Sônia keeps good memories of SUSEP. Although she knew little of insurance, the adjustment to the public service was smooth. She praises her colleagues and says that the first boss, Hélio Linhares, was a "father" to her, and says she has reproduced much of what she learned from him on how to run a team.

"My class helped change a lot in SUSEP in terms of legislation and supervision. It is very important this oxygenation of the autarchy with the entry of new heads", explains Sônia, who rejects the label of "accommodated and lazy" that still today is attributed to the public servant. "What I saw here was a very interested, dedicated and creative staff, really willing to change processes and service for the better", she says.

At age 52, married to a condominium manager – "who is still far from retiring" – Sonia has a daughter, Julia, 18 years old. Passionate about Mathematics, she attends Actuarial at the Federal University of Rio de Janeiro and intends to complete the Statistics course also at UFRJ. "I already know that she will end up working with insurance", predicts Sonia.



Saulo Francesconi do Valle

Momento decisivo

Quem não conhece a história do jogador de futebol que marca o gol decisivo na prorrogação? Ou a do armador de basquete que acerta a cesta de três pontos que define a partida? Ou a do atleta de judô que no último minuto consegue aplicar um Ippon no adversário?

É assim que se sente o analista técnico Saulo Francesconi do Valle, 35 anos, que foi nomeado em 27 de junho de 2012, nos últimos dias de validade do concurso realizado pela SUSEP em 2010. Saulo faz parte do grupo de 60 candidatos aprovados que só ingressaram na autarquia após uma longa batalha pelas vagas. "Foi uma briga grande, que envolveu o pessoal de recursos humanos e a associação dos servidores, mas a gente conseguiu uma resposta positiva no último dia."

Formado em Desenho Industrial pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Valle trabalhou antes no setor de design de embalagens de uma fábrica de ceras e numa rede de varejo, onde chegou a gerente. Pediu demissão em 2007 e intensificou os estudos para concursos. Havia três em mente: Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central e SUSEP. Foi aprovado neste último em 2010 e aguardou dois anos até ser convocado.

"Comecei no setor de análise de reclamações de consumidores. Verificava se as queixas eram procedentes ou não. Num primeiro momento tive ajuda do pessoal que entrou comigo e que era formado em Atuária ou trazia conhecimentos do mercado", recorda.

Em fins de 2012, Valle transferiu-se para a área de fiscalização contábil e hoje atua em uma das coordenações de Conduta e Fiscalização. Com cinco anos de SUSEP, Valle diz que se sente integrado no trabalho. "Sou um servidor público. Não tenho que aparecer. Tenho que fazer com que a máquina funcione; apenas uma peça nessa imensa engrenagem. Nosso papel é promover o setor de seguros."

As amizades conquistadas na SUSEP ao longo destes cinco anos de convivência criaram um grupo de corrida nos fins de semana. Após a corrida, o churrasco é programa certo. Carioca da Tijuca, Saulo diz que seu papel é prestar um bom serviço à sociedade. "Gosto do meu emprego. Estou brigando pelo meu país."

Decisive moment

Who does not know the story of the footballer who scores the deciding goal in extra time? Or the basketball player who hits the three-point basket that defines the game? Or the one of the judo athlete who at the last minute is able to apply an Ippon on his opponent?

This is how the technical analyst Saulo Francesconi do Valle, 35, who took office on June 27, 2012, in the last days of validity of the public tender held by SUSEP in 2010. Saulo is part of the group of 60 approved candidates that only entered the autarchy after a long battle for the vacancies. "It was a big fight, involving the staff of human resources and the association of the servants, but we got a positive response on the last day."

Graduated in Industrial Design from the School of Fine Arts of the Federal University of Rio de Janeiro, Valle previously worked in the packaging design sector of a wax factory and in a retail network, where he became a manager. He resigned in 2007 and intensified his studies for public tenders. There were three in his mind: Securities Commission, Central Bank and SUSEP. He was approved in the latter in 2010 and waited two years to be called.

"I started in the sector of consumer complaint analysis. Checked whether the complaints were valid or not. At first I had the help of the people who entered with me and who were trained in Actuarial or brought knowledge from the market", he recalls.

At the end of 2012, Valle was transferred to the accounting supervision area and, today, acts in one of the coordinations of Conduct and Inspection. With five years of SUSEP, Valle says he feels integrated into the work. "I'm a public servant. I do not have to bring attention to myself. I have to make the machine work; only one piece in this huge gear. Our role is to promote the insurance industry."

The friendships acquired at SUSEP during these five years of coexistence led to the creating of a running group on the weekends. After the running, the barbecue is the right program. Carioca from Tijuca, Saulo says that his role is to render a good service to society. "I like my job. I'm fighting for my country."

Quando a tecnologia encurta distâncias

Antes de ingressar na SUSEP em 2010, o analista técnico Carlos Roberto Alves de Queiroz, coordenador do Escritório de Representação em São Paulo, trabalhou quase quatro anos no INSS, onde chegou a chefiar o setor de Benefícios da Agência da Previdência Social São Paulo-Centro. Atuou também no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região por mais de três anos, onde serviu na primeira e na segunda instâncias. Antes, atuou em vários segmentos da iniciativa privada.

Ele conta que o processo de adaptação à SUSEP foi bastante tranquilo e rápido. "Eu já estava acostumado aos processos e rotinas do serviço público e com algumas de suas deficiências, que, infelizmente, permeiam toda a administração pública", afirma Queiroz, 36 anos, formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).

O trabalho de coordenador do Escritório de Representação em São Paulo é bastante complexo, porque envolve o planejamento e a coordenação das fiscalizações prudenciais realizadas no maior estado do país, onde ficam as sedes da maioria das entidades supervisionadas pela SUSEP. O escritório, que conta com 40 servidores, dois procuradores federais e colaboradores terceirizados, realiza inúmeros serviços que se refletem em todas as unidades, direta ou indiretamente.

Para Queiroz, a tecnologia é um grande aliado para vencer os 400 quilômetros que separam São Paulo e a sede no Rio de Janeiro. Além do telefone, o uso de e-mails e outras ferramentas de comunicação, via internet, como Skype, facilitam o processo. "A grande novidade dos últimos tempos foi a adoção do processo eletrônico, que permite que as decisões, que demoravam dias ou até semanas, sejam tomadas em minutos, com maior segurança. Na média, sou demandado para comparecer à sede menos de uma vez por mês, o que significa economia para o erário e ganho de produtividade", explica o chefe.

Após 15 anos dedicados ao serviço público, Queiroz tem certeza de que fez a escolha certa. "Ser servidor público significa participar ativamente do processo de implantação do Estado democrático e social de direito, consagrado na Constituição de 1988", conclui.

When technology shortens distances

Before joining SUSEP in 2010, the technical analyst Carlos Roberto Alves de Queiroz, coordinator of the Office of Representation in São Paulo, worked for almost four years in the INSS, where he became head of the Benefits sector of the Social Security Agency São Paulo- Downtown. He also served in the Regional Labor Court of the 2nd Region for more than three years, where he served in the first and second instances. Previously, he worked in several segments of the private sector.

He tells that the process of adaptation to SUSEP was quite smooth and fast. "I was already used to the processes and routines of the public service and with some of its deficiencies, which unfortunately permeate the entire public administration", states Queiroz, 36, a graduate in Economics from the University of São Paulo (USP).

The job of coordinator of the Office of Representation in São Paulo is very complex, since it involves the planning and coordination of prudential inspections carried out in the largest state of the country, where the headquarters of most entities supervised by SUSEP are located. The office, which has 40 servants, two federal prosecutors and outsourced employees, performs numerous services that are reflected in all units, directly or indirectly.

For Queiroz, technology is a great ally to overcome the 400 kilometers that separate São Paulo and the headquarters in Rio de Janeiro. In addition to the telephone, the use of e-mails and other communication tools, via Internet, such as Skype, facilitate the process. "The great news of recent times was the adoption of the electronic process, which allows decisions, which would take days or even weeks, to be taken in minutes, with greater security. On average, I am summoned to go to the headquarters less than once a month, which means savings for the treasury and productivity gains", explains the coordinator.

After 15 years dedicated to the public service, Queiroz is sure to have made the right choice. "To be a public servant means to participate actively in the process of implementing the democratic and social state of law enshrined in the 1988 Constitution", he concludes.



Carlos Roberto Alves de Queiroz



Paula Suzana
Ribeiro Dornelles

Origens diversas, um só ideal

A cidade de Brasília é apenas seis anos mais velha que a SUSEP. Assim como na sede e em todas as regionais da autarquia, no Distrito Federal convivem brasileiros dos mais diferentes rincões. A chefe do escritório é uma delas. Natural de Fortaleza, Paula Suzana Ribeiro Dornelles, 49 anos, ingressou pelo concurso de 1994, quando morava em Florianópolis. O marido, então 1º tenente da Marinha, estava lotado na capital catarinense. Em um mês ele foi transferido para o Rio de Janeiro e a nova servidora o acompanhou. Ela ficou somente um ano na sede, por causa de nova transferência do marido, desta vez para Belém.

"Entrei em um grande concurso que contemplou a sede no Rio de Janeiro e também as regionais (existentes na época) de Recife, Salvador, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Uma coisa que facilitou a adaptação foi o treinamento pelo qual todos nós passamos durante um mês. Tivemos a oportunidade de conhecer as áreas da SUSEP. Além disso, esse concurso era muito esperado pela Casa, pois há muito tempo não havia um. Assim, para mim a adaptação foi fácil", explica a chefe do Escritório em Brasília, que também acompanha as matérias de interesse da SUSEP no Congresso Nacional. No cargo desde 2010, Paula Suzana comanda uma equipe de 11 servidores e 3 terceirizados.

Formada em Ciência da Computação, com pós-graduação lato sensu em Seguros, Paula Suzana recorda que na época do ingresso na SUSEP, em 1995, envolveu-se com o projeto "Qualidade Total", que estava sendo implantado, o que a levou a conhecer colegas de diversas áreas.

Paula Suzana diz que o contato permanente por telefone e, principalmente, pela internet (chat) aproxima o escritório de Brasília com a sede da autarquia. "Também é importante sempre que possível participar de algum treinamento no Rio." Ela reconhece o momento difícil pelo qual o Brasil atravessa, o que aumenta a responsabilidade do servidor público. "Muitas pessoas não acreditam mais nas autoridades e nos serviços públicos. Por isso, precisamos agir cada vez mais de forma eficiente, transparente e com ética."

Several origins, one single ideal

The city of Brasília is only six years older than SUSEP. Just as at the headquarters, in the Federal District Brazilians from all corners of the country live together. The head of the office is one of them. A natural of Fortaleza, Paula Suzana Ribeiro Dornelles, 49 years old, ingressed by way of public tender in 1994, while living in Florianópolis. Her husband, then 1st lieutenant of the Navy, was allocated to the capital of Santa Catarina. In one month he was transferred to Rio de Janeiro and the new civil servant accompanied him, this time to Belém.

"I entered a big tender that contemplated the headquarters and the regional offices (existing at the time) of Recife, Salvador, Florianópolis and Porto Alegre. What facilitated the adaptation was the one-month training that we all go through. We had the opportunity to know all areas of SUSEP. In addition, this tender was much expected in-house, since there passed much time without one. Thus, for the adaptation was easy", explains the coordinator of the Office in Brasília, who has as one of her missions following matters of interest to SUSEP in the National Congress. In the position since 2010, Paula commands a team of 11 public servants and 3 outsourced employees.

Graduated in Computing, with a graduate degree in insurance science, Paula Suzana recalls the in the time of her entering SUSEP, in 1995, she was involved in the "Total Quality" project, which was being implemented, which made her meet colleagues from several different areas.

Paula Suzana says that the permanent contact through phone and, specially, through the internet (chat), approaches the Brasília office with the headquarters of the autarchy. "It is also important as much as possible participate in some training in Rio." She acknowledges that the difficult moment that Brazil is going through increases the responsibility of the civil servant. "Many people no longer believe in the authorities and public services. That is why we need to act ever more efficiently, transparently and ethically."

Realização profissional

O economista Jubdervan Viana da Costa se sente orgulhoso por ter participado de um momento significativo de afirmação da SUSEP, na segunda metade dos anos 80, como entidade líder do processo de renovação do mercado segurador brasileiro. "Isso me deixou realizado profissionalmente. É claro que estou falando de um pontapé inicial e de importantes ações, mas nem tudo aconteceu naqueles anos", admite o funcionário aposentado da SUSEP.

No plano específico do seguro, a segunda metade dos anos 1980 aprimorou a melhor definição do papel das entidades no mercado segurador brasileiro. Gestões eficientes e parceiras na SUSEP e no IRB – este, aperfeiçoando sua capacidade operacional de ressegurador. "A autarquia assumiu ampla e progressivamente seu papel institucional, associado a melhorias orçamentárias, materiais e de recursos humanos – tornando possível a criação de uma estrutura estatal regulatória e fiscalizadora mais condizente com o mercado segurador em expansão", afirma.

Viana ingressou na SUSEP como analista técnico em 1981. Em 31 anos de carreira, desempenhou papel de destaque na entidade. Chefiou os departamentos de Fiscalização e de Controle Econômico, foi assessor da superintendência e, mais tarde, da diretoria. Coordenou também o Projeto SUSEP/Banco Mundial. Ele ficou na SUSEP até 2012, quando se aposentou.

O economista enfatiza a criação da Escola Nacional de Seguros como fator marcante para a atividade seguradora. "A escola contribuiu para a formação e treinamento de recursos humanos para o mercado. Antes, não somente os corretores de seguros, mas amplas camadas de profissionais que operavam no segmento tinham uma formação quase exclusivamente prática."

Professional achievement

Economist Jubdervan Viana da Costa is proud to have participated in a significant moment of affirmation by SUSEP, in the second half of the 1980s, as the leading entity in the process of renovating the Brazilian insurance market. "That left me professionally accomplished. Of course I'm talking about a kick-off and important actions, but not everything happened in those years", admits the retired SUSEP employee.

In the specific plan of insurance, the second half of the 1980s improved the better definition of the role of entities in the Brazilian insurance market. Efficient management and partnerships at SUSEP and IRB – the latter, improving its reinsurer's operational capacity. "The autarchy has broadly and progressively assumed its institutional role, associated with budgetary, material and human resources improvements – making it possible to create a state regulatory and supervision structure that is more in keeping with the expanding insurance market", he states.

Viana joined SUSEP as a technical analyst in 1981. In his 31-year career, he played a prominent role in the organization. He headed the Supervisory and Economic Control departments, he was an advisor to the superintendency and, later, to the board of directors. He also coordinated the SUSEP / World Bank Project. He stayed in SUSEP until 2012, when he retired.

The economist emphasizes the creation of the National School of Insurance as an important factor for the insurance activity. "The school contributed to the formation and training of human resources for the market. Before, not only the insurance brokers, but broad layers of professionals operating in the segment had an almost exclusively practical background."



Jubdervan Viana da Costa

Nós somos a SUSEP!
we are the

Superintendência de Seguros Privados

Chegamos ao final do percurso, mas a viagem não termina aqui. A SUSEP segue trilhando uma longa estrada, em busca do conhecimento, do aperfeiçoamento, da eficiência, solidez e transparência.

Ao longo do caminho passageiros devem desembarcar, outros embarcam, surgem novas estações.

Faz parte da vida, faz parte da viagem.

Novos episódios serão incorporados à história, talvez alguns tropeços, pedras no meio do caminho, nas palavras do poeta, mas o importante é continuar viajando.

Até a próxima!

We have reached the end of the journey, but the journey does not end here. SUSEP is following a long road, in search of knowledge, improvement, efficiency, solidity and transparency.

Along the way passengers must disembark, others embark, new stations arise.

It is part of life, it is part of the journey.

New episodes will be incorporated into history, perhaps a few stumbles, stones in the middle of the road, in the words of the poet, but the important thing is to continue traveling.

Until next time!




























"Mesmo sem conhecer a teoria das probabilidades, sabemos que é arriscado sair de casa sem guarda-chuva em dias nublados. De forma similar, a observação acumulada sobre determinados sinistros sugere relações de causa e efeito. Este conhecimento é fundamental para estabelecer os preços das apólices e as condições de contratos de seguro."

"Even without knowing the theory of probabilities, we know that it is risky to leave the house without an umbrella on cloudy days. Similarly, the accumulated observation on certain claims suggests cause and effect relationships. This knowledge is fundamental to establish the prices of the policies and the conditions of insurance contracts."

Claudio R. Contador
professor da Escola Nacional de Seguros
Professor at the National School of Insurance


























"O seguro representa o equilíbrio da relação entre as pessoas e a economia. Ele é o instrumento que harmoniza esta relação. Em uma palavra, seguro significa proteção."

"Insurance represents the balance of the relationship between people and the economy. It is the instrument that harmonizes this relationship. In a word, insurance means protection."

Nilton Molina

ex-diretor da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

Former director of the National Confederation of General Insurance Companies, Private Pension and Life, Supplementary Health and Capitalization





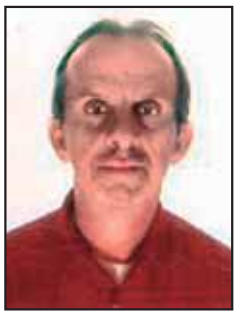


















"Se me fosse possível, escreveria a palavra seguros no umbral de cada porta, na fronte de cada pessoa, tão convencido estou de que o seguro pode, mediante um desembolso módico, livrar as famílias de danos irreparáveis."

"If I could, I would write the word "insurance" on the threshold of each door, on the forehead of every person, so convinced I am that insurance can, by means of a modest disbursement, rid families of irreparable damage."

Winston Churchill
ex-primeiro-ministro do Reino Unido
Former Prime Minister of the United Kingdom



"A forma de se organizar a economia de um país cria um efeito espelhado no setor de seguros. O papel do Estado é exercer uma atuação externa, sem intervir diretamente, mas estimulando a criação de novos produtos."

"The form of organizing a country's economy creates a mirrored effect on the insurance industry. The role of the State is to exercise external action, without intervening directly, but stimulating the creation of new products."

Helio Portocarrero
ex-superindente da SUSEP
Former superintendent of SUSEP
























"O melhor programa econômico do governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem."

"The best government economic program is not to disrupt those who produce, invest, save, employ, work and consume."

Barão de Mauá
empresário e empreendedor
Businessman and entrepreneur



"Com o crescimento econômico de um país, o aumento de sua renda per capita é o que constitui a força e a essência de um mercado de seguros. Passa a haver maior demanda de seguros de vida, de automóveis, de residências. Além dos grandes riscos, passa-se a ter os riscos chamados de massificados, que na realidade é o que constitui a força e a essência de um mercado de seguros."

"With the economic growth of a country, the increase in its per capita income is what constitutes the strength and essence of an insurance market. There is a greater demand for life insurance, cars, and residences. In addition to the large risks, there appear the risks known as massified, which in reality constitutes the strength and essence of an insurance market."

Carlos Frederico Lopes da Motta
ex-presidente da Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados,
de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta
Former President of the National Federation of Private Insurance
and Capitalization Companies














"O seguro no Brasil é mais caro do que em outros países por uma questão de escala. Quanto mais gente fizer seguro, menor será o custo individual."

"Insurance in Brazil is more expensive than in other countries because of scale. The more people who make insurances, the lower their individual cost."

João Elísio Ferraz de Campos
ex-presidente da Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta
Former President of the National Federation of Private Insurance and Capitalization Companies





























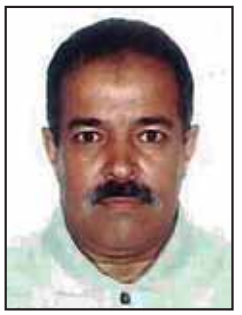




"Se eu tivesse que convencer alguém a fazer seguro, argumentaria que ninguém tem certeza sobre a estabilidade de seu patrimônio. O seguro é uma forma de garantir a solvência patrimonial."

"If I had to convince someone to make an insurance, I would argue that no one is sure about the stability of their assets. Insurance is a way to guarantee the equity solvency."

José Américo Peon de Sá
ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil
Former President of the Brazilian Reinsurance Institute















“O bem que o Estado pode fazer é limitado; o mal, infinito. O que ele nos pode dar é sempre menos do que nos pode tirar.”

“The good that the state can do is limited; the evil, infinite. What he can give us is always less than he can take away from us.“

Roberto Campos
ministro do Planejamento do governo Castelo Branco
Minister of Planning of the Castelo Branco government

“In Memoriam”

A SUSEP rende homenagem especial à memória de todos aqueles tripulantes que fizeram parte dessa viagem e que, além da contribuição para o desenvolvimento da autarquia, deixaram saudade.

Para representar esse sentimento, registramos o recente falecimento do colega Ricardo Nohra Simões (1964 – 2017), que, nos quase 23 anos em que trabalhou na autarquia, contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento da supervisão do mercado de seguros, tendo participado de projetos importantes, como o da reformulação do FIP, da elaboração do Boletim Estatístico, da implantação da supervisão baseada em riscos, da criação do plano de regularização de solvência, dentre outros.

Segundo os colegas, o grande legado deixado pelo Nohra, como era chamado na SUSEP, foi o exemplo de como um homem brilhante pode ser também extremamente generoso: ‘‘Não eram raras as oportunidades em que ele parava o que estava fazendo para tirar dúvidas ou para prestar auxílio a quem quer que necessitasse. Acima de tudo, tinha um compromisso com o bem-estar das pessoas, fossem elas amigos, colegas de trabalho ou os consumidores, cujos direitos devemos proteger’’.

SUSEP pays special tribute to the memory of all those crew members who took part in this voyage and who, in addition to contributing to the development of the local authority, have left their marks.

In order to represent this sentiment, we recorded the recent passing of colleague Ricardo Nohra Simões (1964 – 2017), who, in the almost 23 years in which he worked at the autarchy contributed decisively to the development of insurance market supervision, having participated in projects such as the reformulation of the FIP, the preparation of the Statistical Bulletin, the implementation of risk-based supervision, the creation of a solvency regularization plan, among others.

According to his colleagues, the great legacy left by Nohra, as he was called in SUSEP, was the example of how a brilliant man can also be extremely generous: ‘‘It was not uncommon for him to stop what he was doing to answer questions or help anyone who needed it. Above all, he had a commitment to the well-being of people, be they friends, co-workers or consumers, whose rights we must protect’’.



Ricardo Nohra Simões

Referências bibliográficas
References

ALBERT, Michel. *Capitalisme contre capitalisme.* Paris: Seuil, 1991.

ALBERTI, Verena (org.). *Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Funenseg/ FGV Editora, 2001.

ALMEIDA, Gustavo Palheiro Mendes. A abertura do mercado brasileiro de resseguros e a oportunidade de negócios para empresas estrangeiras: as peculiaridades de Porto Rico. *Caderno Resseguros* – Teses/ Nº 47, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Seguros, 2016.

AMADOR, Paulo. *Do retrato de Vargas à Carta de Brasília.* 2. ed. Rio de Janeiro: Grupiara, 2001.

BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. *Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar.* Brasília: IPEA, 1992.

CONTADOR, Cláudio. *Economia do seguro – fundamentos e aplicações.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GALIZA, Francisco. *Ensaio 50 anos da SUSEP – um retrato do seguro no Brasil.* Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Humberto. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro.* Niterói: Eduff, 2014.

MIRANDA, Osvaldo. *180 anos Mongeral Aegon – Construa seu amanhã.* Rio de Janeiro: Rona Editora, 2014.

PLANO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE SEGURO. Relatório Final apresentado à Fenaseg pela McKinsey e Delphos. 30 de maio de 1994.

SANTOS, Amilcar. *Seguro – doutrina, legislação e jurisprudência.* Rio de Janeiro: Record, 1959.

SILVESTRE, Rafael. ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA – ANSP (org.). *Evolução Histórica do Seguro no Brasil.* São Paulo: BB Editora, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. *SUSEP – 30 anos.* Rio de Janeiro: Comunicação,1996.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. *Guia de Orientação e Defesa do Consumidor dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.* 2017. Disponível em/*Available in*:<www.meufuturoseguro.gov.br/arquivos/arquivos-acoes-educacionais/guia-de-orientacao>

Entrevistas e depoimentos
Interviews and testimonials

SILVEIRA, Raul – depoimento concedido em 1997 pelo advogado e primeiro superintendente da SUSEP aos pesquisadores do CPDOC, em convênio com a Funenseg.
SILVEIRA, Raul – testimony given in 1997 by the attorney and first superintendent of SUSEP to the researchers of CPDOC, in agreement with Funenseg. Disponível em/*Available in*:<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/raul-de-souza-silveira>